

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA INSTITUCIONAL

MARIE JULIE BRAGA FERREIRA

CENAS DO OFÍCIO:
experiência dialógica em clínica do trabalho.

VITÓRIA
2018

MARIE JULIE BRAGA FERREIRA

CENAS DO OFÍCIO:

experiência dialógica em clínica do trabalho.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Institucional da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Psicologia Institucional.

Área de concentração: Psicologia Institucional – Políticas públicas, trabalho e processos formativos-educacionais.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria Elizabeth Barros de Barros

VITÓRIA

2018

MARIE JULIE BRAGA FERREIRA

CENAS DO OFÍCIO:

experiência dialógica em clínica do trabalho.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Institucional da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Psicologia Institucional.

Aprovada em 03 de maio de 2018.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Maria Elizabeth Barros de Barros
Universidade Federal do Espírito Santo

Prof. Dr. Fábio Hebert da Silva
Universidade Federal do Espírito Santo

Prof.^a Dr.^a Fernanda Spanier Amador
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

À minha família pelo apoio incondicional.

Ao companheiro de vida, meu grande incentivador, Lizandro.

À mais linda flor do meu jardim, Maria Júlia, gestando em mim o amor maior!

AGRADECIMENTOS

À minha querida orientadora, Prof.^a Dr.^a Maria Elizabeth Barros de Barros, pela acolhida carinhosa com que me acompanhou neste percurso, compartilhando seu conhecimento e experiência.

Ao amigo, Prof. Dr. Fábio Hebert da Silva, pelo incentivo e apoio que tanto ajudaram a tornar possível esta caminhada.

À Prof.^a Dr.^a Fernanda Spanier Amador, pelas valiosas contribuições, as quais foram essenciais para a construção desta pesquisa.

Aos companheiros de pesquisa e de turma pela acolhida e parceria.

Aos meus amigos e amigas, que dividiram comigo as dificuldades e alegrias deste percurso.

“Além do mais exige-se muito de quem nos assiste a pensar: que tenha um coração grande, amor, carinho e a experiência de também se ter dado a pensar”.

Clarice Lispector (1999).

RESUMO

A partir da perspectiva teórico-metodológica da Clínica da Atividade, alinhamo-nos a compreensão do trabalho como um meio de ação para os sujeitos, uma fonte de expressão de vida, um objeto tecido a cada situação, construído e reconstruído na atividade. Nesse sentido, tomamos a dimensão vivida do trabalho como a experiência que se passa no instante em que, a organização do trabalho, com suas normas, porta uma potência de agir sempre em vias de ser aumentada e/ou diminuída, reinventando-se e/ou enrijecendo-se. O trabalho como objeto de estudo é, aqui, considerado nessa dimensão de experiência que está sempre por se dar, por se experimentar entre *trabalho prescrito* e *trabalho realizado*. Seguindo esta direção, colocamos em análise o gênero profissional psicóloga da assistência social em uma instituição militar, a partir do campo problemático que emerge no conflito entre as angústias vivenciadas pela trabalhadora em seu trabalho e o delinear da pesquisa, transformando essas angústias em diálogos, como método para análise do trabalho. Neste processo, a trabalhadora se coloca como pesquisadora de seu ofício. Portanto, tomamos a demanda da trabalhadora, com suas angústias frente a sua prática e ao seu contexto de trabalho, em transformação no contexto da pesquisa, para cuidar do ofício. Inspirado nos métodos propostos pela Clínica da Atividade – autoconfrontação e instrução ao sócia – propomos dois momentos de análise para o gênero profissional em questão, o primeiro, o diálogo entre trabalhadores de gêneros profissionais diferentes, e, o segundo, o diálogo entre trabalhadoras do mesmo gênero profissional. Tomamos, entretanto, estes dois momentos dialógicos como um exercício de uma atividade ao quadrado, ao se metamorfosearem em cenas, onde se faz questão aos previsíveis genéricos do ofício, em uma releitura daquilo que, minimamente, nos ampara para agir ou nos paralisa enquanto autores do ofício. Desta forma, propomos a escrita como instrumento para análise da dimensão transpessoal do ofício, tendo como diretriz a experiência da escrita como uma ressignificação genérica da experiência do labor, funcionando como um dispositivo para o reposicionamento entre pesquisadora e trabalhadora, ao colocar a trabalhadora em cena para ressignificar as narrativas, confrontando-as e separando-se delas, em um exercício de mobilização do gênero profissional.

Palavras-chave: Atividade - gênero profissional - ofício.

ABSTRACT

From the theoretical-methodological perspective of the Activity Clinic, we align ourselves with the understanding of work as a means of action for the subjects, a source of expression, of life, an object created into each situation, constructed and reconstructed through the activity. In this sense, we take the lived dimension of work as the experience that happens at the moment when the institution of work, with its norms, carries a potential to act always in the process of being increased and/or diminished, reinventing itself and/or stiffening. The work as an object of study is here considered in this dimension of experience that is always to be given, by experiencing between prescribed work and accomplished work.

In this way, we analyze the professional psychologist of social assistance in a military institution, starting from the problematic field that emerges from the conflict between the anxieties experienced by the professional in her work and the delineation of researching, transforming these anxieties into dialogues, as a method for analyzing the work. In this sense, the worker becomes a researcher of her craft. Therefore, we take the worker's demand, with her anxieties in the face of her practice and her work circumstances, in transformation in the context of researching, to take care of her professional activity.

Inspired by the methods proposed by the Clinic of Activity - self-confrontation and instruction to the look-alike - we propose two moments of analysis for the professional gender in question, the first, the dialogue between workers of different professional genres, and the second, professional of the same professional gender. We take, however, these two dialogical moments as an exercise, when they metamorphose into scenes, where the generic predicates of the professional activity are questioned, in a rereading of what minimally support us to act or paralyzes us as authors of the craft. In this way, we propose writing as an instrument for analyzing the transpersonal dimension of the craft, having as a guideline the experience of writing as a generic re-signification of the work experience, performing as a device for repositioning between researcher and worker, by placing the worker on the scene to resignify the narratives, confronting them and separating them, in an exercise of mobilization of the professional genre.

Word-keys: activity; professional genre; craft

SUMÁRIO

Pistas de Leitura: a experiência dialógica e seus começos.	10
1 - “Outrando” (re)começos na pesquisa: narrativas do campo problemático.	17
A cena: uma experiência dialógica.....	17
Pesquisar o próprio ofício: uma via para cuidar.....	23
Cuidar do ofício: outrando-se entre pesquisadora e trabalhadora.....	32
2 – Inflexões metodológicas: a experiência do dizer.....	39
03 de julho: um interlocutor estrangeiro	39
Tecendo a conversa: a pesquisadora, a trabalhadora e o método.....	47
Olhares, risos e pausas: uma via para o ofício.....	55
Entre hierarquias e brechas: a experiência do dizer.....	62
3 - Duas trabalhadoras, um gênero: paradoxos da pesquisa sobre um ofício.....	68
Duas trabalhadoras e uma pesquisa.....	68
A agenda de atendimento.....	73
Mesmo envelope, anotações separadas.....	77
Uma pausa.....	79
Desafios.....	84
O conflito dialógico: o inaudível em nós	86
4- A palavra final que nunca é dita: outros começos a tecer	91
Referências Bibliográficas:.....	97

Pistas de Leitura: a experiência dialógica e seus começos.

O percurso desta pesquisa não se fez como linearidade. Sua construção forjou-se em idas e vindas, recomeços e pausas, curvas e desvios, altos e baixos, refazendo-se em cada encontro, cada leitura, cada conversa. Trata-se de uma particularidade deste trabalho que, ao imprimir em suas linhas movimentos que se dão em velocidades diferentes, nunca acabadas e sempre em vias de ganhar novos ritmos, busca proporcionar ao leitor a vivência de outras experiências dialógicas.

Ao tomar a experiência dialógica como um recurso metodológico em clínica do trabalho, seguimos a diretriz, segundo a qual, no encontro entre trabalhadores, a atividade de trabalho é refeita a partir da ação que se dá no diálogo. Nesse sentido, não tomamos o diálogo como mera reprodução de coisas vividas, mas sim como experiência, uma vez que na troca dialógica há coemergência dos trabalhadores e de sua atividade de trabalho, em uma dinâmica processual que comporta múltiplas facetas que não estão dadas antecipadamente.

Portanto, interessa acompanhar, na ação dialógica, as dobras, os desvios, as discordâncias, os silêncios, os fluxos em que a linguagem se amplifica ou se fecha na atividade de trabalho, destacando a experiência dialógica como recurso em clínica do trabalho, redimensionando o campo de análise da atividade humana e desenvolvendo-a com os trabalhadores.

Neste sentido, este trabalho de pesquisa faz um convite ao leitor a fazer a sua própria experiência, percorrendo, a seu modo, os movimentos dialógicos experimentados por uma trabalhadora e, também, pesquisadora, psicóloga que atua na assistência social de uma instituição militar. Para tanto, sugere-se algumas pistas de leitura. Trata-se de indicações dos começos que forjaram esta pesquisa, destacando seu percurso metodológico, a partir da proposta de tomar a análise da dimensão da experiência dialógica e seu lugar na produção do ofício.

Pista 1 - Trabalhadora e pesquisadora.

Atuando como psicóloga há pouco mais de dois anos em um serviço de assistência social de uma instituição militar, submeti um projeto de pesquisa como pré-requisito para a seleção do curso de mestrado em Psicologia Institucional, da Universidade Federal do Espírito Santo. Nesta ocasião, a questão de pesquisa se apresentava, inicialmente, imersa em um

campo problemático que objetivava colocar em análise a atuação dos trabalhadores da psicologia nos serviços de assistência social desta instituição militar.

Muitas questões poderiam ter sido encaminhadas e discutidas em uma pesquisa a partir deste campo problemático, entretanto, algumas escolhas precisaram ser feitas ao longo do percurso de pesquisa. Um dos aspectos que se colocou no delinear deste percurso sem qualquer tipo de certeza, mas insistente, eram os incômodos e angústias que atravessavam minha prática e, conseqüentemente, minha fala e participação no coletivo de pesquisa do Programa de Formação e Investigação em Saúde e Trabalho (PFIST), ligado ao Núcleo de Estudo e Pesquisa em Subjetividade e Política (NEPESP), vinculado ao Departamento de Psicologia da UFES.

Nos encontros com este coletivo de pesquisa, começou a se colocar, para mim, a questão das minhas angústias enquanto trabalhadora de psicologia em um serviço de assistência social de uma instituição militar e o meu lugar como pesquisadora. Ou seja, como transformar em questão de pesquisa aquilo que me afetava diretamente como trabalhadora? Como conduzir uma pesquisa no campo do trabalho em que eu mesma me colocava como sujeito a ser pesquisado? Como operar no campo da pesquisa, enquanto pesquisadora, a partir das minhas angústias como trabalhadora?

A partir destas questões, ganhou relevância um percurso metodológico para a pesquisa como análise do trabalho, propondo o dialogismo, por meio da dimensão da experiência dialógica. Tal experimentação se configurou como um dispositivo metodológico potente para a produção de um deslocamento permanente, ao longo da pesquisa, entre pesquisadora e trabalhadora, compondo o processo de coemergência dessas duas posições subjetivas e, conseqüentemente, um reposicionamento na análise do trabalho. Neste sentido, alguns movimentos dialógicos foram criados para ajudar nesse processo, compondo o método desta pesquisa:

a) encontro entre duas trabalhadoras – psicólogas – da assistência social de uma instituição militar que não se conheciam e uma delas era a pesquisadora;

b) conversas sobre o material da pesquisa com a orientadora, onde os conteúdos dialógicos eram discutidos e analisados, produzindo novas diretrizes no processo de pesquisa e reposicionamentos da pesquisadora/trabalhadora;

c) conversa entre a pesquisadora e um trabalhador de outro gênero profissional; e,

d) experiência dialógica entre a pesquisadora e a trabalhadora na elaboração das cenas, como um diálogo tardio da trabalhadora com seu percurso, seus encontros, em um movimento de ruptura frente às angústias paralisantes para produzir outros modos e parcerias para se fazer o trabalho.

A escrita deste percurso, portanto, reflete a não linearidade desse processo, pois não se objetiva uma descrição de um passo a passo, uma produção linear com um único começo direcionado a um único fim. Afinal, o ser no trabalho não é em nada linear e, por isso, o método desta pesquisa coemerge em seu perfazer. A escrita deste percurso é, neste sentido, a experimentação do método.

Portanto, o processo dessa pesquisa se deu pelo meio, mergulhado em um emaranhado de possibilidades e, por isso, as pistas só nos servem como fios a puxar na experiência de cada leitor.

Então, em um determinado momento...

Pista 2 – O encontro entre pares:

Aproveitando uma oportunidade de encontro, construída através de parcerias com outros colegas de trabalho, saí do Espírito Santo e fui ao Rio de Janeiro. Neste dia, conheci uma colega de trabalho, atuando no mesmo tipo de dispositivo de assistência social da instituição militar em que trabalhamos. Nunca havíamos nos encontrado e não nos conhecíamos. Com um pouco mais de tempo na instituição do que eu, imaginei o quanto poderíamos trocar de informação, experiências, mas, ao mesmo tempo, encontrava-me preocupada em manter o passo a passo do método, pois havia me preparado para experimentar o método da instrução ao sócia. A dúvida era até onde eu poderia fugir ao método, pois a possibilidade do encontro estava tomada de expectativas.

A preocupação com a reprodução do método de instrução ao sócia, somada a presença do gravador, em uma conversa situada dentro da instituição foram aspectos que interferiram diretamente na fluidez da conversa, que, em sua maioria, foi marcada por um jogo de perguntas e respostas, com poucos momentos provocativos de deslocamento na fala das participantes. Entretanto, as nuances da conversa diferiram quando da presença do gravador e quando da retirada deste dispositivo. Pode-se afirmar que o gravador delimitou uma cena em que estavam presentes a pesquisadora e uma trabalhadora e, com a retirada do gravador, outra cena se passou: duas trabalhadoras a conversar

Esse material serviu como analisador para o percurso da pesquisa, colocando em questão a postura da pesquisadora frente ao encontro com um par e, principalmente, frente à sua própria atividade de trabalho, como psicóloga da assistência social de uma instituição militar, demarcando na cena, aspectos que modulam a experiência dialógica e lhe permitem aberturas ou não.

Mas, retomamos a não linearidade deste percurso, pois o processo desta pesquisa se deu em um incessante movimento de recomeços. O encontro entre pares foi um instante que se desdobrou em outros instantes. Um deles se deu na discussão do material com a orientadora. A conversa entre os pares foi retomada nos diálogos entre a pesquisadora e a orientadora, momento dialógico de reposicionamentos frente ao material de pesquisa, mas principalmente de reposicionamento da pesquisadora e da trabalhadora, a primeira no que se refere à pesquisa e, a segunda, no que se refere à atividade de trabalho.

“Não tem análise da atividade aqui”!

Pista 3 – Orientação: intervenções e reposicionamentos

Esta frase foi um primeiro instante, no redemoinho de possibilidades, onde, em uma primeira leitura do material, no encontro com a orientadora, a imagem que prevaleceu foi a de que o material era pobre em análise da atividade.

Nesse encontro dialógico, orientadora e pesquisadora, refizeram o percurso da conversa. Colocados os impasses e dificuldades, percebeu-se o engessamento da pesquisadora na condução da conversa: o lugar da pesquisadora se confundia com o da trabalhadora; aquela tentava manter um certo distanciamento, mas ao mesmo tempo, era capturada pela possibilidade de compartilhar com um par. Essa possibilidade de compartilhar com o par, um misto de novidade e expectativa, nos indicava os efeitos do distanciamento entre estas trabalhadoras, que atuam afastadas geograficamente, com poucas possibilidades de encontro e diálogo. Logo, na iminência desse encontro e mesmo durante o encontro, esta novidade se transfigurou como uma espécie de quebra-gelo para que o processo de análise pudesse fluir na continuidade do percurso desta pesquisa.

Os diálogos entre a orientadora e a pesquisadora ajudaram nesse processo abrindo caminhos para que pesquisadora desse lugar a trabalhadora nos movimentos dialógicos, tanto no encontro com o par, quanto no encontro com a orientadora. Era preciso conduzir a trabalhadora a falar sobre a atividade e não só das normas, em uma perspectiva descritiva das

tarefas, mas também dos impedimentos, do que faz, do que não faz, das renormatizações. A partir destes diálogos com a orientadora, a pesquisadora retomou a pesquisa por outros começos com duas novas possibilidades:

- a) Colocar a pesquisadora para falar do lugar de trabalhadora, a partir da conversa com trabalhador de outro gênero profissional: tal sugestão vinha sendo estudada em outras pesquisas participantes do coletivo de pesquisa do Programa de Formação e Investigação em Saúde e Trabalho (PFIST), ligado ao Núcleo de Estudo e Pesquisa em Subjetividade e Política (NEPESP), vinculado ao Departamento de Psicologia da UFES; e
- b) A escrita das cenas como diálogo tardio entre a pesquisadora e a trabalhadora no processo de construção do percurso de uma pesquisa sobre a atividade de trabalho, marcando um reposicionamento da análise a partir da trabalhadora.

“Existe renormatização aqui!”.

Pista 4 - Interlocutor personagem.

Na perspectiva de provocar a fala da trabalhadora, a orientadora desta dissertação sugeriu que um membro do grupo de pesquisa, pertencente a outro gênero profissional, conduzisse uma conversa com a trabalhadora, de maneira que ela pudesse falar sobre sua atividade de trabalho.

Tomando como referência o método da autoconfrontação, objetivou-se produzir um movimento semelhante entre a trabalhadora e esse outro membro do grupo de pesquisa. Como personagem a compor o processo junto com a trabalhadora, esse interlocutor, professor do ensino médio da rede pública do Estado do Espírito Santo, desenvolvia uma pesquisa¹ semelhante a esta e compartilhava das discussões metodológicas para pesquisas com referencial em Clínica da Atividade.

Tomada essa decisão, marcamos um dia para a conversa, 03 de julho.

Este momento dialógico sinaliza uma dobradura significativa no percurso metodológico, em que a preocupação com a questão da posição pesquisadora/trabalhadora

¹ “Eu acho que mudei o meu jeito de trabalhar”: atividades docentes e renormatização e saúde em diálogos inacabados – Dissertação de Mestrado de José Agostinho Correia Júnior, Departamento de Educação, UFES, 2018.

(psicóloga), cujo ofício estava em questão, leva a pesquisadora a ser entrevistada para ativar nela uma experiência de dizer do seu trabalho ao estrangeiro.

Pista 5 – A trabalhadora e as cenas.

A partir do material das conversas, tanto com a colega psicóloga, quanto com o trabalhador de outro gênero, dos encontros de orientação e das vivências da trabalhadora, deu-se início ao trabalho de construção das cenas. Esse processo se deu a partir da releitura do material, somado aos deslocamentos da pesquisadora frente ao seu processo de pesquisa e, principalmente, da trabalhadora frente à sua atividade de trabalho.

Nesse sentido, as cenas são construções dialógicas tardias realizadas pela pesquisadora/trabalhadora sobre sua atividade de trabalho, a partir das experiências dialógicas ao longo da pesquisa. Como uma experimentação metodológica, esta pesquisa propõem uma discussão sobre o método dialógico na análise de uma atividade de trabalho em que pesquisadora e trabalhadora não se dissociam, corroborando com a premissa de que é preciso transformar para conhecer.

Boa leitura!

1 - “Outrando” (re)começos na pesquisa: narrativas do campo problemático.

“O que conta em um caminho, o que conta em uma linha é sempre o meio e não o início nem o fim. Sempre se está no meio do caminho, no meio de alguma coisa”.

Deleuze e Parnet (1998).

A cena: uma experiência dialógica

Jonas e Paula conversavam sobre suas práticas de trabalho. Ambos são psicólogos na mesma instituição, mas trabalhavam em locais diferentes. Em um determinado momento da conversa, o assunto era sobre as diferentes práticas da psicologia na instituição em que trabalhavam. Paula contava sobre sua experiência na aplicação de testes psicológicos para seleção e outras demandas institucionais e Jonas falava sobre sua atuação na assistência social.

Jonas passou um tempo também aplicando testes, assim como Paula, e compartilhou com ela um sentimento que tinha com relação a essa prática:

- É bom aplicar testes, pois de certa forma, já sabemos como fazer. Temos os protocolos, as instruções. Trabalhamos com quase nenhuma variável estranha, ou imprevisível, que nos desloque do que devemos fazer. Mas, na assistência social, embora tenhamos normas, o cotidiano do trabalho nos suscita questões que nos levam a revê-las, a ir além delas, a produzir ajustes e ir fazendo. Não se trata de desconsiderar as normas, mas de também considerar que nossa prática é sempre surpreendida pelo caso a caso e que nosso trabalho se dá, muitas vezes, no estabelecimento de uma ponte entre o que se pode, pelas normas, e a demanda que nos chega. Se reproduzirmos as normas rigidamente, assim como nos testes, fica um incômodo, um sentimento de trabalho não realizado, de que não fizemos o que devíamos fazer, de que faltou alguma coisa...

Ambos ficaram pensativos. Paula não conhecia o cotidiano da atividade de Jonas e ficou sem saber o que dizer, na verdade, ela nunca tinha se colocado a questão do que os colegas da psicologia fazem nos diversos espaços de atuação no local onde trabalha. Mas arrisca um palpite.

- *Eu nunca pensei sobre isso. Gosto de aplicar teste, prefiro essa área da psicologia, de recursos humanos, fico mais envolvida com a gestão e captação de pessoas, mas só aplicar teste é muito mecânico, mesmo. Na verdade, é um conjunto de coisas que fazemos, e a aplicação de teste é uma dessas coisas. De fato, o procedimento do teste é bem definido previamente. Trabalhamos com uma certa previsão.*

A conversa continua. Jonas insiste:

- *Acho que o trabalho na assistência se dá no caso a caso e, nem sempre, a ação profissional se restringe ao cumprimento da norma. Certa vez, fiz contato com uma colega, também da assistência, para discutir um procedimento que envolvia as práticas voltadas para os usuários do programa de atendimento especial, que oferece tratamento às pessoas com deficiência. Pretendia compartilhar uma questão particular da minha prática, mas não encontrei na colega receptividade e, aí, o diálogo não evoluiu. Fui impossibilitado pela frase: “tem que fazer o que está na norma”. Despedimo-nos e desliguei o telefone.*

Paula seguia atenta à fala de Jonas enquanto ele prosseguia:

- *É como se não pudesse haver imprevistos, mas eles existem. Como lidamos com eles? Fica mais difícil se não conseguimos conversar....*

O cotidiano do trabalho como psicóloga em uma instituição militar, mais especificamente, em um dispositivo instituído para atender demandas consideradas como afetas ao campo da assistência social, não está imune aos conflitos da atividade de trabalho. Neste contexto, algumas questões emergem forjando um campo de pesquisa: como se efetiva o trabalho dos profissionais de psicologia da assistência social desta instituição? Tal questão nos levou a pensar esta atividade de trabalho pela via do ofício, a partir da indicação teórico-metodológica que afirma que o ofício não existe só entre profissionais, mas em cada um deles (CLOT, 2010a).

Neste sentido, colocamos em cena o diálogo entre dois profissionais como ponto de abertura ao campo problemático em que se forjam as fronteiras móveis e conflitantes de um ofício, tomado como a história de um coletivo em cada trabalhador. Por isso, tornar o ofício vivo, escutando-o, mobilizando a feitura desta história, é o desafio a que nos lançamos nessa pesquisa.

Como autores da história de um ofício, os personagens Jonas e Paula expressam uma experiência concreta no cotidiano do trabalho e seus impasses. Neste sentido, o recurso da cena é um convite ao diálogo tardio entre aqueles que compõe o ofício para mobilizar a sua dimensão genérica. Busca-se alinhar a escrita em cena à uma perspectiva em que a escrita não reproduz o vivido, mas, sim, elabora uma experiência intensa, “promovendo transformações, nos âmbitos subjetivos e de sentido (ALMEIDA, 2009, p. 57).

“Jonas e Paula conversavam sobre suas práticas de trabalho”

O componente dialógico da cena constitui o desenvolvimento da metodologia na Clínica da Atividade, que considera que o trabalho de observação na pesquisa suscita, em quem está sendo observado, um diálogo interior (CLOT, 2010b). Por isso, os métodos dialógicos desenvolvidos buscam “dar um destino dialógico ao diálogo interior que se abre durante a observação” (CLOT, 2010b, p. 224). Desta forma, a observação é dialógica. No entanto, a palavra não se reduz a descrição de um vivido, ela é antes, feita para agir:

A palavra é feita para agir, é um diálogo profissional para transformar a situação, e, portanto, é um diálogo para manter o vivido vivo. Não é um diálogo para apreender o vivido ou para conhecê-lo. É um diálogo para que o vivido se transforme, se desenvolva, na ação dialógica e na observação em curso do diálogo (CLOT, 2010b, p. 225).

O diálogo é, então, um meio para ação: *“Ambos ficaram pensativos. Paula não conhecia o cotidiano da atividade de Jonas e ficou sem saber o que dizer, na verdade, ela nunca tinha se colocado a questão do que os colegas da psicologia fazem nos diversos espaços de atuação no local onde trabalha. Mas arrisca um palpite”*. A atividade dialógica promove um refazer na atividade de trabalho, reelaborando-a. O diálogo entre profissionais pode suscitar algo antes não pensado, nos levando a refazer a atividade para o outro, para nós mesmo e para o objeto do trabalho. Nesse processo de reelaboração, o diálogo interior ganha contornos que corroboram para a dimensão transpessoal do ofício.

No entanto, ao colocar o diálogo em cena, destacamos dois aspectos desta pesquisa: o primeiro é que reafirmamos que a experiência dialógica não se reduz ao diálogo realizado, àquilo que foi enunciado. E o segundo, é que trazemos também a experiência da escrita como mais um modo de expressão dialógica e, como tal, não objetiva reproduzir um fato vivido. O que se coloca em cena é a experiência que se dá no escrever, sem ponto de partida e sem fim, mas um instante, atravessado por infinitas possibilidades, onde os limites da linguagem são questionados. Nesse sentido, nos indica Deleuze (1997):

Escrever é um caso de devir, sempre inacabado, sempre em via de fazer-se, e que extravasa qualquer matéria vivível ou vivida. É um processo, ou seja, uma passagem de Vida que atravessa o vivível e o vivido (DELEUZE, 1997, p. 11).

A experiência do diálogo comporta outras dimensões que não são capturadas pelo que se enuncia, pois aquilo que se enuncia é sempre o efeito de uma batalha de enunciados possíveis. A cena é uma experiência literária² que nada diz, está apenas disponível para outras experiências, em um diálogo tardio, para aqueles que se dão à experiência da leitura destas linhas, principalmente, os autores do ofício. Nesse sentido, a cena tem vida própria, não servindo para apresentar a verdade de um sujeito (ALMEIDA, 2009, p. 78).

Entre diálogos e escritas, a direção teórica metodológica que seguimos nos indica que, no que se fala e no que se escreve, há muito mais do que aquilo que é passível de captura pela palavra, seja ela falada ou escrita. Clot (2010a) nos adverte sobre a compreensão estreita do dialogismo concebido como discussão ou conversação localizada, ou como uma reação mecânica ou em cadeia. Para ele, o diálogo é nômade, não se mantendo estável. Nesse sentido, afirmamos que o diálogo realizado comporta a dimensão do real dialógico, os impedimentos e impasses que se dão entre o que se diz, o que se sente, o que se faz. Ao estar com os trabalhadores é preciso considerar, no diálogo realizado, a dimensão do real dialógico a operar na reelaboração da atividade de trabalho:

A veracidade do diálogo se coloca nessa fronteira: fala-se e, ao mesmo tempo, sente-se, procura-se ver, fazer ver ou fazer sentir. Essa fronteira flutuante mantém o diálogo tenso. Trata-se de um limite da linguagem no interior da linguagem, no próprio diálogo realizado [...] o diálogo realizado se refere efetivamente a “outra coisa” que não se reduz aos sentidos dos enunciados, nem ao referente das proposições. Essa “outra coisa” não diz respeito à verdade dos enunciados, mas à veracidade do diálogo. É isso que designamos como real do diálogo a respeito do qual gostaríamos de sublinhar que ele não está fora do diálogo realizado, mas é seu exterior. Portanto, não há nenhuma possibilidade de ter acesso a ele se não se focaliza seriamente a realização das trocas em torno do que não se consegue dizer, em torno do que parece, inicialmente, impossível de dizer (CLOT, 2010a, p. 243).

No exterior do diálogo tem-se o conflito do que se diz e não se diz e, por essa razão, não se compreende exterior como fora, mas como dimensão “perdedora” no conflito do diálogo interior, efeito da dinâmica processual que demarca o conflito psíquico que atravessa a atividade da linguagem. O dialogismo como recurso para análise do trabalho, coloca a atividade de trabalho em cena, objetivando outras possibilidades para o conflito dialógico ao

² Tomamos a experiência literária em referência à literatura como uma escrita sem palavras transcendentais, como nos indica Almeida (2009).

se refazer, para cada um e para o outro, a atividade de trabalho, compreendendo que essa dinâmica não cessa e não se limita ao enunciado final.

Neste sentido, considerar, no diálogo realizado, a dimensão do real dialógico é não reduzir ao silêncio a polifonia das vozes na interlocução observável (CLOT, 2010a). No contexto de uma instituição militar, em que se dá o cotidiano de trabalho dos psicólogos e psicólogas em questão, o cuidado com o ofício deve considerar o cuidado com a escuta dessa polifonia das vozes, considerando que somos também, inevitavelmente, atravessados pelo discurso institucional, com seus pressupostos, normas e regras. Enrijecidos pelo discurso da ordem e da norma, muitas vezes silenciemos outras vozes que nos constituem enquanto trabalhadores. Portanto, cuidar do ofício implica oportunizar espaços para que essas vozes sejam acolhidas no interior do ofício, entre os autores do *métier* e na organização de trabalho. A partir dessa indicação, tomamos a experiência dialógica como abertura à criação e aos movimentos incessantes que transitam no diálogo realizado:

Assim, deve-se considerar essa diferença entre real e realizado não como antinomia da razão dialógica, mas como uma defasagem histórica na temporalidade do diálogo. Caso contrário, só nos resta aceitar o *vaivém*, sem surpresas entre um real dialógico saturado de vozes, mas inaudível, e um diálogo realizado barulhento, mas monocórdio (CLOT, 2010a, p. 245).

No cotidiano do trabalho dos psicólogos e psicólogas da assistência social em uma instituição militar, espaços de diálogo e troca entre os profissionais são formalizados através de encontros presenciais e vídeo conferências, de maneira a contemplar a maior parte dos profissionais que atuam na assistência social, aí incluídos, assistentes sociais, bacharéis em direito e profissionais de psicologia, distribuídos nos diversos dispositivos da assistência social desta instituição pelo país. Estes encontros, estabelecidos pela organização do trabalho, através de diretoria técnica, têm como objetivos a capacitação e atualização profissionais com relação a temáticas que envolvem a assistência social.

Contudo, a partir da compreensão da dinâmica processual que comporta a atividade de trabalho, um olhar atento para o cotidiano, um espaço de troca entre os profissionais a partir de seus modos de operar no trabalho, são aspectos que precisam ser cuidados, como via para cuidar do ofício. Nesse sentido, interessa-nos, nessa pesquisa: como os profissionais de psicologia se articulam no cotidiano do trabalho para realizarem suas tarefas? Quais os empecilhos e como lidam com eles para realizarem o que fazem? Diante dos espaços instituídos para atualização e capacitação profissional, como se cuida do ofício? Como

acolhemos a polifonia de vozes que atravessam esses profissionais no cotidiano de seu ofício? Ou não acolhemos?

“Pretendia compartilhar uma questão particular da minha prática, mas não encontrei na colega receptividade e, aí, o diálogo não evoluiu”.

Atuando na assistência social em uma instituição militar, os profissionais de psicologia trabalham em realidades muito diferentes, no que se refere à especificidade da organização militar em que estão lotados. Como ilhas, afastados geograficamente, os núcleos de assistência social operam a partir de normas e prescrições para atuação profissional de suas equipes e do seu objeto de trabalho. No entanto, mesmo sem se conhecerem, esses profissionais que se encontram afastados, ao se reunirem, podem conseguir desempenhar o trabalho juntos. Tal probabilidade se justifica a partir da abordagem da atividade em situação do ponto de vista do gênero, da dimensão coletiva do trabalho, que nos indica que mesmo que não haja uma equipe nominativa constituída que partilhe uma competência coletiva, toda competência individual é formada e continua constantemente apoiada na cultura profissional coletiva (CLOT, 2006a).

As trocas entre profissionais que se baseiam apenas em informações necessárias para o trabalho são importantes, porém insuficientes para o estabelecimento da dimensão do “trabalho comum” que torna capaz a comunicação desses profissionais como a decodificação de uma senha. O que se quer dizer com isso é que a atividade de trabalho também comporta uma dimensão genérica. Essa dimensão nos interessa, a partir da compreensão de que ela funciona como um código decodificável apenas por aqueles que estão no ofício. Neste sentido, sua mobilização ou não pelos trabalhadores é que torna o ofício vivo em uma história coletiva. A ausência de um “trabalho comum” compromete o desempenho do trabalhador ao não encontrar amparo no coletivo genérico no qual pode se apegar para agir e, assim, desenvolver-se:

Um gênero, para se manter útil, deve ser constantemente reavaliado, pois a estabilização total retira-lhe sua função mediadora, uma vez que não se atualiza. É necessário que esteja sempre ajustado às necessidades presentes do coletivo dos trabalhadores. Para manter sua vitalidade, ele depende das variações que os diferentes trabalhadores, em sua relação com o meio, produzem – variações que em alguns casos deixam de ser individuais e passam a pertencer ao coletivo de trabalhadores, ainda que retornem à ação individual (SILVA; GOMES, 2016, p. 141).

Interessa-nos, portanto, analisar este ofício, mas especificamente este gênero profissional, a partir dos efeitos do distanciamento geográfico entre esses trabalhadores, na medida que a dificuldade do encontro e do diálogo, conforme o concebemos nesta pesquisa, pode corroborar, de alguma forma, para fragilizar o gênero.

Pesquisar o próprio ofício: uma via para cuidar.

Partimos de uma perspectiva teórico-metodológica que nos indica que o trabalho não se resume à reprodução de prescrições, ao cumprimento de normas, embora também comporte essa dimensão. Alinhamo-nos a compreensão do trabalho como um meio de ação para os sujeitos, uma fonte de expressão, de vida, problematizando-o, transformando-o: “Há, portanto, uma estreita relação entre trabalho e atividade, a qual pode ser expandida não mais como simples tarefa, e sim como um fazer lançado a problematização” (OLIVEIRA; FONSECA; MOEHLECKE, 2016, p. 123).

Sobre essa compreensão do trabalho, Osório (2016) também nos indica o trabalho como um objeto tecido a cada situação, construído e reconstruído na atividade. A partir desta perspectiva, colocamos em análise esse trabalho móvel, inventado em seus recomeços diários, uma experiência a ser construída com cada um e com todos aqueles que estão no ofício:

Mais do que o trabalho, interessa-nos o trabalhar, a atividade com seu movimento e singularidade. Falar do trabalho como atividade é falar de subjetividade, entendendo subjetividade também como processo, como deslocamento de caráter tanto coletivo quanto singular [...] A dimensão vivida do trabalho é sempre uma (re)criação, uma novidade que não pode ser facilmente apreendida em palavras ou descrita previamente, mesmo levando em consideração o depoimento daqueles que trabalham (OSÓRIO, 2016, p. 42, grifo do autor).

Tomamos a dimensão vivida do trabalho como a experiência que se passa no instante em que, a organização do trabalho, com suas normas, porta uma potência de agir, sempre em vias de ser aumentada e/ou diminuída, reinventando-se e/ou enrijecendo-se. O trabalho como objeto de estudo é, aqui, considerado nessa dimensão de experiência que está sempre por se dar, por se experimentar, entre trabalho prescrito e trabalho realizado.

Consideramos a atividade de trabalho como uma provação subjetiva, onde o trabalhador avalia-se e, também, aos outros, na perspectiva de realizar o que deve ser feito, o que nos indica que há uma distância entre o que se faz e o que está prescrito para se fazer.

Neste processo, a atividade inclui as atividades suspensas, contrariadas ou impedidas (CLOT, 2010a). Neste sentido, ela comporta aquilo que é feito e, também, aquilo que não é feito, evidenciando os conflitos inerentes à atividade. Na dimensão da atividade realizada, portanto, vive-se os impasses do real da atividade.

Nas fronteiras móveis do trabalho, o real da atividade é essa dimensão dos impasses, impedimentos, o que não se faz, o que se quis fazer. Considerando o trabalho a partir da atividade, a experiência no concreto do trabalho não se dá em uma relação direta entre o que está prescrito e o que se faz, mas sim em um plano de imanência (AMADOR; NEVES, 2016), em uma perspectiva que pretende tencionar as categorias majoritárias e normativas, dando destaque ao trabalho vivo, no fazer de cada trabalhador e no coletivo de trabalho.

O real não é identificável com as condições externas da atividade psicológica. O real é a modificação dessas condições pelo sujeito e não essas condições em si mesmas. Não se trata de um ambiente, mas de um meio de ação delimitado pelas iniciativas que o sujeito toma, só ou com os outros, em condições que nem por isso são fixadas por ele. O real é a ação de realização – jamais totalmente previsível – que põe o sujeito em contato com as realidades objetivas do mundo das coisas e dos homens, ocasiões para, e obstáculo ao seu desenvolvimento (CLOT, 2006a, p. 93).

A partir da concepção de trabalho que seguimos, a unidade de análise passa a ser a atividade. Silva e Gomes (2016), ao discutirem a abordagem das clínicas do trabalho, nos indicam uma leitura sobre o conceito de atividade que nos guiou no percurso desta pesquisa:

A atividade, com base nessas abordagens, apresenta-se como uma tentativa, nem sempre eficaz, de lutar contra a inércia, de lidar com as variabilidades e o acaso e de dar conta da tarefa para que se foi designado. Ela sempre resulta em saberes (em geral invisibilizados), os quais sempre dizem de um patrimônio que é a base para a realização da atividade, podendo ser produzidos de forma mais abundante, coletivizados ou descartados, dependendo da forma como o trabalho é organizado e das relações estabelecidas” (SILVA; GOMES, pág. 141, 2016, grifo do autor).

O conceito de atividade nos remete a uma análise do trabalho atenta aos meios de propagação, entre os trabalhadores, dos saberes resultantes da atividade, importando-nos, neste caso, o componente genérico que lhe embasa e de que maneira ele mobiliza e é mobilizado pelos trabalhadores. Seguindo esta direção, entendemos que estar com os trabalhadores é se conectar com o trabalho em sua dimensão de experiência, onde a partir dos encontros e das relações que se presentificam, nesta pesquisa, rupturas e tensionamentos nos modos rígidos de conceber o trabalho nos levam aos conflitos da atividade e ao seu movimento incessante entre o que nos paralisa e o que nos impulsiona.

Privilegiamos o saber encarnado no convívio com os trabalhadores, com tudo o que poderíamos considerar como potente ou limitado. Cabe-nos, desse modo, produzir com o outro a possibilidade de avaliarmos os efeitos de nossas ações com base naquilo que efetivamente nos faz sentido, aspirando ao mesmo tempo, nessa avaliação ética, à ampliação de nossa própria capacidade de agir (SILVA; GOMES, 2016, p. 142).

Destacamos, contudo que, no cotidiano do trabalho, as relações com os pares na organização de trabalho, por vezes, podem petrificar a disposição humana para agir. Ora, como é possível estarmos em movimento no trabalho, interagindo com as pessoas, cumprindo as normas e não agirmos? Partimos da perspectiva de que ser ativo não se resume a ter uma ocupação (CLOT, 2010b). Podemos ter uma ocupação e não sermos ativos, ou seja, não nos apropriarmos do que fazemos, a ponto de transformar nossa tarefa, a partir dos meios que inventamos e reinventamos para agir. Nesse caso, muitas vezes, podemos nos encontrar passivos, nos mexendo a partir de um movimento que mais nos arrasta do que nos impulsiona. Ficamos, de certa forma, inertes. Sobre este aspecto, pesquisadoras como Oliveira, Fonseca e Moehlecke (2016) sinalizam para a necessidade da norma no trabalho, mas advertem sobre a perda da capacidade normativa por parte dos trabalhadores:

Nesse ponto, não se pretende um trabalho sem normas, que seria inviável. Contudo, sabemos que se ficarmos sempre sobre os mesmos estriamentos, cumprindo as mesmas prescrições, essas nos tiram a potência e inibem a expansão da vida. A reprodução contínua sobre o estriado provoca uma paralisia diante dos obstáculos, uma incapacidade de opor-se ao poder, ficando aprisionado dentro de sistemas determinados. Perde-se a capacidade normativa ao apresentar deficiência de instituir normas diferentes sob novas condições; uma inépcia de renormatizar, de diferir, de mudar situações específicas que não funcionam mais. São carências da habilidade de conexão, de afectar e de ser afectado em um sistema restritivo. A criação de normas é da ordem da autonomia, ou seja, refere-se à atitude de discutir acordos vigentes e à invenção de outras normas pertinentes às novas contingências com toda sua adversidade (OLIVEIRA; FONSECA; MOEHLECKE, 2016, p. 120).

Seguindo essas pistas, nos voltamos para a análise do trabalho dos psicólogos e psicólogas da assistência social em uma instituição militar, colocando-nos a questão de como se dá a capacidade normativa desses trabalhadores, também militares, no fazer diário de suas atividades. Como, em uma instituição militar, tem se ressignificado normas por parte destes trabalhadores? Como estabelecer encontros e relações que mobilizem a dimensão do coletivo de trabalho? Como fortalecer um gênero profissional nesta instituição?

Interessa-nos, portanto, acompanhar os modos de apropriação da tarefa por esses trabalhadores, no conflito entre a atividade de cada um com a atividade do outro, da organização do trabalho e do objeto de trabalho, tomando o trabalho como uma experiência a

ser tecida e não descrita. Nesse sentido, a análise do trabalho a que nos dedicamos nesta pesquisa não possui um caráter individual e nem de reprodução de modos de trabalho particulares e pessoais, mas sim, a uma análise do trabalho como um recurso para a mobilização do gênero profissional em questão.

Entrar em um processo de produção do ofício é como estar diante de uma porta sem saber o que está depois dela. Carregamos as bagagens de uma vida repleta de histórias. Elas nos servem, até certo ponto, mas não guardam semelhança ou proximidade com o que está por vir. Embora, tentemos assemelhar e aproximar. Como diz Manoel de Barros (2016): “é preciso desinventar objetos”; o que é ou era pode não ser mais, ou mesmo, pode não ter sido nunca. Assim, me vi, enquanto trabalhadora, profissional de psicologia, a ingressar em uma instituição militar com bagagens que outrora me serviram, sem serventia ali. Era preciso, então, desinventar objetos para inventar uma nova história.

Na dureza do cotidiano do trabalho, no espaço institucional em questão, atravessado por linhas rígidas, encontramos normas que refletem modos de funcionar que operam a partir de uma certa lógica representacional do humano, do trabalho, do sofrimento psíquico, da assistência social, da psicologia. Como modelos a serem reproduzidos, a tendência a que essas representações nos levam é a de demarcar a separação entre aquilo que é, a partir de uma determinada perspectiva, colocando todas as suas variantes a ocupar o lugar do desvio, como riscos que devem ser prevenidos. É importante destacar, entretanto, que o problema não está na representação, antes, é preciso estar atento ao funcionamento da representação e os riscos de tomar o mundo e/ou determinadas categorias como representação.

Assim, no cuidado com as questões psicossociais que constituem a realidade dos militares e seus familiares nos deparamos com conflitos de nossa atividade enquanto profissionais de psicologia a atuar na assistência social desta instituição. Entre todas as prescrições que estabelecem nossas tarefas e a experiência cotidiana a se fazer com as pessoas que atendemos, há uma dimensão inacessível a olho nu e que não é capturável em uma visada prévia ou representacional da vida. O cuidado com as pessoas e suas demandas é o objeto de nossa atividade e, como tal, nos coloca, inadvertidamente, diante do real da atividade, dimensão que comporta muito mais do que aquilo que conseguimos realizar. É, antes, o embate constante que nos coloca impasses, impossibilidades, limites. Diante destes obstáculos, que permeiam toda e qualquer atividade, podemos nos encontrar com ou sem

recursos para não nos paralisarmos, vias de saúde e adoecimento profissional, a depender de cada um e de todos, a partir da organização do trabalho.

Nos desafios para uma elaboração coletiva dos problemas do cotidiano do trabalho, devido a uma estrutura organizacional hierarquizada, com separações bem definidas e ao distanciamento entre os trabalhadores, que atuam isoladamente em seus núcleos e setores, com poucos espaços de discussão e problematização do cotidiano do trabalho, supomos um ofício com sua dimensão genérica fragilizada, com poucos recursos para seu desenvolvimento, atrofiando a capacidade de agir dos trabalhadores. Contudo, como afirmar a tessitura de linhas que comportem a capacidade normativa dos trabalhadores em questão?

Para uma pesquisa sobre o ofício, privilegiamos a via para “cuidar do trabalho” em contraposição a via para “cuidar das pessoas”, considerando que esta última parte de uma “perspectiva de reparação que acredita poder salvar o *bem estar* contornando as questões do *bem fazer*” (CLOT, 2013, p. 02, grifo do autor). Ou seja, um modo de conduzir as questões problemáticas afetas ao trabalho, em um discurso de “humanização”, ao tratar o sofrimento e as angústias do trabalhador oferecendo ajuda profissional especializada. Neste caso, os problemas do trabalhador no ambiente de trabalho são atribuídos ao próprio trabalhador, então, é ele quem precisa se cuidar. Porém como cuidar do trabalhador sem cuidar do seu trabalho? Como cuidar, verdadeiramente, sem problematizar as afecções que acometem o trabalhador no cotidiano da dinâmica da organização do trabalho?

A atividade psicológica no trabalho é aquilo que se faz no universo dos outros para dele participar ou separar-se. É o trabalho assumido pelo sujeito no âmbito do trabalho dos outros. Podemos pensar em uma relação ética, uma espécie de composição de si a partir do encontro com o outro, para estabelecer limites e traçar hibridizações [...] Nessa trama, o trabalho é a capacidade de estabelecer engajamentos” (OLIVEIRA; FONSECA; MOEHLECKE, 2016, p. 123).

Para cuidar do trabalho, não podemos desprezar a responsabilidade de todos em uma relação que comporta a atividade de cada um com a atividade do outro, com o objeto de trabalho e a organização do trabalho. Neste sentido, deve-se buscar uma terceira via (CLOT, 2013), para além de instituir “boas práticas” ou tratar os trabalhadores. Nesta terceira via, deve-se fazer “dos mestres do ofício, esses ‘especialistas’, os protagonistas de uma ação discreta, mas tenaz, para realizar um trabalho de boa qualidade” (ibid., p. 06). Os “especialistas” são, portanto, nesta terceira via, aqueles que trabalham. O pesquisador ou analista do trabalho não se coloca em *relação de* com estes trabalhadores, mas, sim, em

relação com, acompanhando os movimentos conflitantes da atividade de trabalho, ajudando-os para que eles mesmo se “encarreguem” de seu ofício.

Nessa trama de engajamentos, o ofício se forja, em um conflito que lhe é inerente e que não cessa. Pesquisar o ofício implica, portanto, considerar esta dimensão conflituosa que lhe é constituinte e que o torna vivo em cada um e em todos. Nesse sentido, o protagonismo dos trabalhadores em seu cotidiano de trabalho nos indica uma via para cuidar do ofício:

A saúde pode ser perdida no meio profissional quando o ofício deixa de ser objeto de cuidados necessários. Não sendo “cuidado” pela organização de trabalho e por aqueles que o exercem, ele pode deixar de ser um recurso (*ressource*) para a saúde e se transformar em fonte (*source*) de doença (CLOT, 2013, p. 06, grifo do autor).

No entanto, o ofício pode sucumbir ao conflito que o mantém vivo, se uma de suas dimensões encontrar-se fragilizada ou mesmo não existir. O ofício se constitui de quatro dimensões: pessoal, interpessoal, transpessoal e impessoal. De acordo com Clot (2013), o ofício é pessoal porque em cada situação ele é singular e não tem sentido sem um destinatário para a atividade. Por isso, o ofício é considerado pessoal e interpessoal. Já sua dimensão transpessoal refere-se a uma história coletiva, que se forja entre as inúmeras situações em que os sujeitos precisaram se haver para responderem por ela, é seu componente genérico. E, por fim, a dimensão impessoal refere-se as prescrições.

Como dito, Clot (2013) apresenta uma argumentação na qual ele distingue duas vias: cuidar das pessoas e cuidar do ofício. Para este autor, os problemas vivenciados pelos trabalhadores são encarados pelas organizações de trabalho como decorrentes de uma fraqueza por parte dos mesmos, colocando-os como acidentados a serem socorridos, transmitindo, segundo ele, uma compaixão falsa e um reconhecimento imaginário por parte das hierarquias com relação ao “sofrimento no trabalho”. Como efeito desse reconhecimento imaginário, oferece-se dispositivos para cuidar desses trabalhadores: encaminhamentos para clínicas psicológicas, serviços assistenciais oferecidos pela própria organização de trabalho, etc. Esta via seria, então, a via para cuidar das pessoas. Em contrapartida, a proposta da clínica da atividade nos aponta um outro caminho, onde o ofício seria em si mesmo algo em que o trabalhador possa se reconhecer. Afinal, ao se cuidar do ofício cuida-se das pessoas.

A intersubjetividade do reconhecimento é constitutiva do ofício (CLOT, 2010a), ou seja, na relação com a atividade dos outros, os pares na organização de trabalho, nas trocas

entre eles é que se forma o ofício. Desta forma, o ofício não é uma prática, nem uma atividade, muito menos uma profissão. O ofício é:

uma discordância criativa - ou destrutiva - entre as quatro instâncias em conflito de uma arquitetura fundamentalmente social que pode adquirir uma função psíquica interna. Uma ligação-desligamento a sustentar e sempre refazer entre os espaços-tempos irredutivelmente pessoal, impessoal, transpessoal e impessoal (CLOT, 2013, p.06).

A dimensão impessoal do ofício é o que nos sustenta na entrada no *métier* até o momento em que nos deparamos com os conflitos da nossa atividade, com os fazeres que nos tangenciam, seja nos pares, na organização do trabalho, no nosso objeto de trabalho. São os obstáculos do real que se mostram no conflito entre a dimensão impessoal do ofício e o real da atividade:

Aquela ou aquele que “entra” em uma situação de trabalho, sem conhece-la previamente, tem de começar, não tem outras escolhas senão cumprir a prescrição que inicialmente, é o único recurso para conseguir fazer o que deve ser feito. O impessoal da tarefa – sobretudo, se esta foi bem concebida – revela-se, então, como algo precioso para o desenvolvimento da atividade. Ele é mesmo, no começo, a fonte principal da ação na qual o novato vai buscar suas razões de agir. Mas a descoberta dos obstáculos do real não deixará de expô-lo ao conflito existente entre a prescrição impessoal que ele procura utilizar e o leque das atividades pessoais que se desenrolam à sua volta (CLOT, 2010a, p. 295).

Ao entrar na produção do ofício, enquanto psicóloga a atuar na assistência social em uma instituição militar, nos encontros com os pares, foi possível ouvir vozes múltiplas que denotavam modos de fazer, ora em concordância, ora em discordância. Algumas vozes assumiam-se como carros de som, reproduzindo as normas, repetindo-as, outras, faziam algumas problematizações tímidas sobre o trabalho. No entanto, todas tinham uma função: transmitir o ofício ao novato. Nesse processo de transmissão, ainda incipiente, percebia-se um distanciamento entre os pares, pouca articulação coletiva, nas falas individualizadas se repetia temas relativos a práticas isoladas, focadas na reprodução das normas e tarefas.

Ao me dirigir para o campo de atuação, após esse processo de “estágio”, senti na pele as impressões compartilhadas com os pares nessa fase inicial de entrada no ofício. A sensação de estar sozinha e sem referências causa angústia e insegurança, principalmente, quando se esgota o recurso disponível nas normas frente ao real da atividade. O trabalho, além das tarefas, é uma experiência que comporta histórias e escolhas de vida que se mesclam no seu fazer diário. Por isso, ele também se faz enquanto expressão de vida, podendo desenvolvê-la ou aprisioná-la. Como efeitos da supressão do trabalho como expressão de vida, encontramos

peças desinvestidas de desejo no trabalho, suportando-o, no jogo conflitante das escolhas da vida, por vezes adoecendo ou abandonando-o. Nesse sentido, cuidar do trabalho é cuidar para que ele se atualize, constantemente, como meio de ação para os sujeitos.

Para realizar as tarefas, como novata no ofício, fiz o movimento de buscar amparo nas normas e nas falas dos mais antigos. Ao tentar reproduzi-los, uma lacuna de sentido se formava, como efeito do conflito entre a dimensão impessoal - as prescrições - e os impasses da atividade, pois aquelas pouco ajudavam a lidar com estes. Clot (2010a) já sinalizava para esse momento de entrada no ofício, em que o novato se dá conta que as vozes ouvidas se contradizem:

Nessas condições, fica por resolver o conflito entre ofício impessoal, embutido na tarefa, e o ofício pessoal, exercido por cada um daqueles que estão a sua volta. Mesmo depois das justificativas fornecidas por cada um daqueles a quem se dirige, o novato acaba constatando que, além de não convergirem, tais depoimentos são, inclusive, contraditórios (CLOT, 2010a, p. 295).

No entanto, a partir do diálogo entre os antigos, aquele que entra no ofício pode tirar proveito para superar o conflito em que se encontra. Na conjugação das divergências, ele analisa a atividade de cada um, refazendo-as, tomando-as como referência, utilizando os recursos da dimensão interpessoal do ofício:

Por enquanto, ele (o novato) deu as costas para a prescrição impessoal que, inicialmente, lhe havia servido de fonte de inspiração. É ela agora que se tornou um obstáculo. Ela não lhe fornece nenhuma ajuda para compreender o que poderia fazer, ou seja, o que os outros fazem, mas de maneira diferente. Esses “outros”, seus pares, tornam-se então objeto de uma investigação. Distinguindo-os entre si, no fluxo das atividades conjuntas, é que ela começa a descobrir o diapasão comum que lhes serve de referência, o gabarito das ações que cada um retoca à sua maneira, as obrigações nas quais eles se reconhecem juntos (CLOT, 2010a, p. 296, grifo nosso).

Entrar no ofício é entrar em um novo mundo. Nesse novo mundo, sem termos recursos suficientes, é necessário que nos utilizemos das prescrições, aquilo que nos diz o que deve ser feito. Ao tatear pelo novo mundo, conhecendo seus habitantes e suas práticas, percebe-se uma incongruência, um limite, entre as prescrições e o modo como nossos pares lidam com as tarefas. Tal situação, provoca um fluxo na dinâmica do ofício que deixa de ser apenas impessoal, baseado em prescrições, e passa a ser interpessoal, em uma relação com a atividade dos pares.

Em um exercício de comparação entre seus pares, quem entra no ofício observa os desvios que cada um faz para agir e começa a separar de si e dos outros aquilo que remete à

uma dimensão genérica, que é próprio do ofício, independente de quem nele esteja. Essa separação nos indica os previsíveis genéricos da atividade que permitem uma saída diante do imprevisível. Nas fronteiras onde a prescrição não alcança, no real da atividade, são estes previsíveis genéricos que servirão de recurso para que cada trabalhador possa retocar o ofício. Nesse momento, o ciclo do ofício atinge sua dimensão transpessoal:

Interpessoal, o ofício abre-se, então, ao transpessoal. E o gênero profissional [...] torna-se matéria de reflexão para o novato: ele começa, no melhor dos casos, a reconhecer-se em algo que ele torna cada vez mais independente de cada um dos colegas. Ele o libera das atividades conjugadas dos pares. Ele o vê através de cada um, mas sem confundi-lo com cada um (CLOT, 2010a, p. 296).

Nesta pesquisa, é esta dimensão do ofício psicóloga em uma instituição militar que colocamos em análise - sua dimensão transpessoal, genérica - entendendo que ela é um recurso para ação dos trabalhadores que conserva e desenvolve o ofício. Trata-se de uma história que cada trabalhador contribui e retoca sem ser seu proprietário. O ofício torna-se vivo com os trabalhadores, mas sua dimensão transpessoal é a que o mantém, para além dos trabalhadores, como recurso disponível frente ao real da atividade. Este cenário histórico e genérico que habitamos como trabalhadores só existe quando, ao entrar no ofício, migramos por suas dimensões por meio do diálogo, quando falamos entre nós sobre os nossos meios deslocados para realizar uma tarefa e onde as prescrições por si só não são suficientes.

Ora, reafirmamos que o ofício se encontra inacabado e não se tem uma palavra final que lhe encerre. Ele é uma construção, um refazer constante entre as quatro dimensões que o compõe. Torna-lo vivo é, portanto, oportunizar este conflito, de maneira que os próprios trabalhadores se encarreguem dele, em seus embates, impasses, reformulações, desvios, rupturas, renormatizações.

Nessa direção, tomamos a pesquisa como um dispositivo para cuidar do ofício, propondo meios de estar com os trabalhadores, ao lado deles, para oportunizar vias de transformação da demanda de angústia com o trabalho em ação transformadora para conhecer o ofício e, assim, ampliar o poder de agir desses trabalhadores, fortalecer e desenvolver o gênero profissional psicólogo da assistência social em uma instituição militar.

Cuidar do ofício: outrando-se entre pesquisadora e trabalhadora.

Psicóloga, trabalhadora, atuando em uma instituição militar, tendo seu corpo cingido pela farda militar e pela trajetória profissional “psi”, até então, vivenciada, depara-se com os anseios de sua prática frente aos possíveis e limites da atividade da psicologia na assistência social desta instituição. Pesquisadora, interessada na investigação do ofício dos psicólogos e psicólogas que atuam na assistência social em uma instituição militar, lança-se aos caminhos da pesquisa, tateando os terrenos, experimentando outrar-se.

Outrar, uma transgressão linguageira que coloca em questão os discursos de identidade “que insistem em relegar à existência uma substancialidade previsível” (SIMONI e MOSCHEN, 2012, p. 180). Ora, é acompanhando o movimento de estranheza em outrar-se que trabalhadora e pesquisadora se reinventam no processo de pesquisar:

...outrar implica uma fronteira em movimento, uma estranheza que começa a ganhar contornos (fluidos) e que, por isso mesmo, desloca, desequilibra, interroga. Um eterno (re)começar, pois ainda que tenhamos a sensação de que tempo é só sucessão, ele não é senão corte e remontagem [...] Outrar implica suspender o olhar que parte do mesmo, deslocando-se para a fronteira vertiginosa do estranhamento. Experimentar o intervalo abismal inscrito pelo tempo, deixando que o corte da pergunta deixe suas marcas nas remontagens engendradas” (ibid., p.181, grifo do autor).

Como pesquisar o próprio ofício? É a questão que abre cortes e engendra remontagens trazendo à cena um campo problemático. Nesse movimento, trabalhadora e pesquisadora estranham-se, rompendo com as identidades prévias que supostamente as significam para se resignificarem na experiência de pesquisar. O campo problemático emerge, então, no conflito entre as angústias vivenciadas pela trabalhadora em seu trabalho e o delinear da pesquisa, transformando essas angústias em diálogos, como método para a análise do trabalho, cuidando-o, aos moldes da diretriz metodológica da clínica da atividade:

Não cuidar das pessoas, mas cuidar do trabalho. Quando digo cuidar do trabalho, em francês, tem um duplo sentido: transformar o trabalho, mas também, em francês, fazer um bom trabalho, é a qualidade do trabalho bem feito que é uma fonte de saúde. [...] de modo que cuidar do trabalho é transformar a organização do trabalho. Essa é uma fonte de abordagem de ação. Criar situações e encontrar técnicas nas quais se transformem os trabalhadores em sujeitos da situação, fazendo-os protagonistas da transformação (CLOT, 2010b, p. 222).

A questão, então, transforma-se: como cuidar do ofício? Como transformar as angústias em ação? Como cuidar do vivido como material de análise do trabalho? Como dizer

de uma vivência? Essas são questões que atravessam o processo da pesquisa. Colocam trabalhadora e pesquisadora em um constante movimento de escape de uma lógica representacional carregada de verdades apriorísticas e de captura do fluxo movente de possibilidades de vida no encontro com o fazer do trabalho e o fazer da pesquisa. É nesse sentido que tomamos de empréstimo o neologismo verbal presente em outrar³, como aquilo que se passa entre as posições de “*sujeito à e sujeito de*”, considerando que entre um e outro nada está dado de antemão e que é no encontro dos infinitos recomeços que se forjam diferentes modos de trabalhar e pesquisar.

Enquanto psicóloga em um núcleo de assistência social de uma instituição militar, indagava-me como os demais profissionais da psicologia, que atuavam nos outros núcleos, distribuídos pelo país, conduziam-se entre as normas instituídas pela organização do trabalho, as leis referentes à assistência social em nosso país e o cotidiano do trabalho, levando em consideração as especificidades de uma prática em assistência social no contexto militar. Estas nuances ganhavam contornos conflitantes que levavam à busca por referenciais: Como fazer? Para que fazer? Quais práticas psicológicas se instituem neste contexto da assistência social?

Muitas destas questões buscavam respostas, mas, sem sucesso. Na ânsia de que um “outro” pudesse responde-las e solucionar os conflitos de uma prática. Nesse movimento, a angústia parece eclodir como saída, já que esse “outro” não foi encontrado. No movimento de buscar um “outro”, pode-se afirmar uma dupla direção: a primeira, uma tentativa de encontrar respostas fora de si, fora do ambiente de trabalho e da trabalhadora, baseada em uma crença na separação entre sujeito e objeto, entre trabalhador e seu cotidiano de trabalho, tomados como dissociados de uma dimensão processual; ao mesmo tempo, pode-se também supor uma segunda direção, que nos aponta para uma fragilidade nos recursos para ação desta trabalhadora, que não encontra em seu coletivo de trabalho meios para ação: uma dimensão genérica do seu ofício em que possa amparar-se e desenvolver-se.

Entretanto, tomando a via da segunda direção, nos interessa, enquanto objeto de investigação da pesquisa, desenvolver meios para se estar com esses trabalhadores enquanto autores em seu *métier*, considerando o trabalho como “uma atividade permanente de recriação de novas formas de viver, e não apenas como tarefa, mas como atividade dirigida, histórica e processual” (BENDASSOLLI; SOBOLL, 2011, p. 10).

3 Verbetes do livro “Pesquisar na diferença: abecedário”, 2012, págs. 179 a 181.

Considerar os trabalhadores como autores do *métier*, protagonistas da transformação da organização do trabalho, implica conceber uma dimensão do trabalho que não se limita ao prescrito, à tarefa, mas que comporta rupturas entre as normas e o que efetivamente se faz. São essas rupturas que podem produzir um ambiente de saúde no trabalho se considerarmos que elas podem indicar transformações das normas pelos trabalhadores para que o trabalho seja “bem feito” (CLOT, 2013), modos de fazer que são incorporados em um coletivo de trabalho como história viva de um ofício a ser aprimorada e desenvolvida com a contribuição que cada trabalhador pode oferecer.

A partir da direção teórica-metodológica que seguimos, fazemos uma aproximação com o neologismo verbal *outrar-se* como recusa a esse “outro” externo, substancial e rígido para fazer ouvir o “outro” que se reinventa em cada um, consigo mesmo, com a atividade do outro, com o objeto de sua tarefa, na interface relacional do fazer no trabalho, considerando que o trabalho é “fundamentalmente encontro e troca com os outros” (LHUILIER, 2011, p.42), provocando um “sair de si mesmo” para compor uma trama que não tem diretamente ligação consigo mesmo.

E é essa trama que nos interessa, no caso dos psicólogos e psicólogas da assistência social de uma instituição militar. Tomamos a composição dessa trama, a partir da Clínica da Atividade, que nos indica que o reconhecimento não é o que vem de um outro, mas sim, a possibilidade de os trabalhadores se reconhecerem no que fazem como “a inscrição em uma história que não é apenas a história dos sujeitos concernidos, mas a história de um ofício” (CLOT, 2011, p. 73). A trama que consideramos aqui é, então, a história de um ofício. Como ela se forja? Seguimos a pista que nos indica que na clínica da atividade

...não há unicamente destinatários no envolvimento subjetivo, sejam eles, pares ou chefes. A mobilização subjetiva no trabalho está direcionada para um supradestinatário, para alguma coisa distinta e não apenas para algum outro (ibid., p.73).

A esse supradestinatário denomina-se a instância transpessoal do ofício, o gênero profissional:

Essa história guarda, como um enigma, a totalidade das ambiguidades do trabalho coletivo, a memória dos fracassos, dos problemas sem solução, das proezas realizadas, mas também das “pequenezes” onde competem o não exequível e o exequível em gestação. Essa memória pode encontrar um futuro na ação que se desenrola no trabalho. Quando ela se revela intransigente pode, pelo contrário, comprometer a ação e aprisiona-la. Uma clínica da atividade se destina ao embate desses conflitos de destino na atividade coletiva e individual com o propósito de

preservar a possibilidade de transformar a tarefa e a organização para aumentar o poder de ação dos profissionais na arquitetura de seu ofício (ibid., p. 74).

O ofício se constitui, então, na relação das quatro dimensões - pessoal, interpessoal, transpessoal e impessoal - que se conectam e reconectam possibilitando o desenvolvimento do ofício ou seu impedimento. Destacamos, contudo, a dimensão transpessoal, tomada a partir do gênero profissional, pois dentre as quatro dimensões é a que conserva o repertório histórico do ofício, o referencial para o coletivo de trabalho e que permite a cada trabalhador o sustento na ação a empreender. Sendo assim, essa dimensão do ofício é mobilizada pelos trabalhadores e os mobiliza para ação, como um referencial, uma memória coletiva que carrega o ofício, sendo atemporal e coletiva. Por isso, um gênero profissional enfraquecido limita o desenvolvimento do ofício, atrofiando os trabalhadores que não encontram um sentido, uma sustentação coletiva para desenvolver a atividade:

O gênero profissional é sempre coletivo, conservando e transmitindo a história das relações que dá sustentação à determinada atividade de trabalho – carrega não só seus “sucessos”, mas também todos os equívocos que o coletivo deixou manter; retém a memória do meio. Ele torna apto ao trabalho, prepara, sustenta e orienta os trabalhadores para atividade em cada situação. Age como um dispositivo produtor de sentidos coletivos que propicia aos sujeitos superar o fosso existente entre a organização (formal) do trabalho e a vida. Protege os trabalhadores de errarem sozinhos (SILVA; GOMES, 2016, p. 140).

Quando seguimos o fluxo das dimensões do ofício, elas aumentam nossa potência de agir no trabalho, de maneira que se pode “assumir pessoalmente o dever do ofício” (CLOT, 2010a, p. 297). No entanto, nada nos obriga a isso e podemos caminhar para uma transição de novato a expert, onde se vive um novo conflito, ou seja, uma posição onde nos encontramos em dificuldade na tarefa e mal equipado pelo gênero profissional para alimentar a expectativa de ser eficaz. Uma via para este conflito exigirá do trabalhador prosseguir na história do ofício por sua própria atividade, colocando-o a obrigação de inventar:

Para que essa história ‘passe’ por ele impõe-se uma obrigação: ele terá que inventar. E para isso, aceita de bom grado o inventário do já realizado e do já dito para examinar todas as questões e chegar até as fronteiras em que o ofício ainda está contido. É necessário que no trabalho coletivo com outros, ele possa também encontrar os novos meios que lhe permitirão transpor essas fronteiras com eles e superar as ingenuidades e as ilusões que envolvem necessariamente qualquer coletivo de trabalho (CLOT, 2010a, p. 297).

Nesse movimento, o novato que deu origem ao expert, encontra-se autor do ofício, ou seja, ele não reproduz, ou, como diz Clot (2010a) ele não é apenas do ramo, ele possui um

ofício e realiza um ofício. Nesta pesquisa, tomamos esse movimento de entrada no ofício como ponto de abertura para a questão decorrente da situação real de uma trabalhadora que se lança na pesquisa do ofício em que se encontra novata, tornando-se expert: como pesquisar o próprio ofício? Questão que, ao longo da pesquisa, no processo mesmo da experiência dos encontros com os pares e com a escrita, dá lugar a questão de como cuidar do ofício? Uma questão para os trabalhadores desse ofício, como autores em seu ofício, assumindo a responsabilidade por seu desenvolvimento.

É nesse ponto que colocamos em análise o gênero profissional psicóloga, em atuação na assistência social de uma instituição militar, questionando a fragilidade desse gênero como recurso para o desenvolvimento da atividade dos trabalhadores. A partir da obrigação de inventar que nos aponta Clot (2010a), tomando o trabalho coletivo como meio propício para que o trabalhador tenha recursos para enfrentar os impasses do real, interrogamos os espaços de diálogo disponíveis para esses trabalhadores, considerando a ação dialógica como transformadora da tarefa.

Portanto, tomamos a demanda da trabalhadora, com suas angústias frente a sua prática e ao seu contexto de trabalho, em transformação no contexto da pesquisa, para cuidar do ofício. Nesse sentido, nos interessa saber como, na arquitetura do ofício dos psicólogos e psicólogas da assistência social em uma instituição militar, a trama histórica do ofício se forja? E em que medida o gênero profissional encontra-se operando e sendo operado por estes trabalhadores para conservar e movimentar essa história, a ponto de cultivá-la como recurso para ação e para o desenvolvimento de um coletivo de trabalho?

Inspirado nos métodos propostos pela clínica da atividade – autoconfrontação e instrução ao sócia – propomos dois momentos de análise para o gênero profissional em questão. O primeiro, uma autoconfrontação simples, onde coloco-me diante de um pesquisador, que não é do mesmo gênero profissional, para uma entrevista sobre minha atividade de trabalho. A proposta é provocar um deslocamento do lugar de pesquisadora para o lugar de trabalhadora, colocando em análise, a partir da confrontação pela entrevista, este gênero profissional.

Já no segundo momento, experimentamos uma autoconfrontação cruzada, onde me coloco junto a uma trabalhadora, do mesmo gênero profissional, em um diálogo. No entanto, a inflexão no método se deu a partir do encontro com a profissional do mesmo gênero, que nos suscitou problematizar o método da instrução ao sócia, inicialmente pensado. Neste

encontro, a condição de pesquisadora deu lugar à trabalhadora, mesclando-se as questões do vivido no concreto do trabalho na interlocução entre as trabalhadoras.

Tomamos, entretanto, estes dois momentos dialógicos como um exercício de uma atividade ao quadrado, ao se metamorfosearem em cenas, onde se faz questão aos previsíveis genéricos do ofício, em uma releitura daquilo que, minimamente, nos ampara para agir ou nos paralisa enquanto autores deste ofício.

Nesse sentido, a escrita também foi um instrumento para a análise da dimensão transpessoal deste ofício. Ou seja, o material da pesquisa transformou-se em uma escrita atemporal e impessoal, tendo como diretriz o exercício da experiência da escrita como uma ressignificação genérica da experiência do labor. Esse elemento tardio da análise configurou-se como um dispositivo para o reposicionamento na pesquisa entre pesquisadora e trabalhadora, colocando a trabalhadora em cena para ressignificar as narrativas, confrontando-as e separando-se delas, em um exercício de mobilização do gênero profissional.

2 – Inflexões metodológicas: a experiência do dizer.

“Uma entrevista poderia ser simplesmente o traçado de um devir”

Deleuze e Parnet (1998).

03 de julho: um interlocutor estrangeiro

Uma sala branca gélida, mesa de reunião, algumas cadeiras, um gravador, porta fechada. Um burburinho intruso de gente atravessava o ambiente pelas frestas da janela. Era um sopro de vida em um ambiente quase hermético, sorrateiro às pretensões hipotéticas, supostamente ideais para o controle das variáveis estranhas. Duas dimensões: o dentro e o fora; insistem-se em se coabitar, atravessam-se.

Por entre paredes mortas e vozes vivas, uma conversa:

- Pronto! Podemos começar?

O início: apenas um instante entre os caminhos da pesquisa. Vias paralelas estão a compor o movimento que se cristaliza em questão: como acessar a experiência no concreto do trabalho?

Uma via: a pesquisadora e, também, trabalhadora, psicóloga de uma instituição militar, dispõe-se a conversar sobre seu trabalho com um interlocutor estrangeiro.

- Vamos!

- Eu vou fazer algumas perguntas para você sobre o seu trabalho....

Alguns ajustes no equipamento de gravação...

- Fala um pouco sobre como foi seu ingresso nesse trabalho?

Um certo ar cansativo, quando se tem que explicar todo o processo. Não parece um assunto atrativo, relevante:

- Foi através de concurso público.

Pronto. A frase se fecha.

- Tinha no edital do concurso a descrição das tarefas que você iria executar?

- Não, não tinha escrito. Tinha edital, mas ele não era específico quanto à psicologia nesta instituição. Ele falava mais do processo do concurso em si. Então, a gente não sabia de antemão onde e como íamos trabalhar.

Uma resposta objetiva e sem brechas. Uma resposta a uma questão.

- Como foi chegar lá sem saber previamente o que você deveria fazer?

- A gente supõe. Supõe pelo que já ouviu de outras pessoas que trabalham lá. Durante o curso de formação, fizemos visitas a alguns locais de trabalho e conversamos com as psicólogas que já atuavam. O que se supõe é que a gente vai atuar de forma setORIZADA: ou saúde, ou psicologia organizacional, ou na área de educação. E tem uma assistência social no meio do caminho. Aí a gente supõe o que pode fazer, mas não tem nada escrito, previamente. Só depois, quando a gente é distribuída é que vamos nos inteirar de cada tarefa, das prescrições.

Suposições. O interlocutor estrangeiro segue na tentativa de colocar um ponto e vírgula na dureza do ponto final. Como romper as correntes que nos aprisionam e as falas que as representam? – ele se pergunta. Nem mesmo ele está isento disso, muito menos as suposições, mas o que seriam as suposições?

- O que você tinha de suposição?

- A gente supõe que vai atuar neste recorte aí de atuação. Essa suposição passa a ser um guia, uma forma de organizar as possibilidades e se preparar de alguma forma para elas, mas não se tem controle sobre isso, mesmo que tenhamos nossas afinidades, nossas experiências anteriores que nos inclinam para uma preferência ou outra. É a instituição quem decide onde a gente vai trabalhar.

Parece não haver saída.... Insiste o interlocutor estrangeiro:

- E com relação aos seus interesses, como você os concilia com o trabalho? No seu trabalho o que você gosta de fazer?

- Na verdade, é muito difícil dizer o que a gente gosta, quando a gente chega. Ficamos um tempo tentando se localizar no que aquela instituição espera de nós, quais são as demandas que ela nos coloca. Então, em um primeiro momento, eu fui para um setor de avaliação psicológica e aí eu fiquei muito pouco tempo neste setor, então, assim, eu não conseguiria te dizer se eu teria interesse de ficar naquele lugar, porque eu fiquei muito pouco tempo.

Um instante. O barulho de gente, o som dos aparatos da sala, o ritmo do pé que bate no chão, contando o tempo do compasso. A mão que acaricia o cabelo, os dedos que se intercalam sobre a mesa, a voz que se propaga retomando o cenário:

-Pensando aqui... mesmo antes de entrar neste trabalho, a avaliação psicológica não era uma coisa que me agradava muito não.

O olhar entre eles abre espaço para seguir em frente.

- Mas, depois, por interesse da instituição, eu fui transferida para um setor para trabalhar na parte de assistência social. Minha experiência anterior era com atendimento hospitalar e clínica. Uma mudança, na verdade, para mim. E, em tão pouco tempo neste novo ambiente de trabalho, eu me vi saindo de um setor de avaliação psicológica para atuar na assistência social.

Uma brecha foi cavada:

- E os seus interesses? Como você os concilia com as demandas da instituição?

- Não sei, não dá para dizer. Isso não me parece tão simples... Pode ser que com o tempo consiga responder essa pergunta. Eu escolhi este trabalho pelos atrativos de carreira, sabendo que o campo de atuação seria uma descoberta. Hoje percebo que é uma construção essa relação com o ambiente de trabalho. Com o tempo e com as alianças que vão se formando, talvez seja possível conciliar.

...

A cena que faz a abertura deste capítulo é um convite ao leitor a experimentar o processo de criação que se deu como efeito do percurso de pesquisa sobre o ofício dos psicólogos e psicólogas que atuam na assistência social em uma instituição militar. Enquanto pesquisadora, mas também compondo o campo de atuação dos psicólogos desta instituição, foi preciso se ocupar com a questão da posição pesquisadora/psicóloga, por isso coloquei-me na condição de entrevistada para ativar em mim uma experiência do dizer do meu trabalho ao estrangeiro.

A partir da diretriz metodológica indicada pela Clínica da Atividade, este trabalho propõe a entrevista como um dispositivo clínico de análise do trabalho, ou seja, como uma ferramenta que pode contribuir para a ampliação da vitalidade dos coletivos de trabalho e de seus recursos para a ação (OSÓRIO, 2010).

Na experimentação dos modos de fazer, nas idas e vindas do começar, questões vão compondo o campo problemático: como acessar a atividade de trabalho de quem pesquisa o próprio ofício? Como fazer esse ofício falar? Estas são algumas questões que emergem no processo. Deleuze (1998) nos encoraja a proliferar essas questões, muito mais do que respondê-las, no sentido de tomá-las como linhas rizomáticas a criar mundos e possibilidades.

Em um movimento involutivo⁴, emergir das profundezas da angústia do saber é se despir do excesso de razão que tudo explica; é estar sóbrio a caminhar entre as pistas do caminho. Pistas que se tornam pistas num determinado tempo, em um determinado encontro, num instante. E só são pistas se nos ajudam a transgredir a rota, a romper com a linha dura do pensamento, a sair das questões para produzir tensionamentos. Uma das pistas, então, foi essa: sair das questões é antes proliferá-las.

Então, de saída, preferiu-se seguir uma “*contra-rota*”, colocando as questões em suspenso para adentrar nos vagos e inconstantes movimentos que as perpassam. Nesse viés, o desenvolvimento de uma pesquisa implica a criação de seu método. O que nos indica que, para seguir a diretriz metodológica a que pretendemos, o método é efeito. A perspectiva, aqui, então, é voltar-se para o trabalhador em situação de análise sobre seu próprio trabalho.

Considerando o trabalho um processo, interessa a pesquisa conhecer sua dimensão processual. Nesse sentido, os métodos devem produzir uma transformação, onde se possa conhecer “seus modos e possibilidades de desenvolvimento, bem como os impedimentos da atividade e estratégias para ultrapassá-los” (SILVA; BARROS; LOUZADA, 2011, p.198). Para isso, o trabalhador é peça fundamental para que no encontro com eles e entre eles possa se dar visibilidade ao que conseguem apesar daquilo que não se consegue, às renormatizações que cada trabalhador ressignifica em sua atividade, compreendendo que esse movimento pode ampliar o poder de agir dos trabalhadores, fortalecer o gênero profissional e produzir saúde:

Um caminho ou um atalho de pesquisa vai se constituindo no processo de pesquisar, na fabricação dos instrumentos e dos objetos, o que implica um modo de colocar problemas, de pensar o trabalho. Mas produzir problemas não nos coloca em lugar de uma crítica paralisante; ao contrário, marca um posicionamento de instigar o vivo à ação. Ao lado de Canguilhem, a clínica da atividade toma o ser normal como ser criador de normas e não como adaptado à situação. Ser normal não é ser conformado. Tomamos então a vida como um jorro ininterrupto de criação. Diversos modos de pesquisar o trabalho ao se ater ao trabalho morto empurram o vivo para dentro de quadros artificialmente produzidos (ibid., p. 199).

4 Deleuze no texto “Uma conversa, o que é e para que serve?” (1998) propõe o termo involuir como uma postura atenta ao entre, localizando o devir como o movimento não capturável por uma perspectiva evolutiva, mas como uma zona de vizinhança.

Seguindo esta pista, propomos a entrevista como um recurso metodológico para estar com os trabalhadores, tomando-a como produtora de realidades. Nesse sentido, o manejo da entrevista deve cuidar para a construção de uma experiência que promova abertura às variações, às multiplicidades a fim de impedir seu fechamento em perspectivas totalizantes (TEDESCO; SADE; CALIMAN, 2016).

O campo problemático da atividade dos psicólogos e psicólogas na assistência social em uma instituição militar, bem como a questão da pesquisadora ser também uma trabalhadora deste gênero profissional, produziu um tensionamento na questão do método. A entrevista emerge como efeito desse processo. Entretanto, não se trata de qualquer entrevista. Não se toma, aqui, a entrevista enquanto uma técnica fechada, pois, dessa forma, nenhuma serventia ela teria aos objetivos por nós pretendidos. A entrevista nos importa se, por meio do seu manejo, os dizeres emergirem encarnados dos afetos próprios à experiência e não como um dizer sobre a experiência, permitindo um deslocamento entre o trabalhador e seu trabalho e operando como um meio para transformar a atividade e, assim, conhecê-la:

Assim, os métodos propostos devem necessariamente produzir um deslocamento do trabalhador do lugar de quem cumpre suas tarefas, com um grau mais ou menos elevado de automatismos, para o lugar de quem observa e analisa seu próprio trabalho. Desse modo, o trabalhador, ou o saber da experiência operado por este, se torna primeiro na análise da atividade (SILVA; BARROS; LOUZADA, 2011, p.197).

Contudo, afirmamos uma entrevista que não carrega em si a pretensão de desvendar o desconhecido, muito menos de coletar dados:

a entrevista na cartografia não visa exclusivamente à informação, isto é, ao conteúdo do dito, e sim ao acesso à experiência em suas duas dimensões, de forma e de forças, de modo que a fala seja acompanhada como emergência na/da experiência, e não como representação (TEDESCO; SADE; CALIMAN, 2016, p. 97).

Acreditamos que, ao convocar o trabalhador para falar sobre seu trabalho, a partir da entrevista, coloca-se em cena a “experiência do labor” (BARROS; PASSOS; EIRADO, 2014). Ou seja, tomamos a entrevista como um procedimento metodológico para análise da atividade de trabalho a partir do exercício dialógico que promove, considerando que quem investiga e quem é investigado coemergem nesse processo, reinventando-se e modificando-se:

A pesquisa da atividade do trabalho é um acesso à experiência do labor na medida em que a investigação é ela mesma uma experiência que se distingue e não se separa daquela que está sendo estudada. É esse plano comum, contínuo, que une as experiências daquele que investiga e daquele que é investigado, que precisa ser

considerado nas metodologias de investigação dos processos de trabalho (ibid., p.152).

Por isso, o que se apresenta neste trabalho não é a entrevista em si, sua reprodução ou transcrição, mas sim uma cena, uma escrita-efeito do percurso, pois o que se objetiva é o movimento interlocutivo produzido. A partir da entrevista, nos interessa como se passa o seu manejo e como é possível produzir análise do trabalho neste processo, considerando que o mesmo não se passa sem as tensões entre a experiência singular de quem trabalha e de quem pesquisa e a rede movente do plano coletivo que os atravessa.

Cabe destacar que a pesquisadora investiga o ofício do qual também faz parte como trabalhadora, profissional de psicologia em uma instituição militar e, como tal, objetiva colocar em análise seu gênero profissional. Neste sentido, a pesquisa, por meio da entrevista, pretendeu colocar em diálogo esta atividade de trabalho, ressignificando-a na experiência dialógica da escrita em cena. Por isso, a experiência do dizer toma o ponto central desta pesquisa, como dispositivo metodológico para transformar o ofício e assim conhecê-lo.

Voltemos à cena:

“Por entre parede mortas e vozes vivas, uma conversa:”.

A cena se passa em um encontro: um interlocutor estrangeiro, membro do coletivo de pesquisa, pertencente a outro gênero profissional; uma psicóloga e uma conversa. Não se tem um ponto de partida e nem um lugar onde se quer chegar. Há um instante em que se produz uma experiência. Nesse plano de realidades possíveis, o manejo da entrevista opera uma intervenção quando os dizeres podem “emergir encarnados, carregados da intensidade dos conteúdos, dos eventos, dos afetos ali circulantes” (TEDESCO; SADE; CALIMAN, 2016, p. 100).

Tedesco, Sade e Caliman (2016) nos indicam que, no início de uma entrevista, usualmente tem-se o procedimento questão-resposta, no intuito de disparar a conversa. A fala do entrevistado deve ser acolhida até que surja o momento propício para intervenções, desvios. Nesse sentido, a entrevista começa pelo meio. Na cena, observamos esse movimento disparador da conversa, bem como falas endurecidas, distanciadas e desencarnadas da experiência as quais refletem “práticas e formas de vida pautadas na representação, produtoras de separação entre dizer e o dito” (ibid., p. 100). A fala tende a se limitar a descrição, uma

explicação sobre a experiência, de forma a produzir um distanciamento entre quem diz e o que é dito:

“- Como foi chegar lá sem saber previamente o que você deveria fazer?”

- A gente supõe. Supõe pelo que já ouviu de outras pessoas que trabalham lá. Durante o curso de formação, fizemos visitas a alguns locais de trabalho e conversamos com as psicólogas que já atuavam. O que se supõe é que a gente vai atuar de forma setORIZADA: ou saúde, ou psicologia organizacional, ou na área de educação. E tem uma assistência social no meio do caminho. Aí a gente supõe o que pode fazer, mas não tem nada escrito, previamente. Só depois, quando a gente é distribuída é que vamos nos inteirar de cada tarefa, das prescrições.

- O que você tinha de suposição?

- A gente supõe que vai atuar neste recorte aí de atuação. Essa suposição passa a ser um guia, uma forma de organizar as possibilidades e se preparar de alguma forma para elas, mas não se tem controle sobre isso, mesmo que tenhamos nossas afinidades, nossas experiências anteriores que nos inclinam para uma preferência ou outra. É a instituição quem decide onde a gente vai trabalhar.”

Temos como desafio, então, provocar na linguagem uma ruptura com as estruturas que a colocam no patamar representacional para fazer ouvir os seus limites de invenção, sua potência transgressora, produzindo outros modos de relação em seu interior e em seus usos.

Afirmamos o caráter indissociável da experiência, de maneira que não concebemos um sujeito que conhece e um objeto a ser conhecido. Assim, entre aquele que trabalha e aquele que pesquisa nada está posto de antemão. Há um abismo assustador que nos faz querer fugir, com a crença vã de encontrar segurança em uma teoria anterior, nos livros que lemos em busca de respostas, na experiência de outros autores. Perda de tempo! A experiência está lá mesmo onde achamos que ela não está. Sem endereço. Atemporal. Acontecimento. É preciso vivê-la!

Pesquisadora e trabalhadora precisaram deixar de ser em si mesmas, para coemergirem na experiência da entrevista e da escrita. Neste sentido, destacamos a entrevista e a escrita como indissociáveis, seguindo a pista que nos indica que “entrevistar é uma forma de desenhar uma escrita que adentra o território desconhecido do outro” (SOUSA, 2012, p. 87).

Com isso, o que se quer dizer é que a primeira – a entrevista – antes de estar como recurso metodológico, esteve pelo meio: lá onde não se acreditava que ela estaria, na experiência de entrevistar. Inventando-se no encontro de personagens e trabalhadores reais, rompendo com estruturas rígidas, traçando um devir. A segunda – a escrita – afirma a experiência da entrevista, ou seja, rompe com a estrutura rígida de captura de realidade para capturar-se a si mesma de toda forma homogênea de estar na realidade. Um devir-escrita, seguindo a direção que nos aponta que “devir não é atingir uma forma, mas encontrar a zona de vizinhança” (DELEUZE, 1997, p. 11).

Nem a entrevista e nem a escrita emergem nesse processo como procedimentos prontos ou instrumentos de acesso a uma realidade dada, muito menos se constituem em um modo de fazer para ser replicado. Elas se dão na dimensão processual, na qual essa pesquisa se forja, e objetivam seguir fluxos de abertura a outros caminhos para se estar com aqueles que trabalham. Ao dizer isso, afirmamos, como Sousa (2012), que entrevistar exige uma abertura ao estranho, assim como o navegador que abandona seus instrumentos de navegação e produz uma deriva necessária no encontro do novo. É nesse movimento do entrevistar, ao se colocar à deriva, que o pesquisador acompanha o trabalhador, na escuta das palavras de ordem presentes na tarefa, sem deixar de estar atento às falas fugidias, ao exercício de pensamento, às variações da voz, do olhar, do corpo, enfim, àquilo que o aproxima um pouco mais de sua experiência, de sua atividade. Neste sentido, nos aproximamos do que o fragmento abaixo nos indica:

Acolhemos as opiniões, as palavras de ordem, que aparecem ao longo da entrevista, mas sem ficarmos fixados nelas, à espreita, aproveitando os instantes de maior expressividade nos quais os modos de dizer ostentam em si as variações, as rupturas de sentido, em continuidade com o plano genético da experiência. Dessa forma, a entrevista segue linhas rizomáticas, mais do que linhas arborescentes, binarizantes. A entrevista busca proliferar a questão mais do que obter informação (TEDESCO; SADE; CALIMAN, 2016, p. 110).

“Uma brecha foi cavada:

- E os seus interesses? Como você os concilia com as demandas da instituição?

- Não sei, não dá para dizer. Isso não me parece tão simples... Pode ser que com o tempo consiga responder essa pergunta. Eu escolhi este trabalho pelos atrativos de carreira e sabendo que o campo de atuação seria uma descoberta. Hoje percebo que é uma construção essa relação com o ambiente de trabalho. Com o tempo e com as alianças que vão se formando, talvez seja possível conciliar.”

Quando a trabalhadora diz “não sei” ela se coloca diante de algo não pensado, algo que não foi passível de representação. No meio das frases cheias de explicações e descrições, ela se depara com aquilo que não é codificável pela língua. Há um estranhamento quando se vê convocada a falar sobre seus interesses. Afinal, será que ela os reconhece? “Isso não me parece tão simples...”, talvez não seja mesmo simples falar de interesses pessoais em uma instituição militar. A trabalhadora convoca o tempo, na esperança de que ele a ajude nesta resposta. Mas, o tempo da entrevista nos indica que há aí uma dimensão da experiência que se encarna no dito não dito, que se atualiza em um “não sei”, “isso não me parece tão simples”, como um despontar de um desnudar da rigidez do corpo fardado da militar para que se possa ver outros corpos na feitura histórica que lhe constitui como trabalhadora.

O manejo da entrevista deve estar atento a essas rupturas no corpo rígido, na fala engessada, de maneira que o trabalhador se perceba aí, exatamente onde a fala falta, onde não há código, onde ele não acha que é. É aí que a entrevista nos interessa como recurso metodológico, onde o seu manejo “guia em direção à experiência em seu plano coletivo de forças, para ensejar a criação de novas perspectivas” (TEDESCO; SADE; CALIMAN, 2016, p. 113), permitindo ao trabalhador estar diante de si, indagando-se, reposicionando-se, ampliando seu poder de agir: *“Hoje percebo que é uma construção essa relação com o ambiente de trabalho. Com o tempo e com as alianças que vão se formando, talvez seja possível conciliar.”*

Tecendo a conversa: a pesquisadora, a trabalhadora e o método.

Lá pelo meio, quando o tempo segue seu fluxo inconstante, alguns dedos de prosa, um café...

Puxa-se um fio:

- E você, como você pensa a assistência social a partir do seu trabalho? Modificou alguma coisa de quando você entrou?

A pergunta é lançada e um fluxo veloz de lembranças segue as pistas das sinapses que elegem um certo modo de chegada. Em milésimos de segundo, produz-se uma fala. Uma fala em meio a outros possíveis dizeres:

- Desde o início, sempre achei muito difícil. Eu me questionava como iria desempenhar o trabalho. Não tinha um repertório anterior, uma referência. Precisei buscar essas referências, conhecer como as pessoas trabalhavam nesse espaço.

- Difícil? Como?

Essa questão segue ecoando, tomando espaço, formando linhas difusas.

- No início, eu tinha muita dificuldade de fazer um projeto social. Eu não sabia como fazer um projeto social. Eu nunca tinha feito, nunca fiz na faculdade, nunca tinha trabalhado na área de assistência social. Como não conseguia ver um sentido para o projeto social no contexto de uma instituição militar, vivi um embate no início, porque eu não sabia “pra que?” fazer um projeto social. Fui buscar informações de como fazer, porque eu sempre achei que projeto social era uma coisa que quem encabeçava era o serviço social.

O difícil persiste...linhas rígidas, duras. Puxa-se outro fio.

- Você chegou lá sem saber como fazer um projeto social. Como você conseguiu resolver isso?

- O projeto saiu. Fizemos eu e uma assistente social, na verdade. Na época, a outra psicóloga não estava. A assistente social tinha mais experiência nisso.

Um riso discreto na fala parecia se remeter a algumas lembranças desse momento vivido. Continua:

- A gente teve que pensar em possíveis demandas para criar um projeto social. Então a gente criou. O que sei de projeto social aprendi com essa assistente social. Mas ... nem sempre a gente consegue fazer tudo que a gente programa no projeto.

Linhas flexíveis, rotas de fuga....

- E como você lida com isso? Quando um projeto não está conseguindo ser executado conforme vocês planejaram?

- A gente discute muito sobre isso nas reuniões de equipe. Mas, às vezes, realmente, são situações que a gente não tem muita gerência. Mas, na maioria das vezes a gente consegue contornar. A gente tenta alternativas, outras datas. E aí a gente vai conseguindo alguns aliados para fazer o nosso trabalho.

Fios a tecer...

“Voltar-se para a atividade não é o mesmo que descrever a dimensão psíquica do trabalhador” (RENAULT; EIRADO; PASSOS, 2016, p. 61). Seguindo esta pista, compreendemos que acessar a experiência do labor não é falar de si, não é um intimismo, mesmo que todas essas coisas também estejam presentes. Entretanto, é possível, a partir da experiência da entrevista, acessar a experiência do labor? E como falar da experiência sem se reduzir ao vivido? Renault, Eirado e Passos (2016) nos indicam que a complexidade da experiência demanda outros procedimentos metodológicos:

A experiência de vida refere-se a esta vivência cotidiana, que inclui processos motivacionais, emoções, a história de vida e reflexões acerca das vivências de um sujeito. Cotidianamente, lidamos com o mundo tal como se o representássemos: essa dimensão de nossa experiência é parte da experiência de vida. Já a experiência pré-refletida ou ontológica é a dimensão da experiência que abrange a coemergência de si e do mundo: dimensão processual ou genérica que não se separa da experiência de

vida, mas demanda outros procedimentos metodológicos para que possa ser abordada (ibid., p. 63).

Em trabalhos produzidos por pesquisadores como Tedesco, Sade e Caliman (2016) e Renault, Eirado e Passos (2016) encontramos algumas pistas que nos levaram à experimentação da entrevista como um recurso metodológico para acessar a experiência do labor. Nas tentativas de delimitar o campo problemático desta pesquisa, nas idas e vindas da construção deste percurso, por vezes, era possível perceber movimentos de captura da realidade a partir de modelos representacionais, mantendo uma separação entre a pesquisadora e a trabalhadora. Uma lógica que as tomava prontas e acabadas em suas formas. Diante disso, o que pesquisar então?

“Desde o início, sempre achei muito difícil. Eu me questionava como iria desempenhar o trabalho. Não tinha um repertório anterior, uma referência. Precisei buscar essas referências, conhecer como as pessoas trabalhavam nesse espaço”

Para a trabalhadora, pensar a assistência social, a partir do seu trabalho, é descrevê-lo e vivenciá-lo como sendo muito difícil e está atrelado a uma exigência particular em saber previamente como desempenhar o trabalho. Ela não se dá conta desta exigência que se naturaliza na fala e nas ações em buscar referências. Neste ponto, estamos diante de um dado bruto, onde a trabalhadora se coloca apartada do seu meio profissional, vivenciando-o como um espaço de intervenção que não lhe atravessa, do qual não se considera forjada também por ele: *“Desde o início sempre achei muito difícil”*. Esse difícil se repete, obliterando outras possibilidades, fechando-se para a criação, o que nos indica uma dificuldade de lançar mão do gênero profissional, aparentemente enfraquecido frente aos empecilhos da atividade: *“Não tinha um repertório anterior, uma referência”*

Conduzir a entrevista no sentido de romper com a descrição, produzindo uma experiência em que trabalhadora se perceba como parte do seu processo de trabalho, em coemergência com ele, é transformar na experiência da entrevista a experiência do labor. Nesse sentido, nos aproximamos dos objetivos almejados pelos métodos propostos pela Clínica da Atividade ao lançar mão da entrevista como um recurso metodológico para reviver a situação de trabalho em um novo contexto.

Nem explicação externa dada pelo pesquisador, nem simples descrição do vivido pelo sujeito, a análise associa explicação e compreensão quando a mesma atividade é re-descrita num novo contexto. A “boa” descrição é a re-descrição. Realizada em

colaboração entre pesquisador e os trabalhadores envolvidos, ela fornece muitas vezes a explicação esperada (CLOT, 2006a, p.130).

A busca por um repertório anterior perpassa todo o processo de pesquisa, como palavra de ordem a exigir uma hierarquização do processo, mesclando-se a maneira como se vivencia o trabalho e a pesquisa. Aos moldes de como o trabalho da psicóloga é vivenciado, como uma realidade dissociada, onde se intervém com técnicas e procedimentos, a pesquisa demora-se nesse mesmo movimento. Isso se passa na fala, no corpo, na escrita. No trajeto: casa - grupo de pesquisa – trabalho – aula - conversas com companheiros de pesquisa – casa – família – trabalho - seminário; enquanto buscava-se achar a questão, não se percebia outras coisas que se passavam no trajeto: a brisa, o sol, as pessoas, o mar, as luzes, o movimento, as cores Pode-se afirmar que a entrevista, nesta pesquisa, provocou uma ruptura nesse trajeto: saiu-se do lugar de quem estava fora a delimitar uma questão para ser sujeito a compor o trajeto. Neste movimento, coemergem pesquisadora e trabalhadora, ambas se reinventando. Mas, de fato, qual a interferência da entrevista nesse processo? O que a levou a provocar tal ruptura?

Esse movimento só foi possível porque a entrevista produziu um deslocamento da pesquisadora de seu local enquanto tal para ocupar seu lugar de trabalhadora, colocando em análise e em confrontação, pela entrevista, o seu gênero profissional: psicóloga da assistência social em uma instituição militar. Aproximamos esse recurso metodológico da autoconfrontação simples por ter sido conduzido por um interlocutor estrangeiro, pertencente a outro gênero, diferente do gênero profissional da trabalhadora em questão. Como efeito, esse deslocamento permitiu que a trabalhadora colocasse em cena, através da escrita, a experiência na fala, o real da atividade, aquilo que só ela sabe enquanto trabalhadora, mesmo que não saiba de antemão. Ao transformar a experiência do labor na experiência da entrevista e, posteriormente, da escrita, precisou se haver com a atividade, seus empecilhos, suas escolhas, encarnados na fala e no corpo. Portanto, nessa experiência coemergem a pesquisadora, a trabalhadora e o método. A pesquisa produziu seu desvio, deslocando trabalhadora e pesquisadora ao tomar a entrevista e a escrita como um instrumento de elaboração da experiência profissional (CLOT, 2006a).

Nas intervenções em clínica da atividade, o caminho – o método – é o resultado de uma construção conjunta com aqueles que fazem a demanda de uma transformação em seu meio de trabalho. Tal direção metodológica se efetiva na medida em que os profissionais se

engajam nas atividades de análise de sua situação no ambiente laboral. Busca-se que eles se libertem o máximo possível de seus modos habituais de pensar e de falar de sua atividade. Cabe ao pesquisador, então, oportunizar a criação de situações para que os trabalhadores possam se liberar de seus modos de pensar usuais para agir e pensar de outra forma quando refletem sobre sua atividade laboral.

Aqueles que trabalham e que aceitam, ou melhor, exigem nos acolher como interlocutores de seus gestos e de suas palavras não nos transmitem “verdades” que esperavam para ser ditas ou mostradas, a nossa chegada. Eles se servem de nossa presença para enfrentar todas as outras vidas possíveis que lhe parecem devidas, redescobrimo, então, graças a um efeito indireto e, às vezes de maneira inesperada para eles, os obstáculos e os recursos de um real que lhes escapa (CLOT, 2006a, p. 129).

Ao responder o interlocutor estrangeiro, a trabalhadora realiza uma ação⁵, ou seja, ela atualiza sua vivência da atividade de trabalho em outra atividade, a da linguagem, dirigida ao interlocutor, ao objeto, que é a fala na entrevista, e a si mesmo. Nesse momento, cria-se uma situação onde é necessário dizer algo sobre o vivido, mas isto que se diz não está imune às interferências provocadas pelo destinatário – o interlocutor; não só pelas suas perguntas, mas também pelos códigos emanados no processo relacional da entrevista. É preciso, portanto, recodificar aquilo que na situação concreta não fora pensado. Nesse ponto, tomamos o contexto da entrevista como campo propício para isso:

Graças à linguagem dirigida ao outro, o sujeito realiza, no sentido forte do termo, suas atividades. Nesses termos, sua “realização” é determinada pelo contexto em que elas são mobilizadas. A cada contexto corresponde uma dada “realização” possível. O contexto da autoconfrontação mobiliza a experiência sob dois ângulos distintos e a descrição e a explicação não são idênticas nos dois casos (CLOT, 2006a, p. 141, grifo do autor).

“Como não conseguia ver um sentido para o projeto social no contexto de uma instituição militar, vivi um embate no início, porque eu não sabia “pra que?” fazer um projeto social. Fui buscar informações de como fazer, porque eu sempre achei que projeto social era uma coisa que quem encabeçava era o serviço social”.

5 A partir dos pressupostos da ação apresentados pela Clínica da Atividade, a ação se dá em contínuo conflito entre a dimensão genérica da atividade, a atividade dos outros, ao objeto de trabalho e as outras atividades do trabalhador.

Ao se dirigir ao trabalho, a trabalhadora é submetida a provas⁶, nas quais estão em jogo suas “pré-ocupações” e as “sobre ocupações” da atividade de outrem. Prescrições e regras escritas sobre como fazer um projeto social, condições externas da atividade psicológica, não dão conta da dimensão do real da atividade na assistência social em uma instituição militar. O que nos interessa, a partir da consideração da dimensão psicológica do trabalho, é a modificação dessas condições feitas pela trabalhadora. Seu ambiente de trabalho não se resume a um lugar em que apenas executa tarefas. É mais que isso, é um meio de ação delimitado pelas iniciativas que toma, sozinha ou com os outros, apesar das condições já fixadas. Contudo, nada disso é previsível. É apenas no contato com o real que temos as condições e obstáculos para o desenvolvimento daqueles que trabalham. O real é exatamente essa modificação das condições externas para o trabalho realizadas pela trabalhadora (CLOT, 2006a).

Para que a trabalhadora construísse um projeto social era necessário encontrar um sentido seu para executar essa tarefa, ou seja, não bastava saber o que fazer ou como escrever um projeto social. O desenvolvimento duradouro de novas motivações não se dá sem o desenvolvimento de novos meios de ação sobre o real (CLOT, 2006a), assim como o contrário. Elaborar um projeto social não pertencia ao repertório profissional da trabalhadora, ele era tarefa a ser encabeçada por outra profissional, outro gênero, contudo, apesar desta constatação, a tarefa foi modificada pela trabalhadora tornando-a um meio para sua ação, no conflito entre sua atividade e a atividade de outro, no caso da assistente social. No intercâmbio entre gêneros, a atividade realizada, o projeto social, foi um meio para o desenvolvimento da trabalhadora, bem como para o seu gênero profissional: *“O projeto saiu. Fizemos eu e uma assistente social, na verdade”*.

Por outro lado, os outros não trazem escrito na testa aquilo que fazem. É no intercâmbio que eles mantêm entre si e com o objeto que o sujeito deverá penetrar para trabalhar. Ele o fará tentando compreender o que os outros procuram fazer – seus objetivos e motivações reais – por meio daquilo que fazem ou através daquilo que não fazem. Também nesse caso, com maior ou menor facilidade, a depender de seu domínio do gênero da situação (CLOT, 2006a, p. 101).

“O que sei de projeto social aprendi com essa assistente social”.

⁶ Clot (2006a) afirma que o trabalho é sempre uma prova compreendendo-o como uma situação que não oferece todas as respostas às questões que ela mesmo levanta, convocando o sujeito a remeter-se aos outros, a si mesmo, ao objeto de trabalho, a seus instrumentos de ação e a dimensão genérica de sua atividade.

O projeto social produziu um paradoxo com o qual a trabalhadora precisou se haver: ao mesmo tempo que se buscou previamente saber como fazê-lo, não se tinha garantias de que seria executado como planejado. A exigência por um saber anterior não garante a compreensão da realidade conforme se planeja. No manejo da situação vivida, a trabalhadora precisou lançar mão de um gênero profissional do qual não pertence, mas que está a compor o seu ofício, “como o interlocutor (répondant) coletivo interno, a memória e o diapasão profissional de que cada sujeito pode dispor em seu foro íntimo e para si mesmo, a fim de agir” (CLOT, 2010a, p.285). Mobiliza-se o gênero não para saber, mas sim para agir.

A partir da entrevista, vivenciada em sua dimensão de experiência do dizer, a fala endurecida e apartada da realidade pôde dar espaço a uma fala encarnada na experiência do labor, onde a atividade na assistência social emerge como um campo que comporta as dobras, as idas e vindas, as recusas, os desvios, as pausas, os recuos, ou seja, abre-se uma possibilidade para afirmar o trabalho da psicóloga na assistência social em sua dimensão processual, em um plano comum em que emergem profissionais, usuários, política de assistência social, instituição.

Assim, seguimos a pista da entrevista como “uma experiência compartilhada do dizer que em sua performatividade cria mundo” (TEDESCO; SADE; CALIMAN, 2016, p.122), que busca abranger essa experiência de coemergência de si e de mundo, sendo mais originária do que os fenômenos subjetivos de entrevistado e entrevistador (RENAULT; EIRADO; PASSOS, 2016). Tomamos esta direção afirmando a entrevista como um recurso metodológico capaz de transpor as barreiras do vivido, como uma experiência “deslocada”, transformada, onde trabalhador e pesquisador se reinventam e se atualizam no gênero profissional e considerando que novas situações de análise irão exigir novos caminhos, novos métodos (SILVA; BARROS; LOUZADA, 2011).

E como você lida com isso?

Na cena, esta pergunta é lançada. Contudo, os caminhos para sua resposta nos interessam mais do que a resposta em si. Consideramos que a fala que perpassa a resposta a essa pergunta não se remete à uma reprodução do vivido, não fala de uma prática isolada. É verdadeiramente “uma ação em curso entre sujeitos e não simplesmente uma reprodução da ação passada do entrevistado” (CLOT, 2006a, p. 140). Consideramos, inicialmente, que esta fala que interroga um certo modo de agir, não o faz isoladamente e nem busca uma resposta.

O que está em jogo é oportunizar aos sujeitos que trabalham, no caso, a trabalhadora, meios deslocados para ampliar seu poder de agir.

Como ser pesquisadora do próprio ofício? Pode a pesquisadora ser ela mesma a trabalhadora em questão? Qual demanda esta trabalhadora apresenta para o desenvolvimento de uma pesquisa sobre o seu trabalho? Como conduzir o diálogo para que ele não seja apenas uma descrição da dimensão psíquica do trabalhador? São perguntas que se deram em algum momento deste percurso. No entanto, insistindo na recusa em responde-las, prefere-se reafirmar o percurso como tendo dois momentos metodológicos, indissociáveis: a entrevista e a escrita. Entretanto, cabe destacar que perseguimos a mudança de paradigma proposta pela clínica da atividade, interessada em voltar o olhar para aquele que trabalha:

A análise psicológica do trabalho é sempre a análise de um sujeito, de um grupo ou de vários, numa situação ou num meio. Ela concerne àquilo que os homens fazem com as provações pelas quais passam e das soluções que eles encontram, ou não encontram, a fim de enfrenta-las (CLOT, 2006a, p.127).

Nesse sentido, sobre a entrevista, seu manejo se deu para a abertura à experiência na fala, considerando que o que está para ser dito não está predeterminado. Tedesco, Sade e Caliman (2016) apontam alguns indicadores da presença da experiência na fala: o deslizamento do olhar do entrevistado que pode indicar uma mudança de direção da atenção do mundo exterior rumo ao próprio processo da experiência, a diminuição do ritmo das palavras, palavras entrecortadas de pausas e silêncios, bem como falas contagiadas de surpresa, desconcerto ou espanto indicam momentos em que a experiência se apresenta mais intensamente. Neste sentido, a descrição, convicções sobre ponto de vista, preocupação em responder certo obliteram a experiência na fala.

“*A gente supõe*”⁷, diz a trabalhadora, que deixa em aberto a pergunta feita.

Na condução da entrevista deve-se estar atento para que a construção da experiência promova abertura de possibilidades o que implica em um encaminhamento do entrevistado para longe das palavras de ordem a partir de um manejo menos diretivo. Tedesco, Sade e Caliman (2016) recomendam que sejam evitadas perguntas do tipo “por quê?” “o que isso te faz pensar?”, pois reforçariam um “metadiscurso” sobre a experiência, em contrapartida, perguntas do tipo “como?” e “e então?” possuem maior grau de indeterminação, permitindo ao entrevistado maior grau de amplitude e liberdade pela experiência.

⁷ Trecho da cena 03 de julho: um interlocutor estrangeiro.

Ainda sobre o momento da entrevista, retomamos o destaque para o fato de que sua importância não está em considerá-la uma técnica para ser aplicada com o objetivo de capturar os invariantes do objeto, aquilo que é passível de uma representação generalizada descolada das situações de vida, muito menos como a criação de um ambiente para uma descrição intimista e individualizada dos processos de trabalho. Alinhamo-nos à proposta de Clot (2006a) por uma terceira via, propondo um recurso metodológico atento ao desenvolvimento dos sujeitos por meio da história de suas atividades vitais:

Trata-se de um caminho inscrito na perspectiva do desenvolvimento aqui adotada. A experiência tem sua história e sua análise transforma essa história. A significação das atividades não é constante para o sujeito. A análise a enriquece, mas de modo algum a reduz a mero produto do intercâmbio conjuntural e social entre os sujeitos. A atividade é dotada de uma continuidade operatória e subjetiva que não se dissolve em nenhuma das situações em que a observamos. Esse enriquecimento da experiência pelo sentido que esta assume em cada contexto de análise e de ação é que constitui a lei fundamental da dinâmica das atividades. Estas últimas não são produzidas nem reproduzidas pela análise do trabalho; são desenvolvidas, enriquecidas ou mesmo ampliadas por ela graças aos diferentes contextos que a análise lhes oferece para se pensarem e repensarem. O empreendimento da autoconfrontação não visa uma simples restituição da experiência adquirida e, em vez disso, produz uma experiência (CLOT, 2006a, p.142).

Afirmamos a entrevista como um recurso metodológico, forjando-se a partir do campo problemático, modulando a autoconfrontação e produzindo uma experiência.

“Pensando aqui.... mesmo antes de entrar neste trabalho, a avaliação psicológica não era uma coisa que me agradava muito não”.

Olhares, risos e pausas: uma via para o ofício.

Após certo tempo, algumas amarras são desfeitas, outras persistem. Falas que promovem abertura e diferenciação das questões e, outras, que levam ao seu fechamento. O exercício de promover a abertura, a experiência de indecibilidade, é o desafio de quem conduz a entrevista:

- Quais ideias que você poderia, assim, citar, que vocês tiveram, mas que não conseguiram se efetivar?

- Penso em algumas coisas. Confesso que, às vezes, eu desisto antes mesmo de tentar. Enfim. Mas, isso é mais com trabalhos que envolvam o coletivo e é nessa linha que somos orientadas a trabalhar na assistência. As ações dos nossos projetos sociais são algumas das nossas ideias. Apesar de não ser simples operacionalizá-las, elas acontecem. E são valorizadas por aqueles que usam o serviço de alguma forma. Esse é o nosso termômetro. O que nos impede

de efetivar as nossas ideias é a falta de recurso, não ter apoio das chefias, por exemplo. Mas, acontece de adaptarmos nossas ideias as contingências da instituição.

- E que ações você gostaria de desenvolver?

- Assim, eu faço muito atendimento clínico. Tenho dificuldade de estar atendendo e pensando em um projeto social. Eu tenho uma agenda de atendimento bem preenchida e, às vezes, não tenho tempo para pensar um projeto, uma outra ação.

- Além dos atendimentos, tem os projetos sociais ... como é lidar com esse monte de coisas que você tem que fazer e como que você faz suas escolhas, como deixar de fazer algo para fazer outra coisa?

- Voltei para a análise...

Ambos dão uma risada, se entreolham...um momento de leveza produz desvios, quebra as linhas duras que tomam a fala, o corpo, a mente...

- Então...

Mais uma pequena pausa. Olhar para baixo e para cima, como se estivesse procurando uma resposta correndo pelo espaço, ou mesmo, recompondo-se da ruptura provocada pela risada.

- Eu não sei te dizer. Atendo muito e gosto muito do atendimento, da clínica. E isso, realmente me toma um tempo, que eu não sei se é também uma questão de como eu gosto de fazer mais isso e, eu estou podendo fazer isso, vou me dedicar a isso, mas, eu preciso também dar conta das questões que o local que eu estou me demanda que são os projetos, as ações coletivas e tal. E eu acabo priorizando o atendimento individual, não que eu não faça as outras coisas....

Ao sugerir a entrevista como um meio para o exercício dialógico, assim o fazemos por considerar que, nesse processo, a linguagem não é um resumo de situações acabadas, mas sim um meio de transformação, reorganizando e modificando a atividade. Destacamos, contudo, a atividade de trabalho como um campo de possibilidades e conflitos no qual o sujeito nunca está imune, pois “se o trabalho real não está em conformidade com o trabalho prescrito, isso ocorre porque a mulher ou o homem não são apenas produtores, mas atores engajados em vários mundos e diversos tempos vividos simultaneamente” (CLOT, 2006a, p. 61).

Ao mesmo tempo em que os trabalhadores atuam nesse contexto, com suas motivações, as organizações de trabalho insistem em conduzi-los a uma unificação, a um padrão para execução da tarefa. Neste conflito da atividade de trabalho, os trabalhadores compõem uma trama: ora encontrando saídas e criando regras não escritas, atualizando o gênero profissional; ora encontrando-se atrofiados, privados do seu desenvolvimento, quando não encontram uma ancoragem que os levem a agir.

Para agir é preciso ter uma percepção do mundo e quanto mais ampla for essa percepção, a potência de agir também se amplia (SILVA; GOMES, 2016). Caminhando nesta direção, defendemos a entrevista como um modo de estar com aqueles que trabalham para que possam colocar em cena as visões de mundo que o atravessam e assim, de certa maneira, amplia-las, ao transformar o cotidiano do trabalho na linguagem sobre ele, conhecendo-o. Propomos a entrevista, então, como um dispositivo para estar ao lado dos que trabalham, compreendendo-a em sua dimensão performativa, de transformação da realidade, intervindo na experiência do dizer, fornecendo-lhes uma ancoragem para agir.

É preciso assumir que a fala do entrevistador não elicia um relato preexistente; ela atua, produz, modula o processo do dizer do entrevistado [...] Devido ao caráter pragmático da linguagem, toda entrevista é produtora de realidades, de experiências, conseqüentemente, é preciso estar atento aos modos de proceder na construção da experiência ao longo da entrevista, a fim de promover sua abertura às variações, às multiplicidades para impedir seu fechamento em perspectivas totalizantes (TEDESCO; SADE; CALIMAN, 2016, p. 104).

“- Além dos atendimentos, tem os projetos sociais ... como é lidar com esse monte de coisas que você tem que fazer e como que você faz suas escolhas, como deixar de fazer algo para fazer outra coisa?”

- Voltei para a análise...

Ambos dão uma risada, se entreolham...um momento de leveza produz desvios, quebra as linhas duras que tomam a fala, o corpo, a mente...

- Então...

Mais uma pequena pausa. Olhar para baixo e para cima, como se estivesse procurando uma resposta correndo pelo espaço, ou mesmo, recompondo-se da ruptura provocada pela risada.

- Eu não sei te dizer. Atendo muito e gosto muito do atendimento, da clínica. E isso, realmente me toma um tempo, que eu não sei se é também uma questão de como eu gosto de fazer mais isso e, eu estou podendo fazer isso, vou me dedicar a isso, mas, eu preciso também dar conta das questões que o local que eu estou me demanda que são os projetos, as ações coletivas e tal. E eu acabo priorizando o atendimento individual, não que eu não faça as outras coisas....”

A atividade é contribuir para uma história que não é sua e criar entre as coisas uma relação que não foi construída, ou seja, atividade não é operação:

A atividade não é operação (gesto visível, detalhe, etc.), mas sim o que é feito e o que ainda não foi feito. O sonho é parte da atividade. Inclui o que eu fiz e o que eu não fiz. O que eu não fiz, paradoxalmente, faz parte da atividade... A atividade é uma colisão de possíveis (CLOT, 2006b, p. 105).

Desta forma, ao não considerar a atividade como uma operação, amplia-se o campo de análise da atividade. A atividade como operação evidencia o que é feito, a reprodução de um roteiro, para seguir uma linha de montagem, um funcionamento. Ao colocar a atividade sob o ponto de vista do que também não é feito, coloca-se em evidência os conflitos que perpassam os modos de se fazer, as escolhas, as mudanças que operam o desenvolvimento da atividade e a criação. Ou seja, atribui-se uma postura ativa a quem executa a tarefa, de forma a afetar a organização de trabalho.

A atividade é, na realização efetiva da tarefa – a seu favor, assim como, às vezes, contra ela – produção de um meio de objetos materiais ou simbólicos, de relações humanas ou, mais exatamente, recriação de um meio de vida. A atividade prática de um sujeito não é jamais somente um efeito das condições externas, tampouco é a resposta a essas condições; por sua vez, a atividade psíquica não é mais também a reprodução interna dessas condições. A atividade – prática e psíquica – é sempre sede de investimentos vitais: ela transforma os objetos do mundo em meio de viver ou fracassa ao fazê-lo. Em vez de ser determinada mecanicamente por seu contexto, a atividade dos sujeitos no trabalho implica a metamorfose desse contexto (CLOT, 2010a, p. 07).

“Tenho dificuldade de estar atendendo e pensando em um projeto social”.

Como nos indica a cena, o conflito entre o que está prescrito e o que se faz e não se faz dão a dimensão do real da atividade⁸: entre atender e pensar o projeto social há uma dimensão da experiência do labor não reconhecida, mas que se atualiza no esforço de buscar realizar tarefas que parecem conflitantes para a trabalhadora. Contudo, como nos adverte Clot (2006a), as restrições da atividade são distintas das restrições da tarefa, pois não é nesta que aquelas se dão, uma vez que não são enfrentados seus conflitos invisíveis. Por isso, a experiência do dizer imersa na experiência do labor aponta, mesmo que a partir de um fio a se puxar – *“tenho dificuldade”* - os conflitos do qual a trabalhadora se vê imersa mesmo sem reconhece-los entre sua atividade, a atividade dos outros e o objeto.

Da trama forjada por atendimentos psicológicos e projetos sociais, a trabalhadora transita entre aquilo que quer fazer, o que consegue fazer e o que não consegue na relação com a atividade do outro, seja a de seus pares, seja a da organização de trabalho, seja a das pessoas que atende, seja dos outros trabalhadores com quem compartilha o ambiente de trabalho; na relação com sua atividade e com o componente genérico que pode lançar mão.

⁸ O real da atividade refere-se àquilo que não se faz, aquilo que não se pode fazer, aquilo que se busca fazer sem conseguir – os fracassos – aquilo que se teria querido ou podido fazer, aquilo que se pensa ou que se sonha fazer alhures, ou mesmo, aquilo que se faz para não fazer aquilo que se tem a fazer ou ainda aquilo que se faz sem querer fazer e aquilo que se tem de refazer. (Clot, 2006a).

Este componente genérico é descrito por Clot (2006a) como meio de ação para cada trabalhador, como história de um grupo e memória transpessoal de um local de trabalho. Como instrumento social da ação, o gênero conserva a história, sendo constitutivo da atividade pessoal que se realiza através dele. Contudo, uma má orientação do gênero profissional pode favorecer o isolamento e frear o desenvolvimento do profissionalismo e sua transmissão.

Diante destas pistas indicadas pela Clínica da Atividade, a entrevista, ao se colocar ao lado daqueles que trabalham, não o faz em uma perspectiva individualista e não considera o grupo de trabalhadores como a soma de indivíduos, mas uma comunidade inacabada. A trabalhadora ao colocar-se em diálogo na entrevista exercita-se para separar nela mesma e entre seus interlocutores (o interlocutor estrangeiro, seus pares, etc.) o discurso convencional do já dito e do pensamento pronto, daquilo que é difícil dizer e pensar. Nesse movimento de separação, temos o que Clot (2011) chamou de razão principal de uma clínica da atividade “que busca restabelecer a capacidade comum de criação ao organizar a repetição da atividade cotidiana num diálogo tardio” (CLOT, 2011, p. 76).

Nesta pesquisa, o recurso da entrevista serviu também como dispositivo para promover o deslocamento da pesquisadora para a posição de trabalhadora. Não no sentido de concebê-las como unidades dissociadas, mas deslocando-as, buscando abrir espaço para que o ofício falasse. E é enquanto ofício que essa fala nos interessa, mesmo que ela se refira a um eu, em um primeiro momento, ao ser reeditada para um outro, a atividade repetida toma uma dimensão genérica. Quando mencionamos uma reedição para o outro, nos referimos tanto a fala na entrevista, quanto ao exercício da escrita em cena. Nestes dois movimentos metodológicos o que se coloca em jogo é a dimensão transpessoal do ofício.

a inscrição em uma história que não é apenas a história dos sujeitos concernidos, mas a história de um ofício (“métier”) que não pertence a ninguém em particular, mas pela qual todos, no entanto, se sentem responsáveis. Em clínica da atividade não há unicamente destinatários no envolvimento subjetivo, sejam eles, pares ou chefes. A mobilização subjetiva no trabalho está direcionada para um supradestinatário, para alguma coisa distinta e não apenas para algum outro (CLOT, 2011, p. 73).

Essa dimensão nos interessa por ser um terreno fértil para o desenvolvimento da ação dos trabalhadores. Nesse sentido, os recursos metodológicos destinados a se colocar ao lado dos trabalhadores, em um exercício de desloca-los para que se reconheçam em sua atividade, como comunidade de pertencimento, funcionam como meio para o fortalecimento dessa

dimensão genérica ou transpessoal do ofício e, conseqüentemente, para ampliar o poder de agir dos trabalhadores.

A tarefa, dimensão impessoal do ofício, é vivenciada pela trabalhadora em seus entraves e dificuldades. Faz tanto uma coisa que, lhe falta tempo para fazer outra: *“Eu tenho uma agenda de atendimento bem preenchida e, às vezes, não tenho tempo para pensar um projeto, uma ação”*. Como parece lhe faltar recursos para gerir o que gosta de fazer e o que tem que fazer e não consegue, dá mais ênfase a esses entraves e dificuldades, do que ao que de fato consegue fazer, não vislumbrando aí um componente singular da sua atividade. Isto que é íntimo e incorporado pela trabalhadora é também uma dimensão do ofício - dimensão pessoal do ofício.

No entanto, a trabalhadora faz um esforço solitário para encontrar uma saída para o seu dilema: *“Voltei para a análise...”*. O ofício não é apenas o que um trabalhador sozinho faz, é necessário que ele faça parte de uma comunidade profissional para que haja ofício – sua dimensão interpessoal – contudo, não basta fazer parte, apenas, pois se não há diálogo nesse coletivo, se não há experimentação de modos diferentes de se haver com as tarefas, não há como conservar o repertório comum deste coletivo, sua memória. O ofício é movente, circula entre essas dimensões – pessoal, impessoal, interpessoal e transpessoal - e vive ou morre a depender das vias de abertura para essa circularidade movente.

A entrevista e a escrita são recursos propostos para proporcionar essas vias de abertura para o conflito que é o ofício. A trabalhadora que consegue falar sobre os entraves de seu cotidiano de trabalho, aparentemente sozinha, está a colocar em cena uma via de abertura para a dinâmica conflitante de seu ofício, buscando reconhecer-se nele, para inscrever-se em uma história que não é sua, mas da qual faz parte, contribuindo para uma memória coletiva, que mesmo sem saber, a perpassa, de um modo ou de outro. Esse movimento de abertura ao ofício é uma aposta em sua circularidade viva:

O ofício tem várias vidas simultâneas, e isto é que torna possível seu desenvolvimento. Na organização e nas instituições, ele existe, impessoal, embutido nas tarefas prescritas. Mas não está inteiro aí. Para que ele continue a viver aí, é necessário que ele esteja vivo em outro lugar. Portanto, ele vive também – ou morre – entre profissionais e em cada um deles na motricidade dos diálogos em que se realizam, ou não, as trocas intrapessoais e interpessoais sobre o real do trabalho. Os profissionais envolvidos na atividade são diretamente responsáveis por essa vida. Trata-se do trabalho coletivo para realizar a tarefa e repensá-la conjuntamente na atividade conjunta. Essa atividade “responsável” produz e mantém a quarta modalidade de existência do ofício [...]: a história e a memória profissional só podem permanecer um meio de agir no presente e de “descobrir” o futuro se forem mantidas por eles. Essa memória é, aqui, designada como transpessoal, visto que

não pertence a ninguém, é um meio disponível para todos e para cada um, atravessa as gerações e, inclusive, cada profissional (CLOT, 2010a, p. 290).

“...eu preciso também dar conta das questões que o local que eu estou me demanda...”

Os atendimentos psicológicos são, para a trabalhadora, um aspecto de sua atividade com o qual se identifica e se reconhece, no entanto, vivencia, de forma dissociada, os demais aspectos de sua tarefa como, por exemplo, os projetos sociais. Como já mencionado, esta dissociação reflete uma ruptura entre a trabalhadora e seu campo de trabalho, ambos como atmosferas distintas e prontas, restando apenas associá-los, em um religar a posteriori.

Interrogamos, entretanto, como temos separado a atividade clínica do projeto social? Não haveria também uma dimensão clínica no projeto social? Consideramos que não há atividade clínica desvinculada de uma dimensão política/coletiva. O que nos indica, também, que uma dimensão clínica, comporta uma escuta crítica para as demandas que se cristalizam e se homogenizam em estruturas idealizantes do que seria o fazer “psi” na assistência social na instituição.

Retomamos a noção de clínica não pelo proposto em sua etimologia grega “*klinikos*”, como um debruçar-se sobre o leito de um indivíduo adoecido para restituir-lhe um estado perdido, mas a partir do sentido atribuído pelo conceito epicurista de “*climanen*”, como proposto por Fonseca e Farina (2012):

Como espaço de *climanen*, um acontecimento se faz clínico quando é capaz de se produzir rupturas, catalisar fluxos e decompor-se em diversos outros, carregando a potência de ser um analisador do mundo por vir. A clínica se torna uma outra forma de crítica e não de compreensão, pois o espaço de *climanen* é aquele onde modos cansados e adoecidos de viver são colocados em processos de destruição ao mesmo tempo que se criam territórios existenciais... A clínica é, portanto, destrutiva das representações pretensamente universais que aprisionam a subjetividade numa história individual e pessoal, deslocada das produções político-sociais (ibid., p. 50).

Apostamos, portanto, em uma postura clínica, tanto na pesquisa com os trabalhadores, quanto, no caso desta pesquisa, no cotidiano da trabalhadora na assistência social em uma instituição militar, “que faz bifurcar um percurso de vida na criação de novos territórios existenciais” (AMADOR, 2014, p. 263), onde é possível avançar na compreensão de uma clínica que, ao contrário de buscar uma restauração de estados de saúde perdidos, atua como “produção de desvio operado por procedimentos de crítica frente ao instituído, estabelecendo, assim, possibilidades à deflagração de atos criadores de modos de vida” (ibid., p. 261).

Nesta pesquisa, esta clínica foi sendo operada por meio da entrevista, a partir do modo como aqui a concebemos, onde ao dizer, foi possível que a trabalhadora fosse reelaborando sua atividade. Ao acompanhar este movimento e se colocando como parte dele como pesquisadora, pretendeu-se colocar esse movimento em análise, destacando os momentos de ruptura e de criação, momentos em que a trabalhadora ressignifica e renormatiza sua atividade como autora a compor o ofício em que se encontra.

Dar conta das questões que a organização demanda é uma tarefa impossível. Entre o que fazemos e o que não fazemos há um campo enigmático de conflitos da atividade do qual buscamos sair, ora com êxito, ora sem. A exigência de dar conta nos aprisiona naquilo que não temos gerência, limitando-nos à angústia, ao sofrimento e ao adoecimento. Na medida em que nos reposicionamos diante do outro, de nós mesmos e de nosso objeto de trabalho, abrimos caminho para sair dessa exigência que nos aprisiona para nos reinventarmos, para nos reconhecermos no ofício.

Eles (os trabalhadores) devem conseguir reconhecer-se na paixão do real e não apenas no trabalho realizado. Porque é ela que preserva suas chances de experimentar, mais uma vez, aquilo que são capazes. É também ela que garante ao ofício essa vitalidade conflitante entre instâncias diferenciadas, vitalidade da qual, cada trabalhador pode dispor. É ela ainda que sustenta o movimento de ligação e desligamento entre as instâncias no qual eles podem reconhecer-se. Essa possibilidade de se encontrar no seu ofício permite também que este seja defendido pelos trabalhadores em questão. Não diretamente, mas por meios deslocados (CLOT, 2010a, p. 300).

Entre hierarquias e brechas: a experiência do dizer.

- E como você trabalha nesse espaço hierarquizado?

Essa questão provoca um novo silêncio. Remexendo nas memórias, vem um conto, um caso que acompanhou....

- Olha, é um desafio..., mas me recordo de um caso que me fortaleceu para seguir com meu trabalho nesse espaço, onde, apesar da rigidez e do caráter punitivo que envolve a instituição, foi possível construir uma perspectiva de tratamento para um dos casos que acompanhei. Assim, são nessas histórias, nesses personagens, nesse cotidiano que muita coisa acontece e que me vejo como que à espreita, criando brechas...e quando as produzimos, algo se cria e me faz me sentir forte, me faz querer seguir.

- E você com seus colegas de trabalho, vocês conversam sobre o trabalho, sobre as angústias?

- Então, eu fico lá na minha salinha, fechada, atendendo. Acaba um paciente, entra outro. Acabava os atendimentos, evoluía no prontuário, fazia os trabalhos que eu tinha que fazer. Se deixar, você acaba ficando nesse atendimento individual, porque é o que se consegue

administrar, o coletivo é mais difícil, o próprio coletivo de trabalho. Conversamos, sim, às vezes. Eu acho que seria uma questão interessante: como que as equipes de assistência social estão se articulando para um trabalho no coletivo, porque acho que para o trabalho que a gente faz, o fortalecimento da equipe é importante. Eu não sei como isso se dá...

- Como você vê seu trabalho depois dessa entrevista ou durante o percurso dessa entrevista? Você pensou alguma coisa sobre o que você falou do seu trabalho?

- Eu pensei, aliás, percebi que é difícil falar sobre o trabalho. Não sei se por medo de expor algumas coisas, mas, de qualquer forma, visualizei, sabe, como uma imagem projetada, o que eu faço quando estou no trabalho e o que não faço como, por exemplo, o quanto eu dissocio o atendimento individual de uma prática coletiva. Surgiu uma questão que eu não tinha pensado sobre o trabalho da equipe. A minha necessidade de referências. Talvez, devido a carência de interlocução com as outras equipes para falar desse processo. Assim, eu não sei, se as minhas angústias são angústias só minhas. E tem toda essa característica da instituição militar, da hierarquia, da rigidez. Como a gente trabalha apesar disso? Como é possível? Quais são as “brechas” que a gente pode produzir no sentido de pensar outras práticas? Posso não ter conseguido dizer algumas coisas, mas pensei.

- Acho que está bom, podemos parar por aqui.

Desliga-se o gravador. As portas se abrem, as janelas deixam ver quem passa do outro lado, a sala ganha cor, as variáveis estranhas deixam de ser estranhas, na verdade, nem se sabe da existência delas. O registro gravado não guarda nada além de um instante. Toda sua potência está na experiência do dizer!

.....

O campo problemático da assistência social em uma instituição militar traz suas prescrições e normas, prevê a assistência social por meio de programas e projetos sociais, tomando como referência a Política Nacional de Assistência Social e demais textos normativos que regem a atuação profissional dos trabalhadores envolvidos nesse campo de atuação. Contudo, no cotidiano do trabalho, psicólogos, assistentes sociais e advogados – membros de uma equipe técnica legitimada a atuar pela assistência social - transitam entre seus referenciais profissionais, enquanto categoria profissional, seus interesses pessoais e todo o conjunto de normas que estruturam o funcionamento do serviço de prestação da assistência social nesta instituição militar. Ora, assim funciona o campo do trabalho: a organização do trabalho estabelece as normas e demanda profissionais para operacionalizá-las.

Mas, há uma dimensão dessa estrutura que foi nosso objetivo ao longo desta pesquisa e que diz respeito a trabalhadora, buscando nela as agruras e possibilidades do ofício: o que esses trabalhadores fazem ou deixam de fazer apesar das prescrições? Como transitam entre o funcionamento da organização de trabalho e o desenvolvimento de suas atividades? Podemos

afirmar um trabalho coletivo nos diversos núcleos de assistência social desta instituição militar? E, além: é possível afirmar um coletivo de trabalho? Não nos colocamos como “expert” a propor novas normas para serem operacionalizadas pelos trabalhadores, ao contrário, afirmamos uma postura clínica a acompanhar o movimento de renormatização feito por eles para transformar a sua tarefa

Ao se inserir no ambiente de trabalho, o trabalhador deve lançar mão da vida coletiva presente neste meio seja como fonte ou recurso. Com isso o que se quer dizer é que, ao fazer parte de uma categoria profissional ou de um grupo de trabalho, temos esta condição como fonte para a ação, ou seja, agimos porque nos inserimos em um grupo com características, normas, etc. Por outro lado, a depender do manejo e da conservação da história desse trabalho coletivo, podemos usá-lo como recurso para ação. No trânsito entre fonte e recurso, nesse movimento de passagem, é que podemos encontrar uma relação entre atividade pessoal e atividade coletiva no meio profissional (CLOT, 2010a).

Retomemos um trecho da cena:

“Eu acho que seria uma questão interessante: como que as equipes de assistência social estão se articulando para um trabalho no coletivo, porque acho que para o trabalho que a gente faz, o fortalecimento da equipe é importante. Eu não sei como isso se dá....”

A cena nos coloca uma questão: o que a trabalhadora chama de trabalho no coletivo? E por que ela se refere a ele como sendo importante? Ela não sabe como isso se dá. Trata-se de uma questão de saber? E como saber?

Aqui, retomamos, certamente, aspectos já mencionados ao longo do texto quando falamos em gênero e ofício. Mas, não se trata de repetir o conceito, é antes, uma apropriação da dimensão do coletivo, em sua passagem de fonte para recurso, que nos interessa. Não saber como essa dimensão coletiva se dá em seu ambiente de trabalho é enigmático e nos aponta algumas pistas sobre a história deste coletivo. Não há que se negar que ao chegar neste ambiente de trabalho uma trama já estava forjada: *“Durante o curso de formação, fizemos visitas a alguns locais de trabalho e conversamos com as psicólogas que já atuavam”*⁹. Já estava sendo escrita uma história por aqueles que já compunham este espaço.

Ao passar a fazer parte deste grupo de trabalhadores da assistência social em uma instituição militar, a trabalhadora passa a ser também responsável por essa história, ela passa a

⁹ Trecho da cena: 03 de julho – um interlocutor estrangeiro.

integrar um coletivo de trabalho. Aqui temos o movimento que nos interessa: de um trabalho no coletivo para um coletivo de trabalho. Esse trabalho no coletivo só é frutífero, no sentido de se haver com o real da atividade, se ele é capaz de compor uma história que não é própria da trabalhadora, mas pela qual também é responsável, compondo o coletivo de trabalho conforme proposto por Clot (2010a):

como a recriação na ação e para a ação de uma história que, por não pertencer a alguém em particular, apresenta-se (ou não) como um instrumento pessoal para cada profissional. Essa história do meio de trabalho – que será qualificada, também, como memória genérica ou transpessoal desse meio – está, para nós, baseada em formas sociais revistas e corrigidas na atividade de cada sujeito. A história de um meio profissional tem continuidade se – e sem qualquer exceção – os homens que vivem aí conseguem transformar sua experiência vivida e sedimenta em instrumentos para viver novas experiências” (CLOT, 2010a, p. 168).

Esse coletivo de trabalho está inscrito na atividade de maneira subentendida, a ser captado por cada trabalhador, como uma senha, algo reconhecível por aqueles que trabalham sem estar explícito. Algo que se repete, que se torna comum para aqueles que compõem determinado meio profissional. Esse conjunto do que se repete, do que os trabalhadores incorporam mesmo sem perceber e que vai compondo uma memória coletiva, um referencial simbólico, é o que em Clínica da Atividade foi denominado pelo conceito gênero profissional. O coletivo de trabalho, portanto, refere-se à consolidação deste componente genérico que é meio de ação para a atividade pessoal.

Mas, o recurso metodológico da entrevista, acompanhado pela escrita em cena, ao permitir colocar o ofício “ao quadrado” faz com que a trabalhadora se convoque a repensar estas questões e a perceber o movimento de dissociação que faz entre o individual e o social: *“Eu pensei, aliás, percebi que é difícil falar sobre o trabalho. Não sei se por medo de expor algumas coisas, mas, de qualquer forma, visualizei, sabe, como uma imagem projetada, o que eu faço quando estou no trabalho e o que não faço como, por exemplo, o quanto eu dissocio o atendimento individual de uma prática coletiva”*.

A trabalhadora, no exercício de deslocamento provocado pela entrevista, pôde se reposicionar frente aos conflitos de sua atividade, muitos dos quais não lhe eram acessíveis. Ao tomar para si sua atividade, deixando de ser sua categoria profissional e o ambiente da assistência social, apenas fonte de sua atividade individual, ela se vê como protagonista de uma transformação: deixa de ser objeto para ser sujeito da ação; e como sujeito ela corrobora para uma história coletiva da qual se vê como responsável, tendo a possibilidade de torná-la recurso para sua ação e para ação de outros trabalhadores que estão a compor seu gênero.

Neste ponto, participam também todos aqueles que estão a compor sua atividade na assistência social: assistentes sociais, advogados e advogadas, psicólogas e psicólogos.

Para compor o projeto social, por exemplo, o componente genérico inscrito por um coletivo de trabalho foi um meio para ação das trabalhadoras que se viam diante da tarefa de escrever um projeto: “*O projeto saiu. Fizemos eu e uma assistente social, na verdade*”. Ao mencionar o componente genérico nesta situação, nos referimos a todo repertório sociosimbólico em jogo nessa atividade, onde dois gêneros distintos puderam ser mobilizados para a atividade de cada profissional, afinal, a partir de uma tarefa, que não tinha sentido para uma das trabalhadoras, chegou-se a feitura de um projeto social; um esforço de cooperação coletiva que se transformou em repertório para uma história coletiva impessoal do qual outros trabalhadores poderão lançar mão ou não: seja acessando o projeto, seja pela reprodução dessa história sobre como o projeto saiu. Esse “como o projeto saiu” nos diz dessa transformação da tarefa, desse modo de fazer que só é possível e reconhecido por aqueles que compartilham um ofício e aí, cabe destacar, que a equipe da assistência social tem um papel relevante para a construção desse coletivo de trabalho, o que nos leva a afirmar a inexistência de uma dicotomia entre atendimento clínico e projeto social. O atendimento individual compõe o gênero em questão, mas também a elaboração de projetos sociais.

3 - Duas trabalhadoras, um gênero: paradoxos da pesquisa sobre um ofício.

“Toda atividade de trabalho é sempre, em algum grau, de um lado descritível como um protocolo experimental e, de outro, experiência e encontro”.

Schwartz (2000).

Duas trabalhadoras e uma pesquisa.

Agendado o encontro.

Uma trabalhadora de psicologia que exerce sua atividade em uma instituição militar, mais especificamente, em um Núcleo de Assistência Social desta instituição, e que se propôs a pesquisar seu próprio ofício. Para isto, fez alguns contatos e encontrou uma outra trabalhadora que se voluntariou para um diálogo sobre uma atividade de trabalho que desenvolveu na referida instituição. Elas não se conheciam previamente, mas trabalhavam em Núcleos de Assistência Social, que, embora estivessem localizados em locais diferentes, pertencem a mesma instituição.

No dia combinado, elas se encontraram.

A proposta inicial era usar o método de Instrução ao Sósia¹⁰ para acessar a atividade. Mas, o encontro causou surpresas na pesquisadora. Colocou-a à prova em sua atividade de pesquisa, pois diante da colega de trabalho, com a qual estabelecia, pela primeira vez, um contato, viu-se envolvida e absorvida pela possibilidade de compartilhar anseios que surgiam na fala da colega e que também experimentava no seu cotidiano de trabalho, afinal, pertenciam ao mesmo gênero.

Tal encontro promoveu uma instigante mistura!

Ao mesmo tempo em que era uma pesquisadora experimentando acessar a atividade de uma trabalhadora, ao provocar o diálogo com ela e ampliar o poder de agir; era a pesquisadora, também, uma trabalhadora do mesmo gênero profissional.

10 Método formulado por Ivar Oddone (1981) na FIAT, nos anos 1970, que implica um trabalho de grupo no curso do qual um sujeito voluntário recebe a seguinte tarefa: “Suponha que eu seja seu sósia e amanhã eu deva substituir você em seu trabalho. Que instruções você deveria me transmitir para que ninguém perceba a substituição?” (Clot, 2006a).

Os lugares, então, misturaram-se: pesquisadora-trabalhadora.

Duas trabalhadoras estabelecendo um diálogo sobre suas atividades e se encontrando diante de anseios vividos no concreto da experiência na instituição militar em questão.

- E como você faz quando isso acontece?

Era o que a pesquisadora queria perguntar para a trabalhadora, com quem dialogava, na tentativa de encontrar respostas para suas próprias dúvidas profissionais. E ao mesmo tempo, a pergunta que a pesquisadora se faz quando se vê diante de um método de pesquisa e se depara com a dimensão processual da mesma, onde o método emerge no encontro.

Desliga-se o gravador.

Agora, tem-se uma conversa franca, sem falas recobertas por conta de um intruso revelador - o gravador – e aí elas podem compartilhar os segredos¹¹ mais íntimos da atividade profissional.

A cena descrita persegue o objetivo de fazer um convite à experimentação do processo desta pesquisa. Uma forma de introduzir o que se supõem como o fio condutor deste percurso, a saber: uma pesquisa sobre a atividade de trabalho da qual a pesquisadora é também protagonista, ou seja, trata-se de uma pesquisadora que se lança a analisar seu próprio ofício. No caso, como psicóloga em um Núcleo de Assistência Social de uma instituição militar.

Antes de qualquer perspectiva de antecipação de um problema de pesquisa, optou-se por valorizar o percurso da construção deste problema. E a cena descrita é parte deste processo. Neste sentido, reafirmamos a experimentação por meio da experiência da escrita, ressignificando o encontro entre as trabalhadoras, ao transformar a experiência vivida em objeto de uma nova experiência (CLOT, 2010a), colocando em análise o gênero profissional em questão. A proposta foi colocar em diálogo as profissionais tendo o dialogismo como estratégia para o desenvolvimento do gênero. Uma aposta que parte do princípio de que “o trabalhar é sempre uma dimensão coletiva, mesmo que se desenvolva por um único trabalhador” (SILVA; BARROS; LOUZADA, 2011, p. 194).

¹¹ O segredo, neste contexto, refere-se àquilo que é inerente à atividade do gênero profissional e que o desenvolve, sendo do conhecimento apenas destes profissionais e parte constituinte do gênero.

E o que é essa dimensão coletiva? No sentido que nos propõe a clínica da atividade, o trabalhador nunca está só. Mesmo aquele que exerce uma atividade de forma isolada a faz junto com outros e para outros, pois há um repertório de modos de exercer uma atividade, presentes em uma memória transpessoal do ofício, da qual o trabalhador lança mão mesmo sem saber, bem como contribui com ela por meio dos ajustes que faz em seu agir. Essa é a dimensão coletiva do gênero profissional.

Nenhuma atividade é programada apenas em termos das necessidades ou decisões daquele que a exerce, nem mesmo em função de seus pares. Há na atividade uma dimensão “esfriada”, “endurecida” por normas, valores sedimentados, que constituem, num certo sentido, um patrimônio coletivo (BARROS; SILVA, 2016, p.136).

Sobre o método, fazemos uma convocação a pensar no que se passa no diálogo e como esse dialogismo movimentava o gênero trabalhadora de psicologia em uma instituição militar, a atuar em um dispositivo de assistência social. Nos colocamos a acompanhar este processo dialógico na sua dimensão de experiência, ressaltando que ela não se dá sem os desvios que rompem com as lógicas representacionais. Contudo, não negamos essas lógicas, elas nos atravessam constantemente, mas nos interessa acompanhar os movimentos desviantes que produzem novas lógicas, a partir da experiência a se viver no encontro. Neste sentido, apesar de na programação do encontro entre as trabalhadoras, a pesquisadora se preparar para acessar a atividade por meio do emprego do método de instrução ao sócia, não foi possível e, de fato, nunca é, reproduzir esta preparação, pois as variantes do encontro produzem efeitos não passíveis de uma mensuração a priori, ou mesmo, não se tem como prever como o encontro vai se dar.

Pertencer ao mesmo gênero suscitou reinventar o próprio processo de pesquisa, o que levou a uma inflexão no método. Na perspectiva ética dos estudos a partir da clínica da atividade, métodos devem produzir uma transformação. Portanto, o uso da instrução ao sócia só faz sentido enquanto método se ele é usado como instrumento de transformação e não como um instrumento de saber prévio que detém em si mesmo a verdade dos objetos. Neste sentido, segue-se a pista proposta por Silva, Barros e Louzada (2011):

Não se busca conhecer a verdade sobre o trabalho, um conhecimento ao alcance do esforço de um pesquisador atento e dedicado, debruçado sobre um mundo já dado ou já constituído. É preciso insistir, somos inventados na e pela história, assim como nossos problemas e métodos. Assim ao renunciar à verdade sobre os mundos do trabalho, reafirmamos a necessidade de gerar ferramentas, de produzir modos de análise que nos auxiliem a intervir no real (ibid., p. 199).

Destacamos esta passagem do percurso da pesquisa onde a pesquisadora se interroga sobre o método de instrução ao sócia para afirmar que o método não precede a experiência do encontro. Não significa que o método não deu certo, ou foi mal utilizado, o que se quer afirmar é, antes, a dimensão processual da pesquisa, onde o método é efeito e não princípio. A pesquisa se forja no encontro entre as trabalhadoras, na experiência dialógica ressignificada, na mobilização do gênero profissional em questão. Desta forma, como efeito, experimentamos no capítulo anterior a experiência dialógica de dois trabalhadores de gêneros profissionais diferentes, o que nos aproximou de uma autoconfrontação simples. E, neste capítulo, narramos a experiência dialógica de duas trabalhadoras pertencentes ao mesmo gênero profissional, aproximando-nos de uma autoconfrontação cruzada. Contudo, reafirmamos com Clot (2006), seguindo a perspectiva do desenvolvimento¹², que a autoconfrontação não objetiva restituir uma experiência adquirida, antes, ela produz uma experiência:

A experiência tem uma história, e sua análise transforma essa história. A significação das atividades não é constante para o sujeito. A análise a enriquece, mas de modo algum a reduz a mero produto do intercâmbio conjuntural e social entre sujeitos. A atividade é dotada de uma continuidade operatória e subjetiva que não se dissolve em nenhuma das situações em que a observamos. Esse enriquecimento da experiência pelo sentido que esta assume em cada contexto de análise e de ação é que constitui a lei fundamental da dinâmica das atividades. Estas últimas não são produzidas nem reproduzidas pela análise do trabalho; são desenvolvidas, enriquecidas ou mesmo ampliadas por ela graças aos diferentes contextos que a análise lhes oferece para se pensarem e se repensarem (CLOT, 2006a, p. 142).

“O encontro causou surpresas na pesquisadora...viu-se envolvida e absorvida pela possibilidade de compartilhar anseios que surgiam na fala da colega e que experimentava, também, no seu cotidiano de trabalho, afinal, pertenciam ao mesmo gênero”.

Estas surpresas evidenciam aquilo que não é previsível, aquilo que só é possível se deparar quando se está no campo empírico. O paradoxo de pesquisar o próprio ofício colocou em evidência o deslocamento da pesquisadora para sua realidade como trabalhadora, ressaltando uma indissociabilidade. O que não é, em nenhum princípio, fator negativo ou qualquer outra valoração pejorativa. É antes uma dimensão da pesquisa a se forjar como recurso para o desenvolvimento do ofício em questão, um meio para ação da trabalhadora,

12 A perspectiva do desenvolvimento adotada por Clot segue o pensamento de Vygotsky, em que o desenvolvimento consiste para o sujeito em pôr o mundo social a seu serviço, em fazer dele um “mundo para si” a fim de integrar-se a ele, ou seja, consiste em reformula-lo participando da elaboração de novas significações (Clot, 1999).

colocado, aqui, em análise como objeto desta pesquisa. Neste sentido, a pesquisadora precisou se reinventar e seguir a direção que se abriu a partir das formas moventes e provisórias suscitadas por um encontro cheio de potência afetiva.

As profissionais da cena atuam em serviços semelhantes de assistência social, em cidades diferentes e não se conheciam. O encontro foi também um momento de conhecer como se dava a organização de trabalho de cada uma, partilhar dúvidas e anseios, estreitar e fortalecer laços profissionais. Compartilhar seus modos de fazer, os empecilhos da atividade, através do diálogo, foi uma possibilidade de experimentar, a partir da fala do outro, o gênero profissional. Afinal, o gênero é o terceiro em uma relação entre sujeitos. Nesse movimento de compartilhar modos de fazer e seus impedimentos, a atividade é acessada e ao ser repetida:

... toma uma dimensão genérica que faz com que o ofício fale com os sujeitos, denotando uma relação entre eles e fale com cada um deles, contribuindo assim para cristalizar a instância do destinatário de apoio. Este último é chamado como testemunha por cada participante da discussão, em um diálogo com o que se poderia designar de “coração do ofício”, para utilizar uma expressão imagética (CLOT, 2011, p. 76).

“Desliga-se o gravador.

Agora se tem uma conversa franca, sem falas recobertas por conta de um intruso revelador - o gravador – e aí elas podem compartilhar os segredos mais íntimos da atividade profissional”.

É preciso considerar que fazer parte de uma instituição militar produz um certo militarismo em nós, com uma rigidez sobre o que é dito, o que se pode dizer. Ao falar de um militarismo em nós, resalto, aqui, a compreensão de que há uma instituição que fala através de nós. Em alguns momentos, desse encontro, por exemplo, o diálogo não foi registrado, pois há dados do exercício profissional que precisavam ser preservados, sob o risco de prejudicar o intuito mesmo a que essa pesquisa se destina: a afirmação de um gênero profissional.

Os segredos compartilhados não são o que não pode ser dito porque é errado ou indevido perante a instituição. Não se trata disso. Essa dimensão de segredo refere-se àquilo que é compartilhado pelos trabalhadores em situação de trabalho. Preservar esse “segredo” é cuidar para que a memória desse gênero profissional se fortaleça e contribua para a saúde dessas profissionais em situação de trabalho.

Ao colocar o encontro entre as profissionais como uma possibilidade de experimentar o gênero, ao possibilitar o diálogo entre trabalhadoras, experimenta-se modos outros de fazer que se dão apesar de suas regras prescritas. A concepção de um referencial comum como uma dimensão coletiva que perpassa o ofício evidencia um emaranhado de possibilidades construídas ao longo da história do ofício e que compõem um corpo intermediário, como afirma Clot (2006), o qual se interpõe entre as pessoas no trabalho. Por isso, duas pessoas que não se conhecem parecem terem trabalhado juntas anteriormente. É, nesse sentido, que o encontro entre as profissionais é uma aposta na experimentação desse gênero profissional. Pode-se afirmar que, mesmo sem saber previamente e mesmo sem estar dito explicitamente, elas parecem ter trabalhado juntas, porque elas se reconheciam no modo como vivenciam a atividade.

As cenas servirão, aqui, portanto, como elementos para dar visibilidade à dimensão coletiva (transpessoal) em que se desenvolve o ofício em questão, acrescido a dados apresentados pela pesquisadora e profissional. Essa pesquisa pretende ser um dispositivo de desenvolvimento para o gênero profissional psicóloga da assistência social em uma instituição militar.

A agenda de atendimento.

Era uma segunda-feira, dia de iniciar a semana de trabalho. Na psicologia existe uma agenda, onde estão os atendimentos da semana. Joana¹³, a psicóloga, coordena essa agenda. Ela quem faz os agendamentos, quem determina os horários disponíveis. Parece ter certa autonomia sobre a gestão de sua agenda. Mas, Joana, não faz só atendimento. Ela executa outras tarefas, boa parte delas administrativas, por isso, ao coordenar sua agenda de atendimentos precisa organizá-la em paralelo com essas outras atividades. Contudo, não tem controle prévio sobre os dias de funcionamento do setor e nem sobre as atividades administrativas, pois ambos não são determinados por ela, mas pela organização de trabalho daquela instituição. Tal fato faz com que Joana precise mexer constantemente na sua agenda e, com isso, a gestão de sua tarefa fica bastante prejudicada, fazendo com que ela tenha que fazer outras combinações de horários, remanejamentos de pacientes, ou mesmo, postergar

13 Nome fictício.

funções administrativas para priorizar os atendimentos, gerando acúmulo de outras tarefas, as quais, Joana executará, em outro momento, quando der. Assim, cada semana ela tem que fazer gestão do seu trabalho frente à variabilidade do mesmo.

Mas, Joana, refere-se aos seus pacientes com muito carinho e cuidado, e acredita que sempre pode fazer mais para ajudá-los, pois entende que eles precisam do seu atendimento. E, se for preciso, sempre atende além do tempo programado para o atendimento. Se o tempo programado é de 50 minutos, às vezes, passa para um pouco mais de uma hora. Se ela está fazendo alguma tarefa administrativa e chega algum paciente que se encontre muito aflito, ela pede que vá até sua sala, diz que, por uns cinco minutos, dispõe-se a dar atenção, mas, na verdade, fica sempre mais, vinte, trinta minutos.

Joana reconhece que não consegue mais separar dia e horário para se organizar com relação às suas tarefas administrativas e aos seus atendimentos. Tudo acontece junto:

- Estou fazendo outras atividades, mas esperando qualquer demanda.

Sempre priorizando um em prejuízo do outro, e, também, em prejuízo de si mesma, que se vê impossibilitada de fazer bem seu trabalho. Mas isso, ela não diz, na verdade, o que ela diz é que ela sempre pode fazer mais pelo paciente.

Diante da dificuldade de organizar uma rotina para agenda de atendimento, pergunto a Joana o que ela sugeriria a outro profissional que, assim como ela, precisasse lidar com essa indefinição, ela responde:

- Ele deverá achar uma saída. A manobra será dele.

A resposta de Joana aponta que cada profissional, segundo ela, executará sua manobra. A manobra, portanto, parece ser a única coisa certa a ser feita, porém o como ela será feita dependerá de cada profissional.

E, assim, acaba a semana de Joana e como será a próxima ela não sabe, mas parece desenvolver certa habilidade para fazer manobras em sua rotina.

Joana parece ter “certa autonomia” sobre um instrumento de trabalho que lhe é próprio: a agenda de atendimento. É ela quem organiza seus atendimentos. E Joana precisa ainda tentar gerir o tempo que dedica aos seus pacientes, que sempre se estende além do

tempo que ela acha que vai durar. No malabarismo que precisa fazer no seu cotidiano de trabalho há sempre prejuízo de alguma outra tarefa, e, também, em prejuízo da própria profissional que não consegue mais organizar/planejar seus afazeres administrativos e técnicos: tudo acontece junto!

Joana tem como desafio se organizar. Sua organização se dá a partir das prescrições do trabalho o que lhe gera, muitas vezes, acúmulo de tarefas. Contudo, este diálogo nos possibilita perceber que Joana vai fazendo ajustes a todo momento. Ela normatiza, faz gestão do seu trabalho. Portanto, mesmo em condições de tentativas de restrição de autonomia da trabalhadora, há usos de si no trabalho e não apenas execução. Como nos afirma Silva, Barros e Louzada (2011) ao referenciar Clot (2006):

O trabalhador não pode ser concebido como um simples sistema de execução da tarefa prescrita. A tarefa se inscreve na história do trabalhador, que visa também, por meio dessa realização, objetivos pessoais, que podem contribuir para a eficácia do trabalho. Quando o trabalhador realiza uma tarefa ele a transforma. A atividade se efetiva como elaboração por parte do sujeito, de sua tarefa. E essa redefinição da tarefa é individual e coletiva, pois os grupos de trabalho vivem segundo regras não escritas, não prescritas pela organização, mas concebidas pelos trabalhadores, negociadas entre eles e, por vezes, com as hierarquias (SILVA; BARROS; LOUZADA, 2011 p. 191).

Podemos observar que, a cada tarefa, a trabalhadora precisa se rearranjar para executá-la e esse rearranjo se dá sempre em negociação com seus anseios. Ora, isso se dá em função de que ao executar uma tarefa, outros conteúdos, que não apenas as regras impostas para executá-la, estão em jogo. E isso evidencia que, em cada ajuste que faz, ao executar suas tarefas, ela as elabora e as transforma, o que nos dá pistas que uma renormatização se efetiva.

- Ele deverá achar uma saída. A manobra será dele.

A resposta de Joana aponta que cada profissional, segundo ela, executará sua manobra. A manobra, portanto, parece ser a única coisa certa a ser feita, porém o como ela será feita dependerá de cada profissional.

Destacamos esse trecho da cena para evidenciar um componente fundamental do gênero profissional, em especial, para o desenvolvimento do gênero profissional analisado nesta pesquisa. O gênero profissional, como já indicamos, não é uma unidade amorfa, fixa. Ao contrário, como um meio para agir, possui uma estabilidade sempre transitória, demarcada pelas exigências da ação que levam os trabalhadores a mobilizá-lo. Neste sentido, está constantemente submetido à prova do real. Por isso, o gênero não se efetiva como uma

obrigação a respeitar, é antes um recurso sempre passível de renovação e ajuste. Cada trabalhador atua sobre o gênero, ajustando-o e aperfeiçoando-o, ao posicionarem-se fora dele, a partir de criações estilísticas. O estilo consiste na metamorfose do gênero em curso na ação:

O estilo participa do gênero ao qual ele fornece o seu modo de ser. Os estilos são o retrabalho dos gêneros em situação, enquanto os gêneros de fato, são o contrário de estados fixos. Melhor ainda, eles estão sempre inacabados. Apesar de ser reiterável em cada situação de trabalho, o gênero só adquire sua forma acabada mediante os traços particulares, contingentes, únicos e não reiteráveis que definem cada situação vivida [...] o estilo individual é, antes de mais nada, a transformação dos gêneros na história real das atividades no momento de agir em função das circunstâncias. Mas, desse modo, aqueles que agem devem ser capaz de servir-se do gênero ou, mais rigorosamente, manipular com destreza as diferentes variantes que animam a vida do gênero. É esse processo de metamorfose dos gêneros, promovidos à categoria de objeto da atividade e recebendo novas atribuições e funções para agir que conserva a vitalidade e a plasticidade do gênero (CLOT, 2010a, p. 126).

É o estilo que objetivamos destacar na passagem da cena: “*Ele deverá achar uma saída. A manobra será dele*”. Essa variabilidade da ação, vivenciada a cada circunstância da atividade e que exige manobras diferentes, a depender de cada trabalhador, nos indica um terreno fértil para a transformação e desenvolvimento de um gênero profissional. Joana faz suas manobras. Cada trabalhador deste gênero está a fazer suas manobras. Um gênero profissional vai se transformando na atividade dos profissionais de psicologia da assistência social desta instituição militar. As manobras de Joana mobilizam o gênero, transformando-o e desenvolvendo-o, a partir das estilizações feitas.

É preciso dar eco a esses estilos que operam o gênero, pois se cada trabalhador pudesse falar de suas manobras, a partir do encontro de sua atividade com a atividade do outro, consigo mesmo e entre si, a partir da experiência dialógica, um conteúdo importante se evidenciaria para o repertório coletivo e que, conseqüentemente, fortaleceria o gênero profissional:

Desse modo, o diálogo entre profissionais, ao qual recorreremos na autoconfrontação cruzada, torna o gênero visível e discutível, desvelando-o ao submetê-lo à prova na confrontação com sua própria atividade e com a do outro. Cada autoconfrontação faz reviver o gênero de uma maneira pessoal, oferecendo ao coletivo a possibilidade de um aperfeiçoamento do gênero ou, em todo caso, a possibilidade de um questionamento capaz de levar à validação coletiva de novas variantes. O gênero pode assim permanecer vivo, isto é, conservar as qualidades de um instrumento de ação, quando as condições da ação se transformam (CLOT, 2010a, p.127).

As experiências dialógicas aqui apresentadas objetivam tornar o gênero profissional psicóloga da assistência social de uma instituição militar visível e discutível também em um

diálogo tardio com os trabalhadores deste gênero que serão convidados a acessar esta experiência na leitura das cenas, nas conversas sobre este trabalho de pesquisa, corroborando para uma experiência sempre coletiva, mesmo que sendo feita por um só trabalhador.

Mesmo envelope, anotações separadas.

Joana desenvolveu um jeito de fazer sua tarefa. Ela sabe que os prontuários do serviço são compartilhados por todos os profissionais do núcleo. É um prontuário único. Mas, Joanna, reflete sobre essa prática e entende que ela deve ter cautela em suas evoluções neste prontuário para preservar o sigilo do atendimento. Não por desconfiança da equipe, mas por precaução, caso algum documento se perca, sabe-se lá.

Então, ela evolui em uma folha separada. Quando os demais profissionais da equipe utilizam o prontuário, já reconhecem que aquela folha é de Joana e, lançam mão de outra folha para suas evoluções. Todos entendem. Eles já conversaram sobre este assunto.

Joana guarda as folhas no mesmo envelope onde estão as evoluções dos outros profissionais da equipe. Essa foi uma forma de executar sua tarefa de atendimento. Mas, isso não está escrito como prescrição. Ela gostaria mesmo era de ter um arquivo só para a psicologia. Como não tem, ela faz assim: mesmo envelope, anotações separadas.

Acompanhando o desenvolvimento da atividade de Joana faço uma questão-proposta:

- A gente pode fazer envelopes separados? Por que aí, ninguém precisaria ler o conteúdo. Outros profissionais, ao verem o envelope da psicologia, preservariam o nosso registro de se misturar com outros documentos do prontuário único.

Joana pensa um pouco, a princípio acha que não. Mas, como que tendo uma nova ideia, conclui:

- “Só se for um dentro do outro. Boa ideia!”.

Nesta cena, vislumbra-se um movimento que expressa uma prática que não se pauta em normas preestabelecidas. O prontuário único é a forma de registro técnico instituída. Sobre isso, a profissional reflete e desenvolve um modo de operar a tarefa que a transforma, pois, ao

refletir sobre a prática do registro técnico, outros elementos, que poderíamos dizer, pertencentes a uma memória coletiva profissional, são acessados, sem que a profissional se dê conta.

Sobre essa memória coletiva, pode-se supor um gênero profissional psicóloga da assistência social em uma instituição militar, um modo de se conduzir nesse ofício que, na situação de registro técnico e na sua relação com a ética profissional, comparece como suporte para ação individual. Sobre a influência do gênero Clot nos indica que: “de maneira geral, a atividade individual não sabe por onde começar quando o sujeito não é capaz de emitir ao menos uma suposição ponderada sobre o gênero a que ela pertence” (CLOT, 2006, p. 44). Na atividade da profissional de psicologia, no nosso caso, temos pistas de um gênero profissional que precisa ser fortalecido, desenvolvido.

Por meio do diálogo, pelo movimento do dizer, foi possível acessar o conflito entre prescrito e real, que se dá na execução de uma tarefa. É esse conflito que imprime à atividade sua vitalidade e nos leva a afirmação de que a profissional é muito mais do que uma executadora de tarefas. O exercício, contudo, é o de analisar o quanto esse gênero encontra-se enfraquecido mediante as limitações do dialogismo nesse coletivo de trabalho e quais as formas possíveis de construir junto com esses trabalhadores estratégias para o fortalecimento do gênero profissional em questão.

Sobre essa cena, mais uma vez, aparece na pesquisadora um sentimento de reconhecer na prática da outra profissional os mesmos entraves que vivencia em seu cotidiano de trabalho. Foi possível se dar conta que, mesmo sem saber previamente, ambas compartilhavam da necessidade de criar estratégias para o registro. A pesquisadora pergunta: “*A gente pode fazer envelopes separados?*” E ambas pensam sobre essa possibilidade. Joana, diz que não, mas reflete em seguida e diz: “*Só se for um dentro do outro. Boa ideia!*”.

A ocorrência do diálogo proporcionou às profissionais se confrontarem com suas práticas de forma a interrogá-las e a pensar outras possibilidades. Momentos em que a fala correu mais livremente, momentos de escape ao engessamento em que nos encontrávamos. Essa troca contribuiu para um exercício de experimentação de análise da atividade de trabalho. Ficam as questões: como operacionalizar outros momentos e espaços de diálogos conduzidos pelos próprios profissionais? Quais dificuldades enfrentadas por esses profissionais para um movimento de aproximação e contato com outros colegas de profissão? Como criar estratégias para fortalecimento do diálogo?

Uma pausa.

- Como eu vivenciei essa situação de falar sobre meu trabalho?

Joana ficou pensativa ...

Era um dia chuvoso, segue-se a rotina: preparar as coisas em casa, cuidar da família, encarar o trânsito para ir ao trabalho, trabalhar, resolver coisas, voltar para casa, mais trânsito, cuidar da casa, da família. Em meio a tantas outras tarefas diárias, Joana parou. Por, aproximadamente, duas horas, Joana parou para pensar e falar sobre o trabalho dela. Pausa.

Sem dúvida, ao pausar, tantas outras coisas ficaram por fazer. Mas, o que se faz quando se pausa? Quantas vezes fazemos essa pausa? São tantas coisas que se tenta resolver e que não se consegue. Será que na tentativa nada é feito? Será que só fazemos aquilo que conseguimos? Quantas coisas deixam de ser feitas para se fazer tantas outras?

Na pausa, Joana retoma a fala, apropria-se de si mesma a partir de sua fala. Fazer uma pausa, para ela, foi um momento para o exercício do pensamento sobre o que faz quando está trabalhando e o que não faz.

- Penso sobre práticas que a gente pode ajustar, a partir do que me escuto falar, e me dou conta do que posso e consigo ajustar. Eu vejo que faço alguns arranjos.

Ah, os arranjos! Nem nos damos conta de que o que mais fazemos são arranjos. Modos de operar na vida que se dão a partir da nossa elaboração sobre o que fazemos e, que ao fazermos, já não se faz a mesma coisa e já não se faz tantas outras, apesar do que se sabe prescrito sobre como fazer.

Joana enumera seus arranjos e os faz a partir do entendimento de que é preciso cuidar do trabalho. Seus arranjos se dão para que o seu trabalho seja realizado de forma satisfatória, que a tarefa possa ser efetivada. É isso que ela definiu para si como uma direção para sua prática, é o que a sustenta em seu trabalho.

Uma família que chega para ser atendida e que não estava agendada. O agendamento era para uma dessas pessoas, mas vem a família toda! E percebe-se que outros membros dessa família precisavam ser ouvidos. Naquele momento, como fazer? Joana reproduz o conflito de sua atividade na atividade de seu pensamento:

- *Marco outro dia? Encaixo no mesmo dia e prolongo o dia de trabalho? Faço esse atendimento e deixo outras coisas para fazer depois?*

Deu-se um arranjo. As pessoas foram atendidas. E como se faz esse arranjo? Ah, não tem como saber, é no dia a dia que as manobras vão se dando. Hoje, ela deixou de fazer outra tarefa para realizar a tarefa de atender.

Os atendimentos clínicos são uma caixinha de surpresa. É um encontro. Um usuário do serviço chega buscando assistência psicológica. É feito o agendamento. No dia agendado ele é atendido. Nesse atendimento, não é possível saber de antemão o que será feito e como será feito. Há um encontro e é nesse encontro que um caminho pode ser iniciado, sem garantias. Mas há uma “empatia” que se dá ou não. Condição de se continuar o caminho ou não.

- *Prosseguir o atendimento ou encaminhar para o serviço de saúde apropriado?*

Joana faz atendimentos clínicos, procura seguir a norma que rege suas tarefas e na qual prevê que seus atendimentos devem ser curtos. Sabemos que, pela norma, alguns casos não deveriam ser acompanhados nos núcleos de assistência social e que deveriam ser encaminhados para os serviços de saúde da própria instituição, onde há atendimento ambulatorial de psicologia. Entretanto, as demandas chegam, apesar do atendimento ambulatorial ser realizado em outros espaços. Como fazer? Joana vê-se em um impasse, pois atende às demandas e, sabe, que, em alguns casos, não há como ser pontual, breve....

Como foi para a trabalhadora a experiência de falar sobre seu trabalho? A fala, no contexto do diálogo, poderia nos dar indícios sobre a atividade da profissional? De fato, a experiência vivida não é diretamente acessível (CLOT, 2010a), pois ao se agir sobre ela, para alcançá-la, ela deixa de ser o que foi, pois é afetada pela ação de acessá-la. E não se trata apenas da experiência vivida a partir daquela que se vive, mas sim, e principalmente, porque o vivido é resultado de um conflito entre várias atividades rivais. Ou seja, o que emerge como experiência vivida não é experiência pura, limpa, mas sim, efeito de um jogo de forças, um mosaico de tantas outras possibilidades, que ressaltam ao vivido, mas que, em conflito, são suprimidas.

“- *Como eu vivenciei essa situação de falar sobre meu trabalho?*

Joana ficou pensativa ...”

O que se passa nesse exercício do pensamento? Aposta-se em um turbilhão de possibilidades, vividas e não vividas, que se tornaram evidentes ao acessar a experiência vivida na atividade de trabalho através do diálogo. As possibilidades não vividas, descartadas, não nos falam de uma impossibilidade apenas, mas nos apontam para a compreensão daquelas que foram vividas, que venceram. Esse conflito de possibilidades que se dá na experiência não é acessado diretamente. No exercício do diálogo, algo se passou. Sempre passa. Ao pensar sobre a ação, esta já não é mais a mesma, e nesse exercício do pensamento, aquilo que foi descartado é despertado.

Tais possibilidades descartadas – não vividas – são importantes para compreender aquelas que venceram e viveram, não são acessíveis diretamente. Mas são despertadas pela reflexão sobre a ação que, por isso, deixa de ser a mesma ação (CLOT, 2010a, p.202).

Clot (2010a) retoma, a partir de Vygotski, a problematização do acesso à experiência preconizado pelos métodos tradicionais objetivos, enfatizando que os mesmos estavam restritos aos dados imediatos da experiência, sem considerar o processo de elaboração do experimentador, sua consciência, seu pensamento, aquilo que solicita em sua experiência. Como se a experiência fosse pura abstração.

Na tradição vigotskiana, não há como organizar o comportamento previamente, porque no decorrer da experiência não se tem conhecimento dos ajustes que foram necessários, das escolhas que foram feitas. O sujeito opera no meio e o transforma, cria outro. Nesse sentido, considera-se que há um movimento interno que não é acessível e que é atravessado por conflitos onde apenas alguns emergem para a realização e tantos outros não são realizados.

A investigação dos movimentos internos não realizados são uma parte necessária da experimentação, o que nos indica “uma reformulação radical dos métodos de experimentação para estudar as atividades inibidas que agem à revelia tanto do experimentador, quanto do sujeito” (CLOT, 2010, p.203). Por isso, Vygotsky propôs uma metodologia indireta. Ou seja, o acesso a experiência não se dá de maneira direta, objetiva. Ao compreender a experiência como o conflito entre o que é vivido e o que não o foi, as reações inibidas não são acessíveis diretamente, por que elas não são visíveis à experiência vivida. Nesse ponto, importa o desenvolvimento real do sujeito, ou melhor, a história do desenvolvimento real do sujeito:

Essa metodologia adota deliberadamente como objeto, a história do desenvolvimento. A experiência e a consciência não são observáveis senão em seus desenvolvimentos, não enquanto produtos, estados ou estruturas invariantes, mas através de processos que fazem e desfazem essas formas sedimentadas (CLOT, 2010a, p. 206).

- Penso sobre práticas que a gente pode ajustar, a partir do que me escuto falar, e me dou conta do que posso e consigo ajustar”.

Clot (2010a) indica que entre o real e o realizado existe uma contradição, mais que uma concordância. Contudo, é ao se realizar que o real pode se reorganizar e modificar-se. É transformando cada realização em recurso para uma nova realização que o real da atividade se manifesta em seus desenvolvimentos.

No método histórico indireto, o acesso ao real da atividade, torna-se possível por “uma transformação indireta do trabalho dos sujeitos graças a um deslocamento de suas atividades em um novo contexto” (CLOT, 2010a, p. 208). Neste caso, o recurso do diálogo, por meio do qual se fala sobre o trabalho, a partir das provocações de um interlocutor, nos leva a experimentar o vivido em seus impasses e conflitos, mas que nos servem de novas possibilidades para a ação. Através da fala, pode-se afirmar que as atividades se reorganizam e se modificam. Ao dirigir-se ao outro, através da linguagem, Joana fica reflexiva sobre o seu trabalho. Ela retoma seu fazer e o faz através da fala, que já não corporifica esse fazer do mesmo modo que foi feito:

A linguagem, graças a qual o sujeito se dirige ao interlocutor na troca que constitui o comentário sobre sua atividade, retorna para o objeto analisado os efeitos dessa troca. Desde então, as atividades não se exprimem por palavras que lhes viessem a servir somente de veículos amorfos para falarem a seu respeito. Graças à linguagem dirigida ao outro, o sujeito realiza, no sentido pleno do termo, suas atividades (CLOT, 2010a, p.209).

“Eu vejo que faço alguns arranjos”.

Por meio de um exercício de pensamento sobre sua atividade, a profissional se dá conta dos arranjos, apropria-se de sua atividade. Ela renormatiza. E por meio do diálogo aquilo que se deu conta no vivido da experiência passada, retorna como potência para o agir no presente e no futuro, como nos indica Clot:

Em vez de reencontro com o passado, a tomada de consciência é metamorfose do passado. De objeto vivido outrora, ele é promovido à posição de meio para viver a situação presente ou futura. Nesse trânsito entre duas situações, nesse deslocamento

do vivido – que, tendo sido objeto, torna-se meio – é que esse mesmo vivido desprende-se da atividade, torna-se disponível a consciência, além de enriquecer-se com propriedades do novo contexto. Tomar consciência não consiste, portanto, em reencontrar um passado intato pelo pensamento, mas sobretudo em revivê-lo e fazê-lo reviver na ação presente, para a ação presente. É redescobrir o que ele havia sido como uma possibilidade realizada entre outras possibilidades não realizadas e que nem por isso deixaram de agir (CLOT, 2010a, p.222).

- Marco outro dia? Encaixo no mesmo dia e prolongo o dia de trabalho? Faço esse atendimento e deixo outras coisas para fazer depois?

Deu-se um arranjo. As pessoas foram atendidas. E como se faz esse arranjo? Ah, não tem como saber, é no dia a dia que as manobras vão se dando. Hoje, ela deixou de fazer outra tarefa para realizar a tarefa de atender.

Essas são questões que se presentificam no conflito intrínseco à atividade. Há uma atividade interior e uma atividade exterior, assim como há diálogos interiores e exteriores, indissociáveis. Ao dialogar, a profissional vivencia esses diálogos consigo mesma e com o outro. Da mesma forma isso se passa com a pesquisadora que, ao metamorfosear o diálogo em cena, depara-se com os diálogos interiores que experiencia no vivido de sua atividade profissional como trabalhadora do mesmo gênero profissional de Joana.

“Entretanto, as demandas chegam, apesar do atendimento ambulatorial ser realizado em outros espaços. Como fazer? Joana vê-se em um impasse, pois atende às demandas e, sabe, que, em alguns casos, não há como ser pontual, breve...”

Existe uma divisão na organização do trabalho da psicóloga que atua na instituição militar em questão, que normatiza sua atuação em profissional de psicologia da saúde e profissional de psicologia técnico. Os psicólogos da saúde atuam em unidades de saúde, hospitais e policlínicas desta instituição, e os demais, classificados como técnicos, atuam em diferentes áreas como: educação, organizacional e nos núcleos de assistência social. No caso, os psicólogos que atuam nos núcleos de assistência social não têm os atendimentos clínicos preconizados como atividade fim, fazem-no, mas em caráter excepcional e temporário, nos casos de impossibilidade de o atendimento ser feito pelo sistema de saúde da organização militar.

Essa divisão, contudo, parece não dar conta do que se impõe à atividade dos profissionais de psicologia na assistência social, os quais se deparam, frequentemente, com as

demandas que chegam e não conseguem classificá-las de antemão como o que é atendimento da saúde e o que é atendimento da assistência social. Neste caso, entre o prescrito e o real, há a ação do imprevisto:

daquilo que resiste e questiona a tentativa de captura total do trabalho em normas e procedimentos instrumentais ou operatórios, da mesma forma é nesse hiato que vemos emergir a função do sujeito como agente de seu próprio ato no trabalho (BENDASSOLLI; SOBOLL, 2011, p.14).

Essa é uma divisão que vivenciamos no conflito do real da atividade. O que atender? Como atender? Por que encaminhar? Para onde encaminhar? Por que não atender? E se não atender? E se atender? É demanda ou não da assistência social? É para suprir uma falta de assistência na saúde? Ou a afirmação de uma prática que se dá onde ela está disponível?

Desafios

Não é sempre que se consegue atender. Algumas vezes, somos convocadas para outras tarefas que não envolvem nosso tempo dedicado ao atendimento clínico. E quando somos tomadas por estas tarefas não conseguimos realizar outras. Deixamos de fazer uma determinada tarefa para fazer outras.

- E como você se sente diante dessa impossibilidade?

- Não conseguir atender é frustrante. O usuário chegou. Só ele sabe o quão difícil foi conseguir chegar até aquele momento de buscar ajuda. E eu não consegui ouvi-lo, naquele momento. Tentamos um arranjo, um outro horário, um outro dia, mas alguma coisa se perde naquele momento, pois algo não pôde ser feito para que outra coisa fosse feita. Um encaminhamento para outro serviço, talvez.

- Mas...se você não conseguir, volta aqui.

Fica o pedido de um retorno, qualquer que seja, apenas para saber se ele foi atendido, se continuou a buscar ajuda.

Ele não voltou.

- Estou com ele na cabeça.

- Por que ele não voltou?

Fica-se pensativa, sobre o que não foi possível fazer e as consequências disso. Um não retorno, uma ajuda não dada, uma escuta não feita. Limites e impossibilidades da atividade de trabalho. Desafios!

Os desafios fazem parte da atividade. Interessa-nos, entretanto, o poder do trabalhador no enfrentamento do real, ou seja, como ele consegue enfrentar as restrições, as frustrações e a indeterminação da realidade material implicada em toda forma de atividade (Bendassolli e Soboll, 2011). Neste caso, tem papel fundamental o gênero profissional como suporte para a ação, a qual modifica e retroalimenta o gênero, desenvolvendo-o. A importância de um gênero fortalecido se evidencia na ampliação do poder de agir dos trabalhadores.

Desta forma, coloca-se a questão: como é possível fortalecer o gênero profissional psicólogo de uma instituição militar, atuando nos núcleos de assistência social, de forma a priorizar seu desenvolvimento e contribuir para a saúde nesses espaços de trabalho?

Tomamos de empréstimo o conceito de saúde desenvolvido por Canguilhem (2006), como a capacidade de se instituir novas normas. No campo do trabalho, a saúde ou a doença se referem a capacidade normativa do trabalhador presente na ressignificação que faz de sua tarefa. Transformar a atividade de trabalho é produzir novas normas no cotidiano do fazer no trabalho, quando isso se encontra impedido, o trabalhador se vê impossibilitado de agir, sem encontrar um sentido entre a norma prescrita e sua tarefa, uma vez que essa relação entre a prescrição e a tarefa não se resumem a uma linearidade representacional. Como destacamos, a atividade de trabalho é mais do que prescrições e tarefas, é antes, o conflito entre essas dimensões que demarcam o meio do caminho entre os impasses da realização de uma tarefa e suas prescrições com todo o repertório particular de cada trabalhador, de seus pares e de um coletivo de trabalho.

Neste sentido, falar de saúde no trabalho, implica em considerar os espaços de troca e experimentação coletiva do fazer, de maneira que os trabalhadores possam ampliar, para si mesmos e entre seus pares, os mecanismos de ação, possibilitando a criação de novas normas no cotidiano do trabalho. A esse movimento chamamos renormatização:

Aquilo que é normal, apesar de ser normativo em determinadas condições, pode se tornar patológico em outra situação se permanecer inalterado. O indivíduo é que

avalia essa transformação porque é ele que sofre suas consequências, no próprio momento em que se sente incapaz de realizar as tarefas que a nova situação lhe impõe. [...] A saúde é uma maneira de abordar a existência com uma sensação não apenas de possuidor ou portador, mas também, se necessário, de criador de valor, de instaurador de normas vitais (CANGUILHEM, 2006, p. 135 e 152).

É importante destacar que essas trocas entre profissionais não pressupõem discursos homogêneos. Antes, é preciso considerar a potência da heterogeneidade entre eles como forma de desenvolver o gênero de maneira saudável aos moldes do conceito de saúde aqui operado, pois é na dimensão do conflito que o ofício se forja e o torna potente. Negar este conflito não é sadio. Sobre isso, Clot (2013) nos adverte:

A melhor maneira de defender um ofício é ainda questioná-lo, cultivando os afetos, as técnicas e as emoções que o mantêm vivo. Para reabilitar o coletivo talvez se deva deliberadamente dar as costas à comunidade 'protegida'. Dizendo-o mais uma vez, a negação do conflito não é algo sadio. Desde que se questionem os critérios do trabalho bem feito, a dissonância se faz rapidamente presente no meio profissional. As paixões do real também. Mas claro que nada garante antecipadamente a conversão de paixões em ação. Nesta questão, a última palavra nunca é dita e, frequentemente hoje em dia, a primeira também não (CLOT, 2013, p.08).

A saúde no trabalho requer considerar as potências divergentes com que cada trabalhador pode contribuir nas trocas dialógicas a se experimentar, sendo responsável por manter operativo o conflito que forja o ofício do qual é responsável.

O conflito dialógico: o inaudível em nós

Joana abre a janela de sua sala e fica ali, olhando para a paisagem, pensativa, calma, respirando, buscando aliviar-se da tensão, dando um tempo para si depois de um atendimento difícil, pesado.

Ela não faz o registro do atendimento no prontuário logo após seu término, precisa respirar. Outras vezes, não o faz, porque precisa sair correndo, no fim do expediente, para cumprir com sua rotina de mãe.

- Queria ter a cabeça mais fresca para registrar na hora todos os atendimentos...

O que importa a Joana ter a cabeça fresca?

- Seria mais fácil, mas somos tomados pela rotina!

Ah, a rotina! Nem nos damos conta do que fazemos pela rotina, dirá do que não fazemos. Cabeça fresca pede uma pausa...

Olhe a janela, refresque a alma, alivie-se do pesado, recomponha-se.

-É um trabalho mental.

Não se sabe se para todos, mas Joana refere-se ao seu trabalho como um trabalho mental. Pensa sobre um atendimento, sobre uma intervenção, sobre como um usuário do serviço chegou e o que não pode fazer por ele.

Seus arranjos no trabalho são próprios.

- Não sei se todo mundo funciona dessa maneira.

E o que lhe vem à cabeça quando consegue parar e olhar para a paisagem na janela?

O inacabado continua agindo...

A experiência de diálogo entre as duas trabalhadoras, sendo uma delas a pesquisadora, ambas do mesmo gênero, indicou o quanto relevante pode ser para uma comunidade profissional o espaço de troca sobre os dilemas do ofício. É nesse espaço que se faz possível estabelecer outros modos de pensar a atividade e com isso ampliar o poder de agir dos trabalhadores para que possam transformá-la. O que se quer dizer com isso é que a possibilidade do exercício de pensamento sobre a execução de uma tarefa, por meio da troca, do diálogo, da confrontação de modos de fazer contribui para uma elaboração dessa tarefa, deixando de ser evidenciadas as regras previstas e como se faz a partir destas, para colocar em cena um certo modo de fazer que só é possível acessar por meio da troca dialógica.

Reafirmamos, é por meio do diálogo que é possível produzir um deslocamento no trabalhador de forma que ele se veja em seu trabalho. Ou seja, que ele veja que há na execução da tarefa, mecanismos que lhe são próprios, próprios do trabalhador, e que atuam em um universo vasto de variáveis, das quais, também fazem parte as prescrições e as regras não prescritas.

A análise do trabalho, a partir da perspectiva da Clínica da Atividade, leva a constatação de dois pressupostos: o primeiro, de natureza clínica, e o segundo das relações entre individual e o coletivo. O primeiro pressuposto refere-se à modificação de situações

reais de trabalho degradadas, a partir de uma demanda dos próprios trabalhadores, para isso, desenvolve métodos dialógicos “destinados a desenvolver o poder de agir desses mesmos interlocutores sobre o próprio meio e sobre eles mesmos” (CLOT, 2010a, p. 227).

O segundo pressuposto evidencia uma relação entre a conflituosidade social com o nível de conflituosidade no indivíduo, indicando uma interferência negativa no seu funcionamento psíquico, quando “a sociedade deixa de oferecer-lhe conflituosidade externa, quando ela se torna unívoca, inerte e, para resumir, monológica” (ibid., p. 228). Tal pressuposto indica que um diálogo interior não se sustenta sem um referencial social “que o alimenta em energia conflitante” (Ibidem). Ou seja, é preciso considerar que o diálogo se passa atravessado por variáveis instáveis, que se encontram em constante movimento, em um constante chocar-se, fazendo prevalecer um discurso em meio a tantos outros que se mantêm lá, em conflito. Individual e coletivo não se separam, portanto.

Compreendendo esses dois pressupostos da análise do trabalho em clínica da atividade, o aperfeiçoamento de métodos dialógicos a que se pretende, sustenta-se na ideia de que há na interioridade psíquica um processo que só pode ser acessado por meio da troca dialógica. Clot (2010a), ao citar Bakhtine, nos indica a importância do diálogo na constituição do ser, por isso, não se trata de um procedimento para desnudar um caráter humano finito, ao contrário, no diálogo, o homem torna-se o que é aos seus próprios olhos e não unicamente aos olhos dos outros.

O diálogo entre a pesquisadora e a profissional foi orientado por uma inflexão no método da autoconfrontação cruzada que tem como prerrogativa possibilitar um deslocamento da trabalhadora de sua tarefa para a análise da atividade, a partir do diálogo. A intenção é que a partir deste deslocamento possa-se promover o que se poderia chamar de um “vê-se de fora”: ao falar sobre a tarefa e ser questionado ou provocado para colocar em cena os componentes genéricos que atravessam a atividade.

Entretanto, Clot (2010a) adverte que há uma ineliminável discordância entre diálogo realizado e diálogo real. Para que um diálogo seja possível os interlocutores não devem compartilhar as mesmas significações. Diálogo não é concordância e é isso que garante sua condição de desenvolvimento. No efeito paralisante, por assim dizer, desse diálogo “rotineirizado” (diálogo realizado), sem espaço para o conflito dialógico (diálogo real), não se pode desconsiderar o próprio conflito de cada uma das interlocutoras: o que é possível dizer e o que é possível perguntar? Não se trata da ausência de conflito, pode-se supor, que ele está

aí, mas se encontra inaudível, sem força para se fazer ouvir, a partir do embate das fronteiras flutuantes do dizer:

Mas, não se pode descartar de imediato a ocorrência de um reconhecimento a partir do encontro entre essas profissionais. Não se trata de um reconhecimento pelo outro, mas da “inscrição em uma história que não é apenas a história dos sujeitos concernidos, mas a história de um ofício (*“métier”*) que não pertence a ninguém em particular, mas pelo qual todos, no entanto, se sentem responsáveis” (CLOT, 2011, p. 73, grifo do autor). O destinatário deste reconhecimento não é, portanto, o outro, não se fala, aqui, de um reconhecimento no outro ou pelo outro, mas de um componente genérico, um supradestinatário, que se atualiza no diálogo entre as profissionais. É a “instância transpessoal do ofício” (idem).

Há em nós o reconhecimento de “um comum”, algo que se passa em nós apesar de não trabalharmos juntas, mas que nos permite reconhecer algo que só nós sabemos, embora não o saibamos de antemão. Uma “‘senha’ conhecida apenas por aqueles que pertencem ao mesmo horizonte social e profissional” (CLOT, 2006a, p. 41). Isso se passa nos manejos dos atendimentos, na maneira de evoluir no prontuário, e de nos reconhecermos como fazendo manobras, o que para nós, nesta pesquisa, é um indicador importante da tentativa de renormatização por parte destas trabalhadoras.

4- A palavra final que nunca é dita: outros começos a tecer

Os caminhos da pesquisa estão longe de escrever linhas retas e longilíneas. No caso deste percurso de pesquisa podemos afirmar que seu começo não se deu pelo início. É possível que concordemos que não há início, como um *a priori*, um modo único determinante para um começo. Podemos imaginar que nos encontramos no meio de diversos modos de entrada, que podem ser filtrados por um processo de escolha, e, importante destacar, toda escolha é sempre política. Mas, o fato é que nunca se define os inúmeros começos possíveis imersos nos impasses de se realizar uma atividade de pesquisa.

Por isso, afirmamos que o começo desta pesquisa se deu pelo meio, sem um ponto de partida invariável e predefinido e na incerteza da chegada. Tratamos aqui de um percurso deslocado de pesquisa, pois em seu começo, fez-se necessário, primeiro, construir conexões, desvios e parcerias, para, então, já no meio, encontrar outras entradas, onde a pesquisadora, interessada em pesquisar o próprio ofício, pudesse enfrentar os conflitos vividos no próprio ambiente de trabalho ao esbarrar em barreiras e desafios que insistiam em dificultar o cuidar do ofício a partir da pesquisa sobre o mesmo.

Resistindo a esses movimentos de captura de sua autonomia, a trabalhadora afirmou-se pesquisadora e tomou os conflitos entre o seu contexto de trabalho e o ingresso no mestrado como um objeto a transformar em outra experiência – a experiência da pesquisa – para, assim, conhecer e desenvolver um ofício – o de psicóloga de uma instituição militar. Neste sentido, o percurso que esta pesquisa recorta diz de uma experimentação do trabalho como espaço de vida a partir da resignificação das experiências dialógicas de uma trabalhadora que, neste caso, é também a pesquisadora. Como protagonista das cenas laborais, ela apresentou uma dimensão do trabalho em seu fazer cotidiano, tomando-o como uma experiência sempre inédita a se experimentar no conflito entre o trabalho prescrito e o real da atividade.

Tomadas em um mesmo corpo físico, pesquisadora e trabalhadora transitaram nos impasses e desvios de uma experiência sempre a se fazer por entre os conflitos da atividade, seja a atividade de pesquisa, seja a atividade de trabalho como psicóloga. O trabalho de pesquisa, pensado do ponto de vista da atividade, e a inseparabilidade entre pesquisadora e trabalhadora, são aspectos que destacam uma direção de pesquisa que pressupõe que a atividade de pesquisa “se dá na relação entre prescrito e real, uma vez que não é obediência irrestrita a procedimentos protocolares e técnicas formuladas previamente que antecedem a

entrada no campo empírico” (BARROS; SILVA, 2016, p.128) e que o conhecer não é neutro, não está à espreita de uma realidade a ser revelada, implica ação e intervenção no plano instituído, sendo a atividade de pesquisa, então, “uma ação criadora de mundos e sujeitos”(idem).

Demarcamos como movimento principal desse processo de pesquisa o deslocamento da pesquisadora para o lugar da trabalhadora, seguindo a pista da entrevista. Como recurso metodológico, a entrevista, considerada não como uma técnica, se forja na experiência compartilhada do dizer que em sua performatividade cria mundo (TEDESCO; SADE; CALIMAN, 2016). É um recurso que nos possibilita estar com os trabalhadores a acompanhar a transformação que eles fazem de uma experiência vivida do trabalho em objeto de uma nova experiência, a fim de estudar o modo como essa transferência desenvolve a atividade (CLOT, 2010a).

Neste sentido, a trabalhadora, ao retomar o lugar de pesquisadora, pôde colocar em análise as experimentações dialógicas de um gênero profissional. É esse movimento que perseguimos nesta pesquisa, conforme nos indica Amador (2014), colocando em análise os modos como essa trabalhadora vive o labor no enfrentamento das provas do real e em suas situações concretas de trabalho, “abrindo-se, assim, instigantes questões no que se refere às estratégias de produção de conhecimento com os trabalhadores” (ibid., p. 260).

Reafirmamos: a estratégia que lançamos mão nessa pesquisa, deu-se em duas vias: a entrevista e a escrita. Ambas consideradas a partir da dimensão de experiência que não se encerra, mas que estão sempre em vias de se refazer. A escrita se apresentou como um recurso de elaboração, em um diálogo tardio, da atividade de trabalho dos psicólogos e psicólogas que atuam nos serviços de assistência social de uma instituição militar, corroborando para a análise do gênero profissional. A proposta da escrita, portanto, buscou afirmar a potência de ressignificação das experiências dialógicas nas cenas do ofício, objetivando mobilizar a dimensão transpessoal do ofício, como criação estilística a retocar o gênero, transformando a experiência do dizer em outra experiência, a da escrita. Nesse sentido, objetivamos colocar em movimento os conflitos do ofício que se tornaram presentes no percurso da pesquisa, destacando o papel da dimensão transpessoal do ofício como meio de ação para os trabalhadores em questão.

Portanto, no vai e vem da construção deste percurso, a pesquisa mostrou-se um dispositivo potente para cuidar do ofício, desenvolvendo, a partir da própria trabalhadora,

outros recursos para que os próprios trabalhadores possam reelaborar suas atividades, transformando-as e, assim, conhecendo-as e desenvolvendo-as. Ambos os recursos, a entrevista e a escrita, forjaram-se nos métodos desenvolvidos pela clínica da atividade, destacando na cena 2 a autoconfrontação: a experiência dialógica entre trabalhadores de gêneros diferentes; e na cena 3, a autoconfrontação cruzada: a experiência dialógica entre trabalhadoras do mesmo gênero profissional. Tal proposta segue as pistas dos referenciais que caracterizam o trabalho como atividade nos possibilitando:

explorar as fronteiras entre trabalho, subjetivação e experiência, colocando em análise os modos como os trabalhadores vivem o labor no enfrentamento das provas do real e em situações concretas de trabalho, abrindo-se, assim, instigantes questões no que se refere às estratégias de produção de conhecimento com os trabalhadores (AMADOR, 2014, p. 260).

Esta pesquisa assume uma perspectiva teórico-metodológica que afirma a trabalhadora como protagonista das cenas laborais, “privilegiando assim a análise de processos de trabalho em seu fazer-se, por meio da atividade e pela experiência do trabalho” (AMADOR, 2014, p. 261). Nessa experiência, as narrativas se dão em uma dimensão coletiva, colocando em movimento os conflitos do ofício estruturado em suas quatro dimensões: impessoal, pessoal, interpessoal e transpessoal.

Dentre os desdobramentos desta pesquisa, destacamos a especificidade de uma atividade de trabalho que se passa em instituição militar. Neste contexto de trabalho forjado por diretrizes rígidas, pautadas na disciplina e na hierarquia, outras questões emergiram quando nos colocamos com as trabalhadoras e trabalhadores a falar deste ofício: como falar de um trabalho realizado numa instituição militar e não considerar as suas particularidades e seus efeitos sobre o trabalho? Como se desvencilhar dos afazeres do seu próprio trabalho e problematizá-los? Como ser pesquisadora apesar dessas variantes que se conflituam?

Observamos que falas endurecidas e rígidas, atravessadas por palavras de ordem e por expressões que denotavam um distanciamento entre o fazer no trabalho e a atividade de falar sobre o trabalho, repetiam-se como algo descritivo e prescritivo. Tal fato, nos levou a considerar a interferência de variantes institucionais particulares dessa organização de trabalho a compor os conflitos da atividade desses trabalhadores. Momentos da experiência dialógica em que as falas se viam impedidas por expressões como “é difícil dizer” e que se tornavam mais fluidas após desligar o gravador, nos apontam para esses conflitos inaudíveis diante o real da atividade dos psicólogos e psicólogas da assistência social desta organização

militar. O desafio posto, então, era conduzir a entrevista de maneira a acompanhar os movimentos, mesmo que mínimos, de escape dessas falas, os desvios e os pontos cegos da experiência do dizer, para que estes trabalhadores/as pudessem, de fato, se haver com a atividade de trabalho e, a partir dessa experiência, transformá-la, ampliando o poder de agir. Neste sentido, o manejo da entrevista foi fundamental para permitir essa experiência, pois sua função é alimentar e privilegiar a vivacidade da linguagem (TEDESCO; SILVA; CALIMAN, 2016).

Considerando a organização do trabalho em questão, acreditamos que espaços de falas, conduzidos pelos próprios trabalhadores, que acolham e estimulem a troca de diferentes experiências do fazer no trabalho contribuirão potencialmente para o fortalecimento desse gênero profissional, que, conforme constatamos nesta pesquisa, encontra-se fragilizado. Algumas características da organização do trabalho podem contribuir para a manutenção deste gênero fragilizado, como uma estrutura organizacional rígida, pautada, preferencialmente, nas normas e prescrições, não considerando as especificidades dos diferentes contextos de trabalho, associada ao isolamento profissional devido ao distanciamento geográfico em que alguns destes trabalhadores se encontram.

Contudo, é importante ressaltar que a heterogeneidade desses profissionais contribui para o movimento conflituoso que mantém vivo o ofício. Discordâncias nos modos de fazer precisam ser problematizadas e não silenciadas, considerando que as normas no trabalho não se restringem àquelas prescritas, mas também a que cada trabalhador inaugura na experiência concreta entre o trabalho prescrito e o trabalho real.

Fazemos esta aposta por espaços ampliados de experiências dialógicas entre as trabalhadoras em questão, porque evidenciamos que, apesar de nosso cotidiano de trabalho se passar em uma organização militar, renormatizações se dão neste cotidiano do trabalho. A renormatização que cada trabalhador realiza no seu fazer no trabalho nos indica a capacidade de desenvolver condições de saúde no trabalho, a partir de uma aposta em “modos de produzir saúde pela afirmação da vida em toda a sua potência de cri(tic)ar por entre as lógicas que visam a capturá-la” (AMADOR, 2014, p. 263, grifo do autor).

Uma pesquisa sobre o trabalho, onde a trabalhadora é também a pesquisadora que se lança a problematizar, na pesquisa, seu próprio ofício, deve considerar a produção de outros modos de pesquisa que considerem esse processo como sendo também ferramenta para o desenvolvimento da atividade de trabalho. Por isso, importa o percurso de uma pesquisa: os

entraves, os avanços, os desvios, os fracassos, os acertos, as pausas.... Tudo isso fala de um movimento que não se faz sem percalços, pelo contrário, é nebuloso e envolve tensões, receios, negociações, parcerias, e, dependendo de como isso acontece no processo de trabalho, pode produzir adoecimento. Há que se pensar em como fazer a produção de saúde ser privilegiada:

Se a vida no trabalho é tentativa de viver, ela é também tentativa de nunca somente sofrer-la, ela é tentativa de fazer valer nesse meio – nesse tecido de normas antecedentes, nesse enquadramento abstrato do trabalho – as normas de vida oriundas da própria história daqueles que trabalham, oriundas do que é para eles viver em saúde (AMADOR, 2014, p.260).

Nas experiências dialógicas, destacamos a dimensão genérica que nos atravessa e que fala em nós sem que percebamos, colocando em evidência esse gênero profissional analisado como enfraquecido, uma vez que as variáveis que o compõem não se encontram disponíveis, ou mesmo, não existem, considerando que, no enfrentamento dos conflitos da atividade, prevalecem falas angustiadas que não encontram suporte em um referencial comum, em um coletivo de trabalho. Desta forma, as criações estilísticas que se forjam no cotidiano destes trabalhadores não encontram eco em um coletivo de trabalho, o que limita as possibilidades de retroalimentar os componentes variáveis desse gênero profissional e, assim, desenvolvê-lo. Portanto, a aposta desta pesquisa foi a de que o diálogo sobre a atividade, em seus embates e contradições, movimentasse o conflito do ofício, a partir da mobilização de sua dimensão transpessoal.

Dentre as muitas perguntas que nos fizemos ao longo deste percurso de pesquisa, algumas permanecem como fios a puxar para tecer outros começos como, por exemplo, paradoxos enfrentados pelos trabalhadores e trabalhadoras ao atuar como instrumento da gestão para prevenção dos riscos psicossociais. Estamos individualizando as questões sociais do trabalho? Estaríamos dialogando com a organização sobre os aspectos do trabalho que interferem na dinâmica social dos militares, aí considerando o trabalho como parte desta dinâmica?

Pode-se afirmar que esta pesquisa propôs uma discussão metodológica a partir dos métodos desenvolvidos pela Clínica da Atividade para intervenção nos ambientes de trabalho em que pesquisadora e trabalhadora coabitam. Na construção deste processo, a aproximação com a cartografia nos apontou algumas direções, mas também nos indicou outros fios a puxar,

principalmente no tocante às conexões possíveis, mas, também, a força e os desafios do dialogismo para o desenvolvimento de uma metodologia de pesquisa.

O tempo cronológico em que a pesquisa deve se encerrar não coincide com o encerramento da potência criativa que continua a existir e a demandar novas experiências no concreto do trabalho. Por ora, é preciso um ponto final, mas ficam outros fios a puxar para tecer novos começos.

Referências Bibliográficas:

- ALMEIDA, L. P. **Escrita e Leitura**: a produção de subjetividade na experiência literária. Curitiba: Juruá, 2009.
- AMADOR, F. S. Três movimentos para problematizar o trabalho contemporâneo. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, vol. 17, n° 2, 2014, p. 255-265
- AMADOR, F. S.; NEVES, J. M. Entre a potência da clínica e a clínica da potência no mundo do trabalho. In: In: AMADOR, F.S.; BARROS, M. E. B.; FONSECA, T.M.G. (Org.). **Clínicas do Trabalho e Paradigma Estético**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016, p. 47-59.
- BARROS, M. **O livro das ignoranças**. Rio de Janeiro: Alfaguara, 2016.
- BARROS, M. E. B.; PASSOS, E.; EIRADO, A. Psicologia e trabalho docente: intercessões com a clínica da atividade. **Psicologia & Sociedade**, vol. 26, 2014, p. 150-160.
- BARROS, M. E. B.; SILVA, F. H. O trabalho do cartógrafo do ponto de vista da atividade. In: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; TEDESCO, S. (Org.). **Pistas do método cartográfico: a experiência da pesquisa e o plano comum**. Porto Alegre: Sulina, 2016, p. 128 -152.
- BENDASSOLLI, P.F.; SOBOLL, L.A. Introdução às clínicas do trabalho: aportes teóricos, pressupostos e aplicações. In: BENDASSOLLI, P.F.; SOBOLL, L.A. (Org.). **Clínicas do Trabalho**: novas perspectivas para a compreensão do trabalho na atualidade. São Paulo: Atlas, 2011, p. 3-21.
- CANGUILHEM, G. **O normal e o patológico**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.
- CLOT, Y. (Org.). *Avec Vygotski*. Paris: La Dispute, 1999.
- _____. **A função psicológica do trabalho**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006a.
- _____. Entrevista: Yves Clot. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, vol. 9, n° 2, 2006b, p. 99 – 107.
- _____. **Trabalho e pode de agir**. Belo Horizonte. Fabrefactum, 2010a.
- _____. A psicologia do trabalho na França e a perspectiva da Clínica da Atividade. **Fractal: Revista de Psicologia**, v.22 – n.1, jan./abr. 2010b, p. 207- 234.

_____. Clínica do trabalho e clínica da atividade. In: BENDASSOLLI, P.F.; SOBOLL, L.A. (Org.). **Clínicas do Trabalho: novas perspectivas para a compreensão do trabalho na atualidade**. São Paulo: Atlas, 2011, p. 71-83.

_____. O ofício como operador de saúde. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, vol. 16, nº especial 1, 2013, p. 1-11.

DELEUZE, G. A literatura e a vida. In: DELEUZE, G. **Crítica e Clínica**. São Paulo: Editora 34, 1997, p. 11-16.

DELEUZE, G.; PARNET, C. **Diálogos**. São Paulo: Escuta, 1998.

FONSECA, T. M. G.; FARINA, J. T. Clinicar. In: FONSECA, T.M.G, NASCIMENTO, M.L. & MARASCHIN, C. (Org.). **Pesquisar na diferença: um abecedário**. Porto Alegre, RS: Sulina, 2012. p. 49-52.

LISPECTOR, C. A descoberta do mundo. Rio de Janeiro: Rocco, 1999.

LHUILIER, D. Filiações teóricas das clínicas do trabalho. In: BENDASSOLLI, P.F.; SOBOLL, L.A. (Org.). **Clínicas do Trabalho: novas perspectivas para a compreensão do trabalho na atualidade**. São Paulo: Atlas, 2011, p. 22 - 58.

OLIVEIRA, A. M.; FONSECA, T.M.G.; MOEHLECKE, V. Corpos que (se) trabalham: relações éticas na construção de si e do coletivo. In: AMADOR, F.S.; BARROS, M. E. B.; FONSECA, T.M.G. (Org.). **Clínicas do Trabalho e Paradigma Estético**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016, p. 113-128.

OSÓRIO, C. Experimentando a fotografia como ferramenta de análise da atividade de trabalho. **Informática na Educação: teoria e prática**, Porto Alegre, v. 13, nº 1, jan./jun., 2010, p. 41-49.

OSÓRIO, C. Clínica da Atividade e Análise Institucional: inflexões do transformar para compreender. In: OSÓRIO DA SILVA, C.; ZAMBONI, J.; BARROS, M. E. B. (Org.). **Clínicas do Trabalho e Análise Institucional**. Rio de Janeiro: Nova Aliança Editora e Papéis, 2016, p. 37-64.

RENAULT, L.; EIRADO, A.; PASSOS, E. Da entrevista de explicitação à entrevista na pesquisa cartográfica. In: AMADOR, F.S.; BARROS, M. E. B.; FONSECA, T.M.G. (Org.). **Clínicas do Trabalho e Paradigma Estético**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016, p. 61-77.

SILVA, C. O.; BARROS, M. E. B.; LOUZADA, A. P. F. Clínica da atividade: dos conceitos às apropriações no Brasil. In: BENDASSOLLI, P.F.; SOBOLL, L.A. (Org.). **Clínicas do Trabalho: novas perspectivas para a compreensão do trabalho na atualidade**. São Paulo: Atlas, 2011, p. 188-207.

SILVA, F. H.; GOMES, R. S. Memória, corpo e trabalho. In: AMADOR, F.S.; BARROS, M. E. B.; FONSECA, T.M.G. (Org.). **Clínicas do Trabalho e Paradigma Estético**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016, p. 129-144.

SIMONI, A. C. R.; MOSCHEN, S. Outrar. In: FONSECA, T. M. G.; NASCIMENTO, M. L.; MARASCHIN, C. (org.). **Pesquisar na diferença: um abecedário**. Porto Alegre: Sulina, 2012, p. 179-181.

SOUSA, E. L. A. Entrevistar. In: In: FONSECA, T. M. G.; NASCIMENTO, M. L.; MARASCHIN, C. (org.). **Pesquisar na diferença: um abecedário**. Porto Alegre: Sulina, 2012, p. 87-88.

SCHWARTZ, Y. **Le paradigme ergologique ou un métire de philosophe**. Toulouse: Octarés Éditions, 2000.

TEDESCO, S. H.; SADE, C.; CALIMAN, L. V. A entrevista na pesquisa cartográfica: a experiência do dizer. In: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; TEDESCO, S. (Org.). **Pistas do método cartográfico: a experiência da pesquisa e o plano comum**. Porto Alegre: Sulina, 2016, p. 92-127.